Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Biomédico
Instituto de Medicina Social

Mariah Fernandes Maia

O interdito sexual em famílias de recasamento

Rio de Janeiro
2015

Mariah Fernandes Maia

O interdito sexual em famílias de recasamento

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Joel Birman

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

M217 Maia, Mariah Fernandes
O interdito sexual em famílias de recasamento / Mariah Fernandes Maia. – 2015.
148 f.

Orientador : Joel Birman.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Família - Aspectos antropológicos - Teses. 2. Família - Aspectos sociais - Teses. 3. Recasados - Teses. 4. Sexo - Aspectos antropológicos - Teses. 5. Sexo - Aspectos sociais - Teses. I. Birman, Joel. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 159.922.1:314.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Mariah Fernandes Maia

O interdito sexual em famílias de recasamento

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 18 de março de 2015.

Orientador: Prof. Dr. Joel Birman
Instituto de Medicina Social – UERJ

Banca Examinadora: _____
Prof. Dr. André Rios
Instituto de Medicina Social – UERJ

_____
Prof.ª Dra. Martinho Braga Batista e Silva
Instituto de Medicina Social – UERJ

_____
Prof. Dra. Rita de Cássia Flores Müller
Pós-graduação – CNPq

Rio de Janeiro
2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a mim mesma.
Ao meu desejo de conhecer mais. À minha insegurança com as pedras do caminho. À minha persistência no projeto. À confirmação da certeza de que unir sonhos pessoais e planos profissionais é a receita para o sucesso que procuro: a felicidade. E, por fim, dedico este trabalho, ao meu eu do futuro que construo hoje.

AGRADECIMENTOS

Se o valor de um título fosse medido pelas pessoas que tornaram ele possível, esta seção de agradecimentos teria mais capítulos que a própria dissertação. Confesso que eu preferiria não colocar nomes com medo de deixar alguém de lado, mas é um risco que vou ter que correr para honrar o apoio recebido.

Ao programa do IMS, agradeço a oportunidade de receberem um projeto menos saúde e mais coletivo.

Ao meu orientador, Joel Birman, agradeço a enorme boa vontade de me acompanhar nesses dois anos, ouvindo minhas questões e inquietação tão vagas. Espero que tenha ficado satisfeito.

Às professoras Malu e Rafaela e ao professor Martinho por terem me socorrido em momentos cruciais dessa jornada; foram verdadeiros salva-vidas!

Às secretárias mais simpáticas e eficientes que já encontrei em todo setor público e privado: vocês conhecem tudo e todos.

Aos meus colegas todos, obrigada pela convivência e por cederem seus lindos nomes aos meus entrevistados.

E, claro, muito agradecida pela participação de todos meus entrevistados!

Após agradecer aos que conheci nos últimos dois anos, é hora de agradecer aos que tornaram esses dois anos possíveis.

Aos meus pais, por plantar e regar o desejo por cada vez mais conhecimento, permitindo que eu insistisse no projeto do mestrado. Além disso, ao me incentivarem conhecer outras línguas, tornaram este trabalho possível devido à necessidade de ler diversos trabalhos em francês.

À minha dinha e Denise agradeço a força que me deram e o sofrimento compartilhado nas tentativas, e toda a alegria da conquista.

Agradeço aos meus amigos (da escola) por terem sumido na hora certa, facilitando minha dedicação nos momentos finais.

Kauê e Dândara, nada acadêmicos, agradeço por terem me ajudado a aliviar o peso.

Ao tio Maurício por ter me cedido um cantinho precioso para meus estudos.

Ao Theo, tá lá longe, já esteve aqui tão perto, sempre soube ser o que eu precisava ter: me deu apoio, incentivo, ajuda e cobrança. Agradeço com saudades.

Ao Bernardo, juntamente com Victoria, companheiro das angústias e tentativas, agradeço a ajuda lá no iniciozinho e essa recebida no final.

À Marianna agradeço as diversas formas de ajuda: formatação, mandando todo mundo sumir, me mandando escrever e largar a internet, ouvindo meus desesperos e ajudando a resolvê-los, deixando seu trabalho de lado para fazer os detalhes que sabe que eu empaco...muito obrigada.

Ao Paulo pela total dedicação e apoio. Foi paciente quando eu quis explodir, foi útil quando eu precisei de outro par de mãos, foi a companhia do carnaval todo dedicado à dissertação: esse mestrado foi mesmo na sua gestão!

Diversos outros amigos e familiares também foram importantes ao reconhecer e valorizar a minha escolha, perguntando e querendo saber da evolução dos estudos, entretanto, duas em especial.

À Marina, minha mais que chefe, agradeço por ser a inspiração profissional e pessoal que é para mim. Desde o dia da entrevista para o estágio, você tem sido tudo o que “eu quero ser quando crescer”.

E, agradeço a tia Denize, que sem saber, continua sendo um modelo para mim, alguém que vibra com cada vitória minha. Desde pequenininha e gordinha, respeitava minha maneira de pensar, reconhecia o tanto que tinha por baixo das minhas brincadeiras e, com isso, se tornou uma pessoa-referência, que me incentiva a me manter melhorando e crescendo só para te dar orgulho.

E também agradeço aos meus gatos, que souberam ser ótimas companhias, deitando no teclado do computador, derrubando textos e rasgando folhas.

RESUMO

MAIA, Mariah Fernandes. *O interdito sexual em famílias de recasamento*. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Este trabalho buscou investigar como se estabelecem e se criam os laços da família recasada a partir da experiência dos filhos a fim de compreender que tipos de interditos aparecem neste contexto e no que se baseiam. Para tal, foi preciso reunir material bibliográfico nacional sobre o recasamento e lançar mão da literatura francesa sobre a fratria neste contexto; foram feitas ainda entrevistas com sete filhos nesta posição; e uma breve ilustração com material midiático acerca do tema do recasamento. Pode-se concluir que as famílias de recasamento pesquisadas vivenciam algumas inconsistências sociais ao reunirem sob um mesmo teto valores ambíguos. O individualismo e o poder da escolha são mais possíveis para os adultos e há uma valorização do casal conjugal, que deve ser preservado. A partir dos estudos apresentados e da variabilidade de experiências de recasamento coletadas nas entrevistas, responde-se que há sim o interdito sexual nas famílias de recasamento com filhos adolescentes. Quer dizer, há também. Pois não é uma estrutura determinista e o surgimento dos interditos depende da combinação de múltiplos e variados fatores, sendo o projeto de família pensado e praticado pelo casal um dos mais relevantes.

Palavras-chave: Fratria. Recasamento. Interdito sexual. Termos do parentesco. Socioafetividade. Parentalidade.

ABSTRACT

MAIA, Mariah Fernandes. *Sexual interdict in remarried families*. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This study aimed to investigate how remarried family establish and create ties from the experience of the children in order to understand what kinds of prohibitions appear in this context and in which they are based. To this end, it was necessary to meet national publications on remarriage and make use of French literature on the phratry in this context; interviews were done with seven children in this position; and a brief illustration with media material on the remarriage theme. It can be concluded that the families of remarriage surveyed experience some social contradictions to gather under one roof ambiguous values. Individualism and the power of choice are more likely to adults and there is an appreciation of the married couple, which must be preserved. From the studies submitted and the variability of remarriage experiences collected in the interviews, one responds that there is rather the sexual forbidden in the families of remarriage with teenage children. I mean, there too. It is not a deterministic structure and the emergence of prohibitions depends on the combination of multiple and varied factors, and the family project conceived and practiced by the couple one of the most relevant.

Keywords: Phratry. Remarried. Sexual interdict. Kinship words. Social affection. Parenthood.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção de casamentos, por estados civis selecionados dos cônjuges…… 16
Tabela 2 - Renda pessoal e familiar, grau de escolaridade e inserção no mercado de trabalho…….. 76
Tabela 3 - Características sociodemográficas…….. 76

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

ECA	Estatuto da criança e do adolescente
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
IMS	Instituto De Medicina Social
RP	Renda Pessoal
RF	Renda Familiar
SM	Salário Mínimo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO ……	13
1	**CONCEITOS E NOÇÕES**	22
1.1	**Família**.....	22
1.2	**Coabitação**.....	25
1.3	**Adoção** …….....	26
1.3.1	Adoção emocional: aparentando o estranho	26
1.3.2	Adoção legal: avanços e biologicismo	27
1.4	**Adolescência** …….....	30
1.5	**Recasamento**.....	33
1.5.1	As famílias de recasamento	35
1.5.1.1	Imperativo da criatividade ……	39
1.5.2	A família recasada com filhos adolescentes.....	41
1.5.3	A fratria no recasamento.....	42
2	**PARENTESCO, ALIANÇA, INTERDITOS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS** …….....	47
2.1	**Termos do parentesco**	48
2.2	**Os clássicos recontextualizados**	50
2.2.1	As estruturas elementares do parentesco	51
2.2.2	Totem e tabu …….....	58
2.3	**Interditos contemporâneos**	59
2.3.1	Casal conjugal, fratria do recasamento e o nascimento do parentesco ..	63
3	**TRABALHO DE CAMPO**	65
3.1	**Pré-campo**.....	65
3.2	**Método**	69
3.2.1	Limites e vieses	72
3.3	**Os entrevistados**	74
3.3.1	Perfil socioeconômico	75
3.4	**Clima reinante nas entrevistas**	77
3.5	**Conteúdo das entrevistas**	78
3.6	**Análise das entrevistas**	96

3.6.1 Relacionamento da fratia 96
3.6.2 Termos do parentesco no recasamento 98
3.6.3 Relação com o padrasto e a madrasta 99
3.6.4 Relação com o padrasto e a madrasta pós fim do recasamento 99
3.6.5 Formalização da união 100
3.6.6 Adolescência 100
3.6.7 Inclusão dos filhos nas decisões 100
3.6.8 O papel das avós e aliança com filhos e netos 101
3.7 **E o interdito sexual, apareceu?** 101
4 **RECASAMENTO NA MÍDIA** 103
4.1 **Evolução dos estudos em comunicação de massa** 104
4.2 **Novelas** 108
4.2.1 Enredo de novelas 109
4.2.2 "E foram felizes para sempre" 112
4.2.3 Uma novela na qual o vilão é a vida 113
4.3 **Conteúdo e abordagens de notícias** 113
4.3.1 "O coração quer o que o coração quer" – Caso Woody Allen 115
4.3.2 Minha esposa, minha irmã 119
4.3.3 O casal Michele e Alexander 121
4.3.4 Um caso de incesto na Alemanha 122
4.4.5 Mãe é mãe? – Parentalidade socioafetiva em revistas especializadas em direito 125
4.4 **Comerciais de TV** 127
CONCLUSÃO 130
REFERÊNCIAS 133
APÊNDICE A – Questionário socioeconômico aplicado antes das entrevistas 143
APÊNDICE B – Roteiro para entrevistas 144
APÊNDICE C – Primeiro convite para participar da pesquisa 145
APÊNDICE D - Segundo convite para participar da pesquisa 146
APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido 147

INTRODUÇÃO

Este trabalho é desenvolvido na área de Ciências Sociais, baseado em dois grandes campos: sexualidade e família. O objetivo é investigar as recentes discussões sobre as formas de se instituírem iluminadas pelas questões de gênero e geração.

Ao iniciar no programa de Saúde Coletiva, o projeto pretendia investigar as formas e noções de paternidade e parentalidade de homens condenados por cometerem abuso sexual contra suas filhas ou filhos, e o papel desempenhado pelas mães das crianças nessas situações. Contudo, prevendo grande dificuldade de encontrar material empírico para tal, a pesquisa foi se redefinindo. A partir de estudos e investigações realizados no Instituto de Medicina Social (IMS) e da vivência em meios de terapeutas de família[1], foi possível definir o tema de investigação e o assunto deste trabalho: famílias recasadas - quando um ou ambos os cônjuges são separados, divorciados ou viúvos - e o interdito sexual nelas.

É comum os recasamentos experimentarem uma complexidade de alianças e graus de parentesco, se qualificando como um objeto fértil para estudos sociais contemporâneos. Ao longo deste trabalho, são apresentadas e discutidas noções de família, casamento, parentesco, sexualidade e o interdito entre estranhos-íntimos associados aos eixos de gênero e geração. Isto é, realizados a partir de uma contextualização dos casamentos e divórcios no Brasil, seguido do levantamento bibliográfico dos últimos trabalhos e publicações (com ênfase na publicação nacional[2]) sobre recasamentos e sobre a situação dos filhos nestas circunstâncias de pais recasados.

Na análise e leitura do material bibliográfico, foi identificado informações pouco aprofundadas sobre os filhos, experiências e idiossincrasias advindos do contexto dos casamentos e divórcios no Brasil e dos recasamentos. Parte do material produzido foca no casal recasado e na relação destes adultos com os seus enteados, na maior parte dos casos, visando clarear os papeis sociais da madrasta e do padrasto. Outro aspecto

---

[1] Desde 2009 atuo no Instituto Noos, uma organização da sociedade civil dedicada à formação profissional e atendimento de famílias inseridas em violência familiar e de gênero. O Noos oferece um olhar construcionista e sistêmico sobre estas questões familiares e sociais.

[2] Com a literatura nacional foi possível cobrir os temas das novas configurações familiares, recasamento e novas conjugalidades. Porém, muito pouco se produziu sobre a situação dos filhos e da fratria nessas condições. Para cobrir esta lacuna, foco principal deste estudo, a literatura francesa foi fundamental.

identificado foi a ausência de palavras chaves que orientassem a busca em banco de dados sobre trabalhos que fossem além dos elementos família, padrastos e enteados e que tivessem como um de seus objetos o relacionamento entre estes filhos nas famílias de segundos e terceiros casamentos.

Devido a estas constatações, este trabalho foi orientado para a pesquisa de campo, com a aplicação de técnicas de coleta de dados – entrevistas. As entrevistas realizadas durante o trabalho foram aplicadas com pessoas que vivenciaram o recasamento de um de seus pais no período da adolescência. Este grupo foi selecionado devido à contribuição deste trabalho em promover uma análise e discussão sobre o recasamento e a família, conhecendo como se dá o interdito[3] sexual entre estes adolescentes, seus novos pares geracionais e seus padrastos e madrastas no contexto brasileiro urbano.

O objetivo desta pesquisa é analisar as relações entre irmãos em contexto de recasamento: ambos os cônjuges com filhos de alguma relação anterior. Entendendo a família como espaço privilegiado de socialização e de transmissão de valores (WATARI, 2010), quais são os aprendizados para os filhos do recasamento? A pesquisa pretende descrever como se estabelecem e se criam os laços - e com eles os interditos - da família recasada a partir da experiência dos filhos. Investigar qual a concepção de família entendida por eles, quais paradigmas, quais membros pertencem, quem está fora ou quem está dentro.

Como se estabelecem as relações de hierarquia com o novo cônjuge e de paridade com os filhos deste, numa relação que não foi escolhida pelos filhos e, às vezes, sem muito tempo de convivência e sem modelos sociais a serem seguidos.

A leitura que se segue é composta por 4 capítulos além desta seção e da conclusão. Na introdução, apresenta-se o atual cenário dos casamentos e das famílias no país: aumento do número de casamentos, encolhimento das famílias e sua maior heterogeneidade. Dados das estatísticas oficiais evidenciam o resultado das transformações sociais, corroborando pesquisas recentes acerca da manutenção de muitos valores tradicionais ao lado de outros modernos.

No primeiro capítulo, são apresentados os conceitos discutidos ora como pano de fundo, ora diretamente na pesquisa: família, coabitação, adoção, adolescência e

---

[3] Scorsolini-Comin e Santos (2012) veem a família como agência socializadora responsável pela "organização das experiências emocionais, mas também [pel]a transmissão de aspectos intersubjetivos", como os interditos (tanto o não revelado e quanto o proibido) de uma geração a outra.

recasamento. Como são categorias estudadas por vários campos da ciência, buscou-se fazer uma leitura menos extensiva e mais prática para o que poderia ser aplicado na interpretação do objeto estudado.

Aprofundando um pouco mais, na parte de Recasamentos, reúnem-se trabalhos e autores que se dedicaram ao tema com enfoques diferentes: a conjugalidade, a relação com os enteados, a especificidade dos adolescentes e a fratria neste contexto.

Na sequência, ainda embasando o trabalho teoricamente, propõem-se uma leitura recontextualizada e criativa da teoria clássica sobre os sistemas de parentesco, através da releitura d'As Estruturas Elementares do Parentesco e de Totem e Tabu. Complementarmente, apresenta-se a importante contribuição da literatura francesa acerca das teorias dos interditos no recasamento.

No quarto capítulo consta o trabalho de campo, e procurou-se detalhar todo o (árduo) caminho percorrido até a realização das entrevistas: perguntas e hipóteses iniciais, pré-campo, dificuldades encontradas e apresentação do conteúdo das entrevistas propriamente ditas. No mesmo capítulo, apresenta-se uma interpretação e os achados da pesquisa, assim como seus limites e o que ainda pode ser mais pesquisado.

O capítulo final procurou encontrar e analisar as representações midiáticas - reais (reportagens jornalísticas e revistas especializadas em direito) ou fictícias (telenovelas) das famílias de recasamento. Como aparecem, quando aparecem e como são retratadas as questões sinalizadas nos capítulos anteriores, com destaque para o caso do diretor de cinema Woody Allen. Ainda que bastante presente nos enredos de novelas como pano de fundo e um recurso comum nas tramas, observou-se a ausência de destaque e de discussão acerca das especificidades do recasamento para além dos casais. Questiona-se como isso pode ter refletido (ou ser reflexo) na dificuldade de encontrar famílias para este estudo.

Na conclusão, procurou-se destacar as contribuições das teorias apresentadas sobre os interditos para localizá-los nas famílias de recasamento que foram entrevistadas, assim como a ausência de estudos sobre esta especificidade tanto nas ciências sociais brasileira, como dentre psicólogos e terapeutas que lidam diretamente com elas. E como essa lacuna no conhecimento é encontrada também na representação social (novelas, jornais, consultórios e eles próprios) destas famílias.

Perfil dos casamentos no Brasil contemporâneo

Na última publicação do IBGE sobre as estatísticas de registros civis (2013[4]), foi registrada a taxa de 6,9 casamentos por mil habitantes - 1,1% a mais do que o ano anterior (2012). Este aumento do número de casamentos é uma tendência da última década, decorrente dos novos arranjos conjugais e impulsionada pela renovação do código civil em 2002 e as melhorias e facilidades legais e administrativas para o divórcio e as novas uniões (IBGE, 2013).

A idade média do primeiro casamento (civil) apresenta um aumento que pode ser explicado pelo fenômeno do prolongamento da juventude (HEILBORN et al., 2002), que consiste em aumento dos investimentos e oportunidades educacionais e de inserção no mercado de trabalho somados à opção por morar junto antes de oficializarem a união (IBGE 2013). Os dados do IBGE apresentaram redução da taxa de casamento entre solteiros (de 78,2 para 77) entre 2011 e 2012. Em contrapartida, para o mesmo período, os casamentos entre divorciados ou entre divorciados(as) e solteiros(as) apresentaram aumento, sendo estes últimos, portanto, os responsáveis pelo crescimento total nas taxas de casamento: os recasamentos, incluindo-se os viúvos, já somam 23% em 2013.

Tabela 1 - **Proporção de casamentos segundo estados civis selecionados dos cônjuges por ano**

Estado civil	2011	2012	2013
Entre dois solteiros	79,7%	78,2%	77%
Entre recasados*	20,3%	21,8%	23%

*Casamentos em que ao menos um dos cônjuges era divorciado ou viúvo.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2003-2013

Dos casamentos registrados em 2013, 77% se deram entre solteiros; 4,8% entre dois divorciados; 5,8% entre homem solteiro e mulher divorciada; e 9,4% entre um homem divorciado e mulher solteira. São justamente aqueles que já vivenciaram a experiência do casamento que optam, em grande número (quase um quarto do total de casamentos no último ano), por investir novamente nesta forma de conjugalidade, a ponto de puxar o índice de casamento para cima.

[4] Pela primeira vez, o IBGE registrou estatísticas sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Em dezembro de 1977, a Lei do Divórcio foi implementada no Brasil. Passados mais de três décadas, houve muitas mudanças. No princípio, divorciar-se era complicado, bastante caro e um processo demorado, além do estigma que divorciados e divorciadas (principalmente) carregavam. Hoje, já refletindo mudanças dessa visão discriminadora, sua regularização está cada vez mais simples. A cada mudança na legislação[5] que visa facilitar o divórcio, pode-se observar a elevação de suas taxas, seguida de estabilização.

Por mais que se mantenham elevados os índices oficiais de divórcio (2,3% em 2013, é a terceira mais alta desde 2000), sua taxa vem decaindo nos últimos 3 anos. Neste mesmo intervalo, as taxas de casamento têm se mantido estáveis, sinalizando que o casamento (e a união estável) ainda é bastante desejado. Pesquisas recentes revelam a valorização do casamento entre jovens adultos das camadas médias urbanas (FÉRES-CARNEIRO, 2001; GOLDENBERG, 2003a). O casamento teve seu significado social e jurídico modificado ao longo do tempo. O que já exerceu grande influência social, capaz de inserir ou excluir pessoas dependendo do seu status civil (condicionado ao sexo e a idade), hoje tem um valor muito mais individual. O fato é que “o peso institucional do casamento ainda se faz presente” (ARAUJO & SCALON, 2005, p.35). De acordo com Ribeiro (2005), os valores contemporâneos se baseiam no individualismo. Preceitos como os de igualdade e “psicologicidade”[6] contribuem na idealização do amor e da conjugalidade nas sociedades ocidentais.

---

[5] “A cada época em que ocorreu alteração na legislação sobre divórcios houve elevação do patamar das taxas de divórcios. Houve aumento significativo em 1989, em decorrência da mudança que ocorrera no ano anterior, a qual reduziu os prazos mínimos para iniciar os processos. Em 2007, a possibilidade do divórcio por via administrativa também levou a ligeiro incremento em relação às taxas observadas no início da década. Em 2010, a supressão dos prazos em relação à separação fez com que a taxa de divórcio atingisse o valor, 1,8‰, porém isto ocorreu no segundo semestre. O ano de 2011 foi o primeiro no qual as novas regras foram observadas ao longo de todo o período, mostrando o impacto das alterações sobre a dissolução dos casamentos. Em 2012, a taxa observada de 2,5 ‰ é a segunda maior da série analisada” (IBGE, 2012).

[6] “O primeiro [psicologicidade] aponta para um movimento de individualização, interiorização e privatização dos sujeitos, de tal modo que estes se identificam como uma substância inteligível em seus próprios termos. Ou seja, o indivíduo se percebe, fundamentalmente, como um sujeito psicológico: despojado de qualquer transcendência, ele se justifica segundo uma lógica interna a ele próprio. Decorre daí não só uma retórica, fortemente centrada no individual e no idiossincrático como também uma intensa disposição cultural de escrutínio e cultivo de cada self por meio de uma alta sensibilidade para observar emoções, sentimentos e a subjetividade. A linguagem que informa e organiza a propensão para tematizar e problematizar o "eu" provém, sem dúvida, das disciplinas psicológicas e/ou da própria experiência terapêutica à qual tão frequentemente esses sujeitos se submetem. Assim é que conceitos fundadores de tais saberes ─ como "desejo", "inconsciente", "resistência", "discriminação", "simbiose" etc. ─ convertem-se efetivamente em categorias com base nas quais os sujeitos efetuam uma leitura de si mesmos e do mundo que os cerca. Deve-se notar também que a afinidade entre a inclinação moral em questão e esses saberes/práticas repousa, em última instância, sobre uma mesma premissa que insiste no exorcismo do social, afirmando, em seu lugar, uma problemática pessoal de

Uma característica dos casamentos atuais que exemplificam a valorização da instituição são as festas de casamento (GONDENBERG, 2003b). Do tradicionalismo, ficou a marcação ritualística para a passagem à nova fase, ainda que apenas simbolicamente, uma vez que muitos casais optam por realizarem a festa depois de já estarem morando juntos, e fazem da celebração a confirmação da união. Seja em cerimônias mais simples apenas para os amigos e familiares mais próximos compartilharem do que estão vivendo, até em cerimônias cada vez mais gigantescas e dispendiosas[7], o que importa é fazer o rito de passagem.

Desta forma, há uma alegada liberdade tanto para homens como para mulheres na escolha de seus parceiros conjugais. A tradicional necessidade de reciprocidade imposta pela divisão sexual do trabalho perde espaço para a satisfação sexual (ARAÚJO, 2002), onde surge a possibilidade de escolha, e esta se mantém enquanto um satisfizer as necessidades do outro, e não mais para se conformar a regras sociais ou por dependência econômica (RIBEIRO, 2005; OLIVEIRA et al., 2008; SALEM, 1989). O modelo nuclear de família declinou quando os valores tradicionais[8] começaram a perder espaço para os valores seculares; da mesma forma, a igualdade de gênero é fruto da mudança dos valores de sobrevivência (sustento, reprodução social, principalmente das mulheres) para os valores de autorrealização (ARAUJO & SCALON, 2005).

Individualismo, urbanização, encolhimento do tamanho das famílias, o processo de secularização, aumento da expectativa de vida, valorização do amor e sexualidade são fatores que, somados, contribuem para a “crise” do casamento (JABLONSKI, 2001).

Entretanto, o divórcio não é sintoma de crise da instituição casamento, pelo contrário. As separações ocorrem porque a relação conjugal é tão importante que as pessoas já não aceitam mais continuar numa relação que deixou de completar e acrescentar (BERGER e KELLNER, 1964 apud TRAVIS, 2003, p. 20; SALEM, 1989). O afeto é a dimensão que prevalece na escolha das constituições e dissolução dos laços conjugais (ARAUJO & SCALON, 2005). O casamento acaba porque um ou ambos os cônjuges mudam, deixam de corresponder às expectativas do outro. Uma vez que não

---

investimentos inconscientes.” (SALEM, 1989)

[7] A indústria de casamento vem movimentando milhões de reais. Segundo a Associação dos Profissionais, Serviços para Casamento e Eventos Sociais (Abrafesta), o setor movimentou R$ 16 bilhões em 2013 e, a previsão era ampliar em 25% a receita para 2014 (MORAES, 2014).

[8] Os valores tradicionais são forças externas ao indivíduo (supraindividuais), disseminados pela religião, política, escola e família e, geralmente, contribuem para uma sociedade hierarquizada e de pouca mobilidade social (MATOS, 2005)

há mais o forte apelo social e a necessidade financeira para de manter o casamento, a relação termina e cada um refaz a vida. Os indivíduos seguem na busca de completude em outro parceiro (SALEM, 1989). Parece claro que estes indivíduos não veem o problema no modelo institucional de casamento (COSTA e DIAS, 2012), e sim naquela determinada pessoa que deixou de ser apropriada para ocupar um papel tão relevante em sua vida.

Se o casamento ainda é bastante valorizado, também não é pertinente falar em crise da família. Seria atribuir uma estabilidade sociologicamente irreal a esta instituição social.

> "Se o ritmo das transformações sociais varia no tempo e no espaço, e isso precisa ser considerado, a ideia de crise pressupõe uma estabilidade anterior, um padrão imutável nunca observado sociologicamente. Assim, trata-se de analisar as tendências atualmente predominantes nas mudanças nas relações de gênero e em como elas repercutem na instituição familiar, num contexto contemporâneo marcado por imperativos pragmáticos e, ao mesmo tempo, por um crescente processo de individualização da vida social". (ARAÚJO E SCALON, 2005, p. 17)

Outro importante fator de transformação foi o movimento feminista, contribuindo para a redefinição do papel das mulheres na sociedade e na família, agindo na transformação das identidades de gênero. Inserção maciça da mulher no mercado de trabalho, maior liberdade sexual, mudanças no papel de gênero e parental (WATARI, 2010; COSTA, 2012), conquista de direitos legais, maior presença nos espaços públicos, grandes alterações na esfera privada (ARAÚJO E SCALON, 2005) foram algumas das contribuições do movimento. A conjugalidade passa a ser mais uma esfera em que se espera obter sucesso, ao lado dos projetos e planos para carreira, por exemplo.

As pesquisas de Féres-Carneiro (2001) e Goldenberg (2003a) apontam o casamento moderno como uma das formas do indivíduo atingir sua felicidade e realização. Esta relação mais igualitária entre os cônjuges propicia o surgimento de conflitos de interesses entre o individual e o coletivo, explicando a correlação entre a valorização do casamento e o elevado número de separações. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o amor moderno idealiza a complementaridade e a reciprocidade do casal, a individualidade defendida de cada um manteria uma distância permanente, algo que não pode ser alcançado pelo outro (SALEM, 1989; VAITSMAN, 1994 apud RIBEIRO, 2005, p. 17).

A partir da década de 90, as transformações na constituição das famílias brasileiras se intensificaram consideravelmente. O que observamos não é um enfraquecimento da instituição familiar,

> "mas o surgimento de novos modelos familiares, derivados desses fenômenos sociais e, sobretudo, das transformações nas relações de gênero, que se exprimem através do maior controle de natalidade, da inserção intensiva da mulher no mercado de trabalho e das mudanças ocorridas na esfera da sexualidade" (HEILBORN, 2004 p.7).

São estas múltiplas transformações das relações de geração e de gênero (ainda que em menor grau) que sustentam tão diversas formas de conjugalidade e de constituir família (ARAÚJO E SCALON, 2005).

Novos valores, novas formas de constituir família

As múltiplas configurações familiares têm sido possíveis graças às modificações entre a relação da família com a sexualidade, em especial, a das mulheres. A democratização e um certo grau de destradicionalização[9] dos papeis femininos vêm proporcionando maior autonomia e poder de escolha (MATOS, 2005). A mudança do foco procriador para o amor idealizado e uma independência do casal conjugal são duas causas que explicam as diversas possibilidades de família (BOZON, 2004), como as famílias homoafetivas, os casais que vivem em casas separadas e os recasamentos.

A aceitação das diversas e variadas configurações familiares não nega a superação do modelo mais tradicional da família nuclear de pai, mãe e filhos como o parâmetro utilizado socialmente. Enquanto um tipo ideal, ele funciona como um norteador e parâmetro de comparação. As novas famílias são aceitas, pois entende-se que elas são resultado de "circunstâncias da vida" (OLIVEIRA, 2008; WATARI, 2010). Compor uma família recasada, com padrastos, enteados, ex-companheiros ainda não faz parte do imaginário e dos sonhos infantis.

---

[9] Este conceito é utilizado por Marlise Matos (2005) para explicar as mudanças e transformações de valores vividos pelas sociedades modernas pós-industriais. Isso se daria pela perda de confiança em valores tradicionais e uma transição para uma "democracia cultural/social", com mais espaço para autonomia individual e coletiva, mais aberta a diversidade.

Costa e Dias (2012) afirmam que a própria família recasada tende “a repetir antigos padrões relacionais, trazidos das relações anteriores” (p. 73), e que esta comparação é feita socialmente e pelos profissionais que lidam ou estudam estas famílias. As autoras acreditam que isto coloca a família recasada numa posição pouco privilegiada, além de gerar dificuldades de relacionamentos entre os membros que a compõem.

Esta dissertação busca compreender a criação dos laços e dos afetos a partir do foco sobre uma parte específica das famílias recasadas: os filhos de relacionamentos anteriores. Como os filhos gerados em uma união pretérita se tornam “irmãos” e enteados na nova união de um de seus pais.

1 CONCEITOS E NOÇÕES

Feita a introdução geral ao tema deste trabalho e a contextualização no atual momento histórico, neste primeiro capítulo são apresentados conceitos que nos orientarão a discussão ao longo dos próximos: família, coabitação, adoção, adolescência e recasamento.

No campo das ciências sociais, são recorrentes as discussões em torno dessas instituições e categorias. Inspira curiosidade a duração no tempo (umas tão antigas quanto a modernidade, outras tão recentes como a idade que representam), sua ocorrência em diversas sociedades, ora poucas ora grandes transformações, e, principalmente, seu poder e capacidade de formar, produzir e reproduzir padrões e estruturas sociais. Pretende-se apresentar um pouco do histórico e da relevância de cada conceito para esta dissertação, com o propósito de esclarecer ao leitor as ideias e o lugar de onde partem as análises, perguntas e constatações.

O objetivo não era cobrir toda a literatura sobre cada um dos conceitos, mas de situá-los frente à discussão que se pretende empreender. Paralelamente, em todos eles correm três discussões perenes e estruturalizantes: as diferenciações de geração, de gênero e classe, cada qual exercendo a influência que lhe é permitida.

Ressalta-se que os conceitos e situações trabalhados e discutidos nesta dissertação, assim como as hipóteses levantadas e conclusões propostas respondem e fazem sentido num contexto muito restrito em que estão inseridos, os pesquisadores e as famílias-objeto deste estudo. Outros contextos sociais, não urbanos e não ocidentais, poderão apresentar leituras diferenciadas e igualmente pertinentes do mesmo objeto e de outros semelhantes.

1.5 **Família**

Com certeza, este é o primeiro conceito a ser debatido nesta jornada por uma maior compreensão de como se formam os laços e os interditos entre os filhos conviventes do recasamento. O processo de individuação da sociedade contemporânea é (co)responsável pela diversidade dos modelos familiares e de conjugalidade, pelas

mudanças intensas na composição e nas características das famílias. A democratização dos valores alterou tanto a organização interna quanto as dinâmicas cotidianas e hierarquias, agora menos rígidas, produzindo novas formas de interação (ARAÚJO E SCALON, 2005). Essas transformações nas relações de gênero e da família atingiram, em graus variados, mas bastante intensos, todos os estratos e segmentos sociais (ARAÚJO E SCALON, 2005).

Como consequência de tantas transições de valores e da dinâmica cada vez mais urbana e pós-industrial, as famílias encurtaram (sobretudo a partir da década de 1970); o que, por sua vez, reforçaram e acentuaram as mudanças conjugais e os arranjos familiares: famílias de uma pessoa só, famílias sem filhos, homo e monoparentais são cada vez mais frequentes nas estatísticas oficiais.

Necessário ressaltar que estas transformações não atingem de igual modo toda a população de uma mesma sociedade. Marcadores sociais interagem com informações recebidas e nas possibilidades de transformá-las em novas práticas (SCALON & SALATA, 2012). Os primeiros a experimentar formas fora dos padrões e modelos institucionalizados são os indivíduos das camadas médias urbanas e profissionais liberais (GOLDANI, 1994).

As camadas populares também costumam apresentar formas bastante variadas de configurações familiares e de comportamento social, porém quando o fazem, geralmente é devido a forças alheias às suas escolhas – no caso, por uma certa escassez de escolhas. Famílias extensas ou domicílios com mais de uma família, costumam ser reflexo de precariedade e como única alternativa frente a dificuldades financeiras em manterem um espaço reservado (GOLDANI, 1994).

Nas camadas médias, a restrição material enfrentada pelas classes populares dá lugar a insatisfação com os modelos mais engessados e rígidos, levando à procura por formas alternativas variadas, mais adequadas à especificidade de seu estilo de vida (GOLDANI, 1994; ROMANELLI, 1998).

A escolha dos termos e dos conceitos se faz com muito cuidado. Em um trabalho desta natureza, não é difícil deixar escapar vieses e pressupostos que, tendem a ser conservadores (como o que esperar de homens, mulheres, pais ou mães e a “normalidade” da família); o “normal” é tão óbvio que pode acabar atrapalhando a análise sem que se dê conta. Com a palavra “família” não deve ser diferente, entretanto, durante a revisão bibliográfica das publicações sobre recasamento, esse é um dos conceitos que menos se questiona. Os estudos atuais se preocupam em colocar as famílias no plural

e explicar suas variações. Todos os conjuntos de pessoas que coabitam a partir de uma (nova) união conjugal são sempre, de algum modo, um tipo de família. Todavia, é de meu interesse saber se este “aglomerado” de pessoas se vê como “família” e as consequências dessa concepção.

Não é por falta de um termo menos específico que aqui utilizo “família”. Segundo Peixoto (2007), a sociologia da família se polariza em dois grupos: os 24onsequen e os individualistas. Familistas são assim chamados por ainda considerarem a família uma instituição que obedece a determinadas normas, transmite hábitos ao longo do tempo, onde se valorizam o convívio de gerações. O segundo grupo acredita na desinstitucionalização familiar e que as relações são hoje muito mais individuais e autonomistas. Neste grupo, os autores apostam na existência de formas alternativas ao casamento para se instituir uma família, vista como uma instância onde se desenvolvem laços sociais na contemporaneidade. Família é, portanto, um espaço relacional, onde a socialização ocorre quando se estabelecem relações afetivas que permitem a construção de uma identidade pessoal através do diálogo com os mais próximos.

Corroborando com esta ideia, Araújo e Scalon afirmam a família como um espaço de interação afetiva onde se desenvolvem as práticas de socialização primária. Funciona ainda como um contraponto frente às disputas individualistas mais acirradas na esfera pública, se tornando “*um espaço de compensação afetiva* e de *afirmação de identidades*” (ARAÚJO E SCALON, 2005 p.21).

Assim como o casamento, a instituição da família foi reformulada. Não perdeu em relevância social e sociológica, mas transformou suas formas de interações internas, permitindo muito mais flexibilidade e diversidade na maneira dos membros se relacionarem. Portanto, o termo “família” se aplica nesta pesquisa. Independente de qual dessas correntes se tenha afinidade, família ainda é o termo adequado neste estudo.

Embora as transformações sociais dentro e fora da família tenham se dado de forma tão intensa, este não é um caminho linear e contínuo. As “relações de gênero e familiares são marcadas pela emergência constante de novos valores e atitudes que propiciam dinâmicas inovadoras de interação, convivendo com formas tradicionais e conservadoras de perceber e conduzir tais relações – encontros reprodutores de antigos e novos conflitos” (ARAÚJO E SCALON, 2005); e mais interessante, é que tais valores não se sustentam da mesma forma nos ambientes públicos (como o mundo do trabalho, onde a mulher chegou para ficar e não parece ter indícios de sair) e na família, onde os papeis de gênero se flexibilizaram menos (OLIVEIRA, Z., 2005).

1.6 **Coabitação**

Uma das transformações mais relevantes nesse processo de mudanças das famílias foi a flexibilização do casamento, dando lugar a coabitação e as uniões espontâneas, nas últimas décadas. As uniões não oficializadas de casais é fato cada vez mais experimentado e recorrente (IBGE, 2012; SEGALEN, 1996), buscado tanto por jovens solteiros como por adultos já separados. Tem-se observado ainda mais recentemente que tal prática vem servindo como uma fase de pré-união legal (SEGALEN, 1996; RIBEIRO, 2005; IBGE, 2012). A legislação civil tem buscado acompanhar tais transformações, e desde 1988 passou a reconhecer e garantir a casais em união estável os mesmos direitos de família[10]; e vem facilitando, tornando mais barato e ágil oficializar essas relações: tanto as uniões e casamentos, como as separações e divórcios (RIBEIRO, 2005; IBGE, 2012).

Irene Théry (2000, apud GUINCHE, 2009) decompõe a parentalidade e encontra três componentes essenciais: o biológico, o doméstico e o genealógico. A combinação dos três aspectos resulta em um pai ou uma mãe, “sem discussões”, segundo a autora. Entretanto, o padrasto e a madrasta, cada vez mais, estão desenvolvendo um ou dois destes aspectos, ao mesmo tempo que os genitores. Eles não são mais a parentalidade substituta (quando do casamento com viúvos, e os pais, homens, estão mais presentes após a separação conjugal).

Apresento, resumidamente, as características destes três componentes definidos por Théry. O biológico representa a valorização dos caracteres naturais, muitas vezes chamados de verdadeiros, e até pouco tempo, era o único decisivo em determinação de paternidade e responsabilidade; ainda está presente tanto no imaginário social, quanto nas recomendações do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); entretanto, ainda que tido como verdadeiro, nem sempre é considerado o melhor. O componente doméstico é desenvolvido pela coabitação, do cotidiano, e também do exercício da

[10] Não são os mesmos direitos do casamento. As uniões estáveis compartilham do status de entidade familiar que lhes garantes alguns direitos já previstos no casamento e, estão se atualizando como: instituir bem de família voluntário, possibilidade de adoção em conjunto (1990) e de realização de planejamento familiar (1996) (XAVIER, 2009).

educação, da troca afetiva entre as crianças/adolescentes e o adulto; cada vez mais valorizado social e juridicamente.

Ainda que seja mais recorrente em momentos de disputas e conflitos, o “pai verdadeiro” ou a “mãe verdadeira” podem alternar entre o doméstico – parentalidade social – e o biológico. Por fim, o componente genealógico, campo que define direitos, deveres e interditos ao atribuir, legalmente, a parentalidade a determinada pessoa. Desde que filhos adotivos e nascidos fora do casamento foram igualados aos filhos “legítimos”, esta dimensão foi deixada mais de lado; entretanto, ainda conserva um peso importante ao transmitir o sobrenome à criança e direitos de herança.

A ambiguidade em relação aos padrastos e, especialmente, às madrastas é que eles desempenham seu papel preenchendo alguns desses componentes e outros não. E com exceção do biológico, não há uma regra de o quanto das atividades domésticas ou atribuições legais eles podem e devem se ocupar. Os padrastos exercem hoje uma parentalidade complementar, sem vínculos biológicos e genealógicos, seus direitos, deveres e interditos são estabelecidos pela diferenciação geracional. O simbolismo de atores e papeis complementares dão lugar à pluriparentalidade (THÉRY, 2000, apud GUINCHE, 2009). É a partir da coabitação que pode ter início esta parentalidade social.

1.7 **Adoção**

1.7.1 Adoção emocional: aparentando o estranho

Os indivíduos que compõem estas e qualquer outra família carregam noções e padrões bastante claros e estabelecidos (mesmo que permitam variações) do que é ser filho, pai, mãe ou irmão. Mas ainda não há modelos norteadores consolidados de como ser enteado, padrasto, madrasta ou meio-irmão. Os exemplos de padrastos, madrastas e enteados que permeiam os contos infantis são pejorativos e carregam uma carga negativa, e evidenciam, principalmente, a disputa entre as personagens femininas: a filha e a madrasta (ORTNER, 2007).

A indefinição e não padronização de um modelo único caminha lado a lado com a liberdade (GOLDENBERG, 2003b), e é a partir das vivências e dos relacionamentos que

estes papeis vão sendo construídos, tendo como limites os valores e poderes permitidos a cada geração e gênero. Cada um é responsável “pela construção e/ou expansão dos territórios afetivos” (RIBEIRO, 2005, p.5). Além de tempo, é preciso paciência para acomodar as novas pessoas e para que cada um estabeleça seu espaço e seus sentimentos de pertencimento (CARTER & MCGOLDRICK, 1995).

A expressão “adoção emocional” (RIBEIRO, 2005) parece pertinente por relacionar dois aspectos importantes para este estudo, a saber: adotar trazendo a ideia de tornar alguém da sua família; e emocional evidenciando o caráter afetivo das relações, ao invés de jurídico ou legal.

O trabalho de Ribeiro (2005) sobre “adoção emocional” em famílias de recasamento investigou como se dá o processo de criação de laços afetivos entre padrastos e madrastas com seus respectivos enteados. Nas entrevistas sobre como se conheceram e como desenvolveram a convivência, eles revelaram que há um intenso (e aparentemente sincero) esforço dos adultos em investir e conquistar os filhos de seus parceiros assim que os conhecem, no período de namoro, refletindo em boas relações e resultado positivo. Porém, os relatos não citam nenhum momento em que estes filhos foram informados ou tenham compartilhado dos planos para a etapa de passar a morar junto. Os filhos são mantidos alheios a essa decisão. São incluídos e participam no namoro, mas são excluídos do casamento, o que acaba originando conflitos.

1.7.2 Adoção legal: avanços e biologicismo

O código civil vem tentando acompanhar as transformações que ocorrem mais espontaneamente e em maior velocidade na sociedade. As leis de divórcio e a garantia dos direitos de família às uniões estáveis são exemplos de como a legislação procura adequar seu quadro legal às necessidades sociais. Ainda assim, há situações que não são alcançadas pelas leis, ficando à margem do aparato legal. Muitas uniões e famílias se formam e se desfazem sem nunca terem tido um reconhecimento ou uma existência civil legal.

A legislação brasileira sobre casamentos versa sobre quem e com quem se pode ou não contrair matrimônio. É proibido, por exemplo, o casamento entre ascendentes (pais) e descendentes (filhos), sejam eles de parentesco natural ou civil (por civil, estão

incluídos os filhos adquiridos por adoção); também é proibido o casamento com os parentes afins em linha reta (ou seja, os filhos e pais do cônjuge). Detalhe importante: a afinidade legal não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável. Isto quer dizer que, perante a lei, não é possível casar-se com ex-padrastos e ex-madrastras, com ex-sogros ou ex-enteados.

Porém, todas estas restrições estão no nível legal[11]. Elas não impedem relações espontâneas e informais. E por isso mesmo, também não há dados e informações estatísticas e quantitativas da ocorrência destes tipos de relacionamento: nem por isso eles devem ser ignorados.

Continuando na área legal, é interessante falar rapidamente sobre a lei da adoção, pois a maneira como ela é tratada abrange muitas questões que são discutidas neste trabalho. A pesquisa realizada por Ana Andréa Barbosa Maux e Elza Dutra no Rio Grande do Norte (2010) com mães que adotaram, ajuda a refletir sobre as relações entre adoção, consanguinidade e legislação. Até 1988, os filhos adotivos não gozavam dos mesmos direitos e, consequentemente, tinham menos status do que os filhos gerados biologicamente. Havia, perante a lei, uma valorização dos “laços de sangue” e da família “natural”, enquanto a família adotiva era considerada como de segunda categoria. A questão biológica sempre esteve presente na prioridade em adotar uma criança que não pudesse ficar com os pais biológicos: primeiro a família extensa/ampliada; os demais candidatos à adoção eram pessoas que não pudessem gerar filhos biológicos (MAUX e DUTRA, 2010).

As autoras contam que a lei, com o auxílio de campanhas junto à população, evoluiu muito no sentido de igualar filhos naturais e civis, e hoje, filhos adotivos têm todos os direitos garantidos e iguais aos filhos biológicos. Apesar do grande avanço, a fim de garantir o bem estar e os direitos das crianças e adolescentes, no texto do ECA há um

---

[11] Realizou-se uma busca também nas regulamentações da Igreja Católica sobre família, casamento, aliança e parentesco. Encontrei apenas os cânones:- “1078 §3. Nunca se dá dispensa do impedimento de consangüinidade em linha reta ou no segundo grau da linha colateral.”
- “1091 § 1. Na linha reta de consangüinidade, é nulo o matrimônio entre todos os ascendentes e descendentes, tanto legítimos como naturais. § 2. Na linha colateral, é nulo o matrimônio até o quarto grau inclusive. § 3. O impedimento de consangüinidade não se multiplica. § 4. Nunca se permita o matrimônio, havendo alguma dúvida se as partes são consangüíneas em algum grau de linha reta ou no segundo grau da linha colateral.”
- “1092 A afinidade em linha reta torna nulo o matrimônio em qualquer grau.”
- “1094 Não podem contrair validamente matrimônio os que estão ligados por parentesco legal surgido de adoção, em linha reta ou no segundo grau da linha colateral”. (DIREITO CANÔNICO, 1983)

destaque e valorização dos laços de afeto, porém, estes continuam a ser citados após os demais parentes biológicos. Há uma crença social de que os pais biológicos são sempre os melhores pais para uma criança (SCHETTINI, 2007).

Um complicador para a reflexão sobre em que se baseiam os laços e os interditos entre os filhos e os padrastos das famílias recasadas é a adoção voluntária. Também chamada de adoção consensual ou adoção informal, este tipo de prática consiste na entrega da criança (geralmente ainda bebê) para ser registrada por alguém da escolha da própria mãe e já foi responsável por 90% das adoções realizadas até meados da década de 80; abrange também quando o companheiro de uma mulher assume (legalmente ou não) a paternidade do bebê ou da criança quando esta não tem pai reconhecido (MAUX e DUTRA, 2010), sendo o responsável pelo papel de pai na criação e socialização da mesma (adoção à brasileira[12]). Esta segunda situação é mais complexa, pois, quando um homem cria uma criança desde seu nascimento e mais tarde se separa da mãe, abre espaço para diversas situações complicadas. Enquanto pai social, ele não tem responsabilidades legais (nem encaixa-se nos critérios impeditivos do casamento com este(a) “filho(a)”), ou pode vir a exigir direitos de pai que não lhe são pré-garantidos, por exemplo[13].

Essa questão entre a importância e o status diferenciados entre o natural e o social, como a discriminação entre filhos adotivos e biológicos, pode ser um fardo também nas relações da família recasada. Grande parte das dificuldades tem origem nos aspectos de crise de lealdade entre os novos e antigos membros, entre amar pai e mãe e poder gostar e se apegar ao padrasto ou madrasta; entre dever obediência a pai e mãe e conceder direitos e reconhecer a posição hierárquica de padrastos e madrastas (CARTER & MCGOLDRICK, 1995; WATARI, 2010).

Recentemente, alguns casos estão sendo noticiados na mídia sobre importantes avanços da legislação, na busca por equiparar documentos e direitos ao que corresponde à realidade da população. A possibilidade de incluir sobrenome do padrasto ou da madrasta foi conquistada em 2009. E, já em 2013, alguns casos ganharam atenção por terem conseguido (ou ainda estarem em disputa) a inclusão do nome da madrasta ao lado do da mãe biológica na certidão de nascimentos, assim como dos respectivos

---

[12] O termo “adoção à brasileira” é encontrado nos trabalhos de Weber (1998), Fonseca (2006) e Maux e Dutra (2010).

[13] Mas podem ser garantidos judicialmente.

avós. A diferença entre as duas situações é que na primeira, ao adotar o novo nome, era preciso concordar em retirar o do pai ou mãe biológico, numa lógica de substituição da parentalidade. Os casos mais recentes mantêm os dois nomes, da maternidade[14] biológica e da afetiva.

Mas, enquanto a legislação, a sociedade civil, a terapia de família, sociólogos etc., buscam reconhecer e legitimar as formas sociais diferenciadas de se constituírem famílias, convivemos contemporaneamente com reafirmações tradicionalistas do valor e supremacia do biológico e do natural. Casais com dificuldades de engravidar, casais homoafetivos e mulheres que planejam uma "produção independente" (SZAPIRO e FÉRES-CARNEIRO, 2002) buscam as diversas técnicas de reprodução assistida, reafirmando a importância de se ter um filho biológico. Outro sinal é o número elevado de buscas por testes de DNA para confirmar ou contestar a paternidade[15] de crianças (GAVARINI, 2008).

1.8 **Adolescência**

Uma vez que os adolescentes aparecem na literatura do recasamento – da terapia e psicologia – como uma parte importante e específica, e talvez um dos percalços na construção da nova estabilidade, se faz pertinente oferecer uma conceituação e contextualização da categoria, visando sua utilidade para a análise das famílias de recasamento.

Da mesma forma que família e casamento estão sendo pluralizados para uma análise mais fidedigna às amostras da realidade, adolescentes e adolescências também o devem ser. Ao menos esta é uma das visões sobre esta categoria. Uma das porque este é um conceito disputado entre os saberes médicos, psicológicos e as ciências sociais, e sua leitura varia num espectro de definições que vão das mais herméticas até as mais fluidas (ABRAMO & LEÓN, 2005).

---

[14] Importante ressaltar dois aspectos: primeiro, nos casos onde a madrasta foi incluída, a mãe já era falecida e a criança passou a ser criada pelo pai e a nova esposa; segundo, no caso da substituição de paternidade, foi o padrasto quem assumiu a parentalidade, uma vez que os laços com o pai biológico ficaram quase totalmente interrompidos após a separação.

[15] De acordo com reportagem da Revista Veja (2000), por ano, eram feitos no Brasil cerca de 10 mil exames de paternidade.

As disciplinas biomédicas fazem uma leitura centrada nas mudanças corpóreas e capacidades mentais, definem uma faixa de idade e comportamentos característicos (ROMANELLI, 1998; PERES & ROSENBURG,1998). Uma contribuição desta definição mais cartesiana é a possibilidade de estudos demográficos, comparações entre países e orientação de políticas públicas direcionadas a tal público (ROMANELLI, 1998). Psicólogos e médicos tendem a optar pela adolescência assim definida: a puberdade, as oscilações emocionais, as características comportamentais que são desencadeadas pelas mudanças de status etc (ROMANELLI, 1998). A definição e o tratamento que dedicam fazem crer numa adolescência única, generalizada, sem grandes marcadores sociais.

Uma abordagem concorrente a esta é utilizada por sociólogos, antropólogos, historiadores, com uma leitura que coloca a categoria num tempo histórico e local definido. Por ser uma categoria social, ela pode se transformar nos diferentes contextos, surgir e deixar de existir; além de ser variada culturalmente. Seriam então, as adolescências, que se apresentam diversificadamente em contextos urbanos e rurais, em sociedades mais ou menos industrializadas (ROMANELLI, 1998; PERES & ROSENBURG,1998).

Como o termo adolescente ganhou notoriedade por alguns de seus definidores, como o critério etário, por exemplo, a sociologia fala, então, de juventudes. A juventude também tem início com as “mudanças físicas da puberdade (de maturação das funções fisiológicas ligadas à capacidade de reprodução), com as concomitantes transformações intelectuais e emocionais e termina” com a entrada no mundo adulto (FREITAS, 2005 p. 7). O tempo transcorrido entre o momento inicial e final variam muito, e sociedades economicamente mais desenvolvidas tendem a estender esta fase (PERES & ROSENBURG,1998).

Além da definição, outra importante diferença na abordagem entre adolescência e juventude é em relação à capacidade de agência dos indivíduos que compõem esta faixa. A adolescência, assim como a infância, é tutelada, vigiada pela família e protegida pelo Estado. O ECA apresentou grandes avanços na garantia de seus direitos (como de representatividade e acesso a informação) ao mesmo tempo reforça (ao defini-los como cidadãos peculiares em fase de formação e desenvolvimento) sua autonomia limitada e agência mediada pelos adultos. Já a noção de juventude destaca seu papel de atuação no espaço público e sua contribuição na criação e transformação social (ROMANELLI, 1998).

O ECA, de 1990, é fruto de movimentos sociais que visavam a proteção integral de crianças (até 11 anos) e adolescestes (de 12 a 17 anos), mas não esgotou as necessidades sociais que se tornaram urgentes pouco tempo depois. Em 2013, como resposta às mudanças de ordem econômica, dificuldades de entrada no mercado de trabalho, aumento da expectativa de vida e de investimentos mais longos na educação e formação dos filhos, se fez necessário um novo estatuto que visasse preparar o jovem, no final de sua adolescência para a entrada no mundo adulto, onde deveria ser responsável por seu sustento, sair da casa dos pais e ser capaz de produzir e reproduzir socialmente (trabalhar, casar e ter filhos). O Estatuto da Juventude[16] tem essa finalidade, e define como alvo de suas políticas públicas aqueles entre os 15 e 29 anos.

Entretanto, há muito em comum entre adolescências e juventudes, e os dois termos se sobrepõem como construção do atual momento histórico-cultural. Dentre as semelhanças estão as mudanças de comportamento e atitudes dos adolescentes (termo que utilizei neste trabalho principalmente devido ao recorte etário aplicado na seleção dos entrevistados), que passam a colocar em curso um processo "identitários individuais, coletivos e sociais, [...]o conhecimento e a aceitação/negação dos princípios da ordem social, e com a aquisição e o desenvolvimento moral e de valor dos adolescentes (MORENO e DEL BARRIO, 2000). Nesta busca pela sua identidade, é característico que adolescentes questionem e até rompam com os valores que aprenderam nas instituições que lhe cercam e lhe socializaram, como escola e família (ROSSI, 2007).

Nesse processo, ocorre o choque de gerações, tido como crise e rebeldia pelos detentores da ordem: os adultos. Mas este comportamento, rico em rupturas, questionamentos e desconstruções é componente do atual modelo ocidental de socialização adolescente. Este embate geracional proporciona transformações de alguns valores e costumes e a manutenção de outros (ROMANELLI, 1998).

> "Nesse contexto, a ansiedade em penetrar o mundo social adulto e afirmar a ruptura definitiva com a infância acaba conduzindo a manifestações de não aceitação da própria condição e das restrições que se impõe a ela, incidindo muitas vezes em atos não autorizados para essa idade. Forma-se então um quadro de rebeldia, como é socialmente percebida. [...] ao adotar comportamentos que revelem intenções de afirmar a própria autonomia, experimentar o que é restrito aos adultos ou questionar reflexivamente padrões sociais, os adolescentes acabam reconhecidos como rebeldes". (ROSSI, 2007, p. 11)

[16] Disponível em: <http://juventude.gov.br/estatuto#.VNJvuGjF-AV>

Além de receber destaque na literatura clínico-terapêutica sobre recasamentos, os adolescentes também foram o recorte etário estabelecido para o recrutamento de entrevistados nesta pesquisa. A princípio, o objetivo não era de investigar esta maior complexidade apontada, esta foi uma coincidência. As experiências e práticas de socialização são bastante distintas entre crianças e adolescentes, e como não haveria tempo hábil de analisar e comparar essas duas categorias, privilegiou-se a que se acreditava teria mais a contribuir na pesquisa sobre os interditos sexuais.

Uma vez que a "adolescência caracteriza-se por diversas transições, sendo a passagem à sexualidade com parceiro a de maior repercussão" (HEILBORN, 2006 p.35), alia-se a tendência neste período da vida a se afastar e contestar as regras e valores impostos pelos adultos, para que o início da convivência com um adolescente do sexo oposto se torne um ambiente propício para o surgimento de possíveis interditos.

1.9 **Recasamento**

A bibliografia que mais tenho encontrado sobre recasamento é produzida pelos terapeutas familiares e pela psicologia clínica, acarretando um viés devido o grupo específico sobre os quais se debruçam: famílias que foram motivadas a buscar em consultórios uma forma de ajuda para solucionar conflitos que identificaram. Isto se reflete no perfil de suas produções e no conteúdo, que costumam trazer sugestões de como estas famílias devem se relacionar, como devem se comportar e indicações do que fazer em determinadas situações. É importante lembrar dois pontos: o primeiro é que tais sugestões podem não se aplicar a todas as demais famílias de recasamento que não buscam a clínica; o segundo, que "ter sugestões" sobre comportamento sinaliza que há um comportamento ideal e que os tais conflitos percebidos são resultado da não conformidade com algum modelo idealizado (ora pelos terapeutas, ora pelas famílias).

Um segundo casamento pode envolver o entrelaçamento de três, quatro ou mais famílias (CARTER & MCGOLDRICK, 1995), que em algum momento irão se ver envolvidas em situações para as quais não foram pré-estabelecidos protocolos ou normas. Baseadas em seus casos clínicos, as terapeutas Carter & McGoldrick afirmam que

> "A intrínseca ambiguidade das fronteiras e associações [entre famílias de primeiro e segundos casamentos] desafia uma definição simples e nossa cultura não possui padrões ou rituais estabelecidos para ajudar-nos a manejar os complexos relacionamentos dos membros dessas novas famílias" (p. 344).

As famílias recasadas do presente estudo são formadas por um casal (sendo um homem e uma mulher) conjugal adulto que coabitam com filhos que ambos trouxeram de uma união anterior[17]. Muitos fatores irão influenciar a maneira que esta família irá encontrar para se constituir até atingir determinada estabilidade e equilíbrio. Alguns dos principais fatores são o histórico que os membros trazem da união anterior, como seus costume e práticas, a maneira como se desenvolveu o divórcio (brigas, litígios, disputas ou facilidade de diálogo e acordo), o tempo de duração da monoparentalidade, sentimento de culpa tanto por parte dos adultos como dos filhos, a idade dos filhos (bebês, crianças, adolescentes e jovens possuem demandas completamente diferentes), a duração e intensidade na nova união e também as possibilidades financeiras do casal (DE POTTER, 2008). As trajetórias individuais de cada novo cônjuge, assim como as trajetórias de seus filhos irão influenciar na caracterização da família que se forma.

Mais uma vez a escolha do termo mais apropriado não é tarefa fácil de resolver. Aceitando os argumentos e a lógica apresentada por Carter & McGoldrick (1995), foram eleitas as expressões "famílias recasadas" e "famílias de recasamento" para nomear as famílias estudadas.

Outros autores nomeiam de diferentes formas tais famílias: refeitas, reorganizadas, reconstituídas, reestruturadas, recompostas, recombinadas (BUCHER e RODRIGUES, 1990; WAGNER, 2002). Ressalta-se a forte presença do prefixo "re" e como isso pode revelar a ideia de repetição, de reorganização das partes de uma família, o que fica muito aquém da complexidade das famílias de segundo (ou terceiros etc.) casamento[18] (CARTER & MCGOLDRICK, 1995; CANO, 2009).

1.5.1 As famílias de recasamento

[17] Dentre as diversas possibilidades de arranjos familiares, optei por delimitar esta investigação e revisão bibliográfica aos casais heteroafetivos. Contudo, não excluo a existência, tampouco a relevância que as famílias de casais homoafetivos para os estudos sobre as novas configurações familiares.

[18] Apesar de usada nesta dissertação, os termos de recasamento ainda não parecem ideal pois transmitem a ideia de um novo casamento com um mesmo cônjuge. Buscando um termo mais apropriado, pensei em "neocasamento", mas sem conhecer entre pesquisadores e nativos como seria a aceitação, decidiu-se por manter o recasamento.

Os recasamentos são cada vez mais frequentes e até, consecutivos, dando origem a laços de parentesco múltiplos e de difícil definição. As terapeutas de família Carter & McGoldrick (1995) e, mais recentemente, Ribeiro (2005) afirmam que quando pelo menos um desses novos cônjuges traz consigo filho(s) da relação anterior, todos os envolvidos se veem obrigados a ajustar novos atores, para novos e antigos papeis. O recasamento em si não é uma novidade do final do século, pois viúvos e viúvas há muito já o faziam. A novidade é que agora madrastas e padrastos coexistem e convivem com ex-esposos e ex-esposas de seus atuais cônjuges (LEANDRO, 2008).

Segundo as terapeutas Carter e McGoldrick (1995), os filhos devem ser incluídos quando um casal tem a intenção de se separar[19]. Eles devem conhecer a vontade de seus pais e ter a oportunidade de entender, pelo menos em parte, os motivos de cada um. Desta forma, o sistema familiar teria mais condições de se manter funcionando após a separação conjugal. Todo o processo deve tentar ser claro e compartilhado, abrindo espaço para as dores e perdas dos filhos. Os filhos devem sentir que importam e que seus sentimentos estão sendo levados em consideração no momento do descasamento e do recasamento (DE POTTER, 2008).

Seguindo este raciocínio, acredito que o mesmo se aplica quando de se iniciar um novo casamento. Wagner (2002) relaciona a desconcentração dos pais desta tarefa de incluir os filhos em todas as etapas pela empolgação em torno do novo par e da fantasia que cercam de expectativas à nova união.

Um passo visto com naturalidade pelo novo casal conjugal, não parece ser tão simples para seus filhos. Com o recasamento tem início a coabitação de pessoas de sobrenomes e origens diferentes e sem vínculos biológicos ou costumes e histórias comuns. Aquele que antes era apenas o namorado, uma figura jurídica e socialmente sem responsabilidades e comprometimento, passa a dividir refeições e a opinar nos assuntos, planos e projetos da casa e da família. Uma família que, geralmente, enfrentou momentos de crise, insegurança e teve que reaprender a se equilibrar com perdas e ganhos (DE POTTER, 2008).

---

[19] Watari (2010) também encontrou queixas de filhos de pais separados sobre não participarem nem conhecerem as decisões durante o processo de separação.

O processo de separação e divórcio, mesmo quando acontece de forma consensual, representa mudanças drásticas no dia a dia da família. Com frequência, ainda que tenhamos mudanças significativas de busca de guarda compartilhada[20], os filhos passam a conviver menos com os pais (comumente não guardiões[21]); a mãe muitas vezes precisa se ocupar com mais trabalho para o sustento da família; podendo ocorrer também mudança de casa e até ir morar na casa de outros parentes, como a avó materna para mais cuidado e atenção aos filhos e redução de despesas (WATARI, 2010; FONSECA, 2005). E, quando tudo isso se ajeita, a família retoma seu ritmo e se estabiliza monoparentalmente, os filhos tendem a ficar bastante próximos de suas mães (CARTER e McGOLDRICK, 1995).

A entrada de um novo adulto costuma vir acompanhada de maior estabilidade econômica, de divisão das responsabilidades com a casa etc. (WATARI, 2010). A presença do padrasto ou da madrasta no ambiente doméstico dá início à parentalidade social (SEGALEN, 1999, apud LOBO, 2009, p. 1), que não é bem definida em seus direitos e deveres. O atual código civil em nada delibera sobre as responsabilidades de padrastos e madrastas. No artigo 1.595 da Constituição Federal, apenas está estabelecido que a responsabilidade do sustento da família é do casal conjugal, mas não estipula até onde vai esta família. Através do tempo de convivência, os papéis e a relevância dos adultos se redistribuem e irão definir o lugar, a autoridade, as responsabilidades e a hierarquia de cada um (CARTER & McGOLDRICK, 1995).

A presença de outros filhos também altera (ou inaugura) o subsistema fraterno: filhos únicos podem passar a conviver cotidiana ou sazonalmente com “irmãos sociais” (os filhos do padrasto ou da madrasta), dividindo espaço e atenção dos adultos e compartilhando dos mesmos sentimentos e estranhezas.

Adotar estes estranhos como parentes não é uma tarefa facilitada pela sociedade. Os termos “padrasto” e “madrasta” são altamente carregados negativamente, vistos como potenciais abusadores, aproveitadores e frios. Este imaginário é impregnado nas crianças desde cedo a partir de contos infantis, dos quais Cinderela e Branca de Neve

---

20 Hoje, a guarda compartilhada ocorre em apenas 6% dos casos de separação. Em novembro passado, o Senado aprovou projeto que prioriza guarda compartilhada e tempo de convivência equilibrada entre pai e mãe (DILMA, 2015).

21 Segundo o IBGE, a guarda dos filhos foi concedida a ambos os pais em 6,8% dos casos de divórcios concedidos em 2013, representando um aumento se comparado a taxa de 5,4% do ano anterior (IBGE, 2012 e 2013).

são exemplos clássicos da maldade esperada das madrastas e da infelicidade, vitimização, passividade dos enteados (RIBEIRO, 2005).

Entretanto, quando a realidade se apresenta na forma de padrastos e madrastas atenciosos e carinhosos, outros tipos de problema costumam aparecer, como o conflito de lealdade enfrentado pelas crianças e adolescentes. Os filhos muitas vezes se sentem traindo o pai/mãe biológico se estabelecem uma relação bastante próxima com o novo parceiro do outro. De acordo com Carter e McGoldrick (1995), a melhor maneira de evitar estes conflitos de lealdade e sentimentos seria que os pais, padrastos e madrastas estabelecessem uma relação mais próxima da amigável e respeitosa e, em especial, o casal parental continuar deliberando sobre a educação, férias e tudo relacionado aos filhos em conjunto. Desta forma, a criança/adolescente pode perceber que cada um dos adultos, novos e antigos, pode ocupar um lugar e cada qual com suas atribuições e responsabilidades.

Apesar de ser apenas o casal quem recasa, é a partir do estabelecimento de um vínculo conjugal que o novo arranjo familiar surgirá. Carter & McGoldrick (1995) e Cano et al. (2009) afirmam que a despeito da presença do prefixo “re”, as famílias de recasamento enfrentam questões bastante diferentes das famílias de primeiro casamento; a única repetição é a vontade de casar-se, sem pretensão de repetir papeis e expectativas dos antigos para os novos membros da configuração familiar. Isso, porém, se mostra mais uma sugestão (ou percepção) do que uma evidência do que encontram em seus consultórios e pesquisas, uma vez que grande parte das dificuldades relatadas nos consultórios remetem aos papeis de autoridade e lealdade em relação aos pais/mães em comparação a padrastos/madrastas. No livro As mudanças no ciclo de vida familiar, as autoras alertam que a tentativa de repetir ou apenas substituir uma parte por outra não colabora em nada para estas famílias. Ao contrário, reproduzir como se seguisse um modelo ideal é um dos fatores que faz aflorar os conflitos e dificuldades no recasamento.

Ao reconhecer que os principais conflitos das famílias recasadas centram na tendência a reproduzir na nova configuração o tradicional modelo de família, gerando conflitos de lealdade entre os filhos e seus pais/mães quando se envolvem com os padrastos/madrastas, a terapia de família sugere que o casal parental supere e sobreviva à separação conjugal, visando manter a educação e bem-estar dos filhos. Esta prática dos psicólogos e terapeutas é acompanhada do discurso de que cada família deve aprender a lidar com a nova situação, sem seguir receitas ou modelos preestabelecidos

tradicionalmente. Entretanto, esta prática revela uma noção pré-concebida de família, naturalizada e apoiada no biológico (WATARI, 2010) – de que os pais naturais da criança são necessariamente o mais indicado a elas.

Segundo Marcondes (2004), e em concordância com Carter & McGoldrick (1995) e Watari (2010), os conflitos que mais aparecem no relacionamento destas configurações familiares recasadas dizem respeito às obrigações que cabem a cada membro e as lealdades que se estabelecem (reforçando ou questionando laços de sangue e agregando parentalidade de forma afetiva).

Carter & McGoldrick (1995), Ribeiro (2005) e Wagner (2002) concordam que muitas dificuldades das famílias formadas a partir de um segundo casamento podem ser atribuídas à tentativa (por desejo ou por reprodução automática) de utilizar os mesmos padrões e orientações de um primeiro casamento. Devido à inexistência de normas preestabelecidas para padrastos, madrastas e enteados, pode-se aproveitar a liberdade (FÉRES-CARNEIRO e ZIVANI, 2009; WATARI, 2010; COSTA e DIAS, 2012) para configurar os papeis de acordo com as especificidades de cada novo mosaico familiar[22]. Quanto mais recasamentos, mais complexa é a família, sejam por envolver diferentes e sucessivas relações biológicas e emocionais (BUCHER e RODRIGRUES, 1990) ou pela indefinição e expectativas dos papéis envolvidos (WATARI, 2010; SILVA et al., 2012).

Segundo Martial (2003), as novas configurações familiares pretendem “reformular as relações entre as gerações, através de uma negociação permanente entre a existência de uma ordem simbólica incontornável e os novos caminhos da família”, e já adianta, que esta incerteza não se restringe à questão geracional, mas que “uma hesitação do mesmo tipo caracteriza as relações entre os sexos” (p. 74; tradução minha[23]).

Deve-se levar em conta que mesmo nas famílias fundadas sob o vínculo consanguíneo as pessoas levam um tempo para se tornarem pais e filhos. O período da gravidez é um tempo em que a mulher e o homem têm para se tornarem pais. A paternidade e maternidade, sejam elas biológicas ou não, são um processo, uma construção social e um aprendizado (BADINTER,1980).

---

22 PINHEIRO, 2012.

23 “reformuler les relations entre générations, dans une négociation permanente entre l’existance d’un ordre symbolique incontournable et la nouveauté des parcours familiaux“ e “Une comparable hésitation caractérise, dans les familles recomposées, les relations entre les sexes.“

Também a família recasada possui seu tempo de consolidação. Há estudos que dizem que elas levam de três a cinco anos para desenvolverem um sentimento de pertença (DAHL, 1987, apud CARTER & MCGOLDRICK, 1995; LIMA, 2008, apud SILVA et. Al., 2012), outros que levam em média dois anos (STERN, 1978 apud CARTER & MCGOLDRICK, 1995), e até de 5 a 7 anos para que as relações sejam autênticas e de proximidade (PAPERNOW, 1953, apud RIBEIRO, 2005). Estas famílias não se solidificam de imediato, suas regras e funções são estipuladas com o tempo e convivência.

Apesar de não se ter consenso, duas conclusões importantes são produzidas pela literatura da terapia e da psicologia: primeiro, a relação de parentesco não é um sentimento instantâneo nem rápido; e segundo, inexiste um modelo para a família recasada, dependendo do seu histórico e do tamanho de suas extensões, elas podem levar mais ou menos tempo para passarem a se ver como uma família.

1.5.1.1 Imperativo da criatividade?

Todavia, esta alegada liberdade e criatividade não se oferece a todas em igual maneira. O conceito de “campo de possibilidades”, do antropólogo Gilberto Velho (2003) esclarece que há muitos aspectos a serem considerados quando analisamos as escolhas e as opções de cada um. De natureza dinâmica, o campo se compõe de aspectos socioculturais (família, trabalho, lazer, opções políticas), por onde o indivíduo circula e é impelido a fazer opções, escolhas e tomar decisões (LARAIA, 1994). O status, classe econômica, sexo são algumas características individuais que ora facilitam, ora dificultam a transição no campo, aumentando ou reduzindo sua gama de escolhas e atuação. Ou seja, grau de escolarização, participação no mercado de trabalho, idade são forças atuantes na manutenção ou desconstrução de valores e, portanto, desejos, planos e escolhas (SORJ, 2005 e GOLDENBERG, 2).

Paralelamente a isso, há também a questão da autonomia, muito valorizada nesse processo de individualização. Há muitos limitadores desta autonomia, e uma falsa ideia de liberdade. A agência é do indivíduo, porém ela é mediada pelo outro. É a relação com o outro que define estratégias, planos e projetos. Esse outro, social e coletivo, interfere nas escolhas, assim como nos resultados, nas consequências das ações. O agente

“autônomo” esbarra em outros projetos individuais e coletivos (ORTNER, 2007). A cultura de maneira geral e aspectos socioeconômicos são a base, o solo fértil das ideias e das possibilidades de ações e atuações: de como se relacionar com o padrasto, com a filha dele, de como 40onse-los e nomeá-los. Cada uma dessas escolhas é permeada por todo o aparato sociocultural.

Uma das transformações sociais da atual sociedade moderna é a possibilidade de ampliar o leque de escolhas e projetos individuais. Cada configuração de família reflete um projeto: indivíduo sozinho, casal hétero ou homoafetivo, monoparentalidade, homoparentalidade, recasamento sem coabitação, dentre outras. A família recasada com filhos em uma mesma casa é um projeto coletivo. Como tal, o projeto coletivo – a família recasada – não é vivido de modo homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Status, trajetória (individual e da família anterior), gênero e geração interferem na maneira e nas possibilidades de seguir e investir no projeto. Filhos, pais e cônjuges, obviamente “perderam” e passaram por situações por óticas, papeis e possibilidades diferentes e, portanto, encaram a nova fase com expectativas e ansiedades diferenciadas. Estas apostas no futuro podem ser mais positivas para casal, como a chance de retomar a felicidade conjugal ou serem vistas com mais desconfiança e incertezas por seus filhos. O projeto coletivo é concomitante aos projetos individuais de cada membro da família, sendo preciso levar em conto variados atores e aspectos na construção e manutenção do projeto. Um projeto pode transformar a pessoa, ou se transformar, adaptar e rescrever ao longo do tempo (VELHO, 2003).

Em síntese, muito mudou nas relações e padrões sociais. Convivemos com mais multiplicidade e variedade, de opções, escolhas e papeis. Entretanto, há que se relacionar a individualização, autonomia, projetos e campo de possibilidades para compreender as escolhas que estas famílias estão fazendo para si, e em como essas escolhas afetam e são recebidas de modo, às vezes semelhante, noutros diferenciado por cada um dos indivíduos que a compõem.

É preciso atentar ainda quais padrões foram mantidos e quais outros estão se impondo. Essa ideia de que a família pode dar certo e de que é preciso encontrar sua própria maneira de se relacionar, deixando à particularidade a responsabilidade pelo sucesso da relação podem ser novos padrões impostos às famílias não nucleares. Resultando acusações e explicações do tipo “tendência a reproduzir os valores mais tradicionalistas de família” aos relacionamentos fracassados, que por vezes pecam em não considerar as limitações (de gênero, geração, classe) impostas à criatividade.

1.5.2 A família recasada com filhos adolescentes

As famílias recasadas tidas como mais complexas pelos terapeutas são aquelas em que um ou ambos os cônjuges trazem filhos de até 18 anos de casamentos anteriores; e é também a maioria dos casos (CARTER & McGOLDRICK, 1995).

As principais questões para os filhos no recasamento são: lidar com perdas (da família original); lealdades divididas (entre um dos pais biológicos e afeição pelo novo cônjuge); lugar a que pertence (posição e papel que desempenha em cada família); fazer parte de duas famílias (que podem ter costumes distintos e sobrenomes diferentes); expectativas pouco razoáveis (de aceitação rápida do novo casamento, surgimento de afetos e responsabilidades instantâneas); fantasias sobre a re-união dos pais biológicos; culpa por ter provocado o divórcio e; para adolescentes, problemas adicionais com a construção de sua identidade e sexualidade (VISHER e VISHER 1979 apud SILVA et. Al, 2012, Carter & McGoldrick, 1995).

Segundo a literatura dos casos clínicos, crianças pequenas são mais maleáveis e fáceis de lidar do que adolescentes, com os quais há mais tensão (CADOLLE, 2000 apud GUINCHE 2009) – mas isso não se restringe às famílias recasadas. A construção da identidade adolescente requer um afastamento da família para consolidar ideias próprias. Na família há uma constante tensão (construção, destruição e reconstrução) entre as gerações (ARAUJO & SCALON, 2005), e os adolescentes se afastam a fim de ganhar autonomia frente à geração dos adultos. Quando de um recasamento recente, esse afastamento pode ser confundindo com uma rejeição do adolescente à nova união e também uma maior dificuldade do cônjuge recém-chegado a compreender e “acolher” as necessidades específicas do adolescente (especialmente se ele não tiver filhos na mesma faixa etária).

Além disso, casos clínicos também apontam que adolescentes: i) se concentram mais na separação do que na necessidade de união e ficam ressentidos em terem que aprender a desempenhar novos papeis na nova família; ii) que tendem a “tomar partidos” de um dos pais, se afastando do outro; iii) têm dificuldades de aceitar a disciplina dos padrastos; vi) e a atração sexual pelos filhos do novo cônjuge ou até mesmo pelo atual cônjuge (CARTER & MCGOLDRICK, 1995).

Contudo, há indícios divergentes deste apresentado acima, e que esta seria uma visão mais pessimista e conservadora tanto da família, quanto da adolescência. Estes outros trabalhos com adolescentes e recasamento afirmam que devido ao fato da família ficar muito mais extensa, há contato com mais adultos de núcleos diferentes, permitindo que se encontre aquele com quem há maior identificação e que possa ajudar a resolver problemas. (DE POTTER, 2008).

1.5.3 A fratria no recasamento

Ainda que coabitem, esta costuma ser uma vivência sazonal. Os filhos das famílias recasadas podem ter como referência domiciliar mais de uma casa. São crianças que estão sempre carregando suas mochilas nas costas, trocando de casas e levando consigo partes de seus pertences. Além das questões já citadas neste texto (lealdade entre pais e novos cônjuges, ter que se adaptar à nova família e aos novos costumes e regras), os filhos que transitam entre mais de uma casa enfrentam outros problemas como encontrar seu lugar e sua posição em cada casa (que podem ser diferentes). Ainda não há informações sobre as consequências deste nomadismo a que são submetidos, e em como irão construir suas identidades (DE POTTER, 2008).

Este constante ir e vir dos filhos de pais separados entre as famílias recasadas, ainda que esporadicamente, permite a criação do sentimento familiar através do compartilhamento de atividades (como refeição, banhos, passeios, férias) conjuntas. A isto, Poittevin (2000, apud GUINCHE, 2009) deu o nome de “fratria elástica”. Esta socióloga, ao analisar as famílias e a fratria de recasamento utiliza a noção de morfofologia social para evidenciar que a estruturação da família está para além dos vínculos biológicos e genealógicos, com movimentos no tempo e nos espaços.

Na família recasada, pode-se encontrar uma variedade de irmãos. Os irmãos biológicos – ou germanos -, de mesmo pai e mesma mãe; os meios-irmãos, com quem se compartilha o pai ou a mãe; e os quase-irmãos[24] (também chamados na literatura de

---

[24] “Quasi-frère” é um termo bastante utilizado na literatura francesa. Ele é encontrado também em sites sobre recasamento voltados à população, porém é pouco conhecido (DE POTTER, 2008). Exemplo de sites que utilizam o termo: <http://www.elle.fr/Maman/Ma-famille/Famille-recomposee/Famille-recomposee-quand-les-enfants-tombent-amoureux-1738608>e <http://www.easytribu.com/famille-recomposee-dossier/psychologie/quasi-frere-demi-frere-ou-frere.html>

coirmãos, irmãos sociais, irmãos-políticos, irmãos do recasamento, irmãos-falsos; e irmãos por aliança) que são os filhos do padrasto ou da madrasta (OLIVEIRA, A. L., 2005)[25]. Nos processos que correm na justiça, eles são chamados de irmãos afetivos ou socioafetivos.

Diferentemente de padrastos e madrastas, os “irmãos sociais” não possuem uma nomenclatura nem jurídica nem socialmente difundida, são papeis ainda sem nominação em nossa classificação de parentesco. Apesar da ausência de rituais e termos específicos para os irmãos socioafetivos, a justiça reconhece sua relevância e garante os mesmos direitos conquistados por padrastos e madrastas.

A fratria é “muitas vezes a única relação íntima e diária com iguais” (OLIVEIRA A. L., 2005), mas com tantas possibilidades de novas relações, o subsistema fraterno[26] sofre alterações quando há uma nova união marital. Na passagem de uma família à outra, a composição e o lugar de cada irmão pode sofrer alterações na fratria, ou instaurar uma, quando filho único. Ainda que sejam vistos como iguais em termos geracionais, dentro da fratria há uma hierarquização estabelecida pela idade e uma diferenciação de atribuições e expectativas significativa entre os sexos. Quando duas famílias se unem, a fratria irá sofrer um reordenamento, podendo implicar em perda de privilégios, aumento de responsabilidades ou ganho de proteção, dependendo da nova colocação no grupo.

É na família restrita (PEIXOTO, 2007) que ocorre a socialização primária, os irmãos (geralmente) biológicos compartilham praticamente todas as experiências, estabelecendo um passado comum e laços bastante fortes: experienciam mútua socialização e comportamentos de companheirismo e cooperação, assim como de agressividade e disputas.

O vínculo entre irmãos (biológicos ou não) se dá a partir do nascimento e/ou da convivência. Não há um registro, ritual ou meio legal (como os casamentos, batizados etc.) para ter ou deixar de ter um irmão (OLIVEIRA, A. L., 2005). Então, esta relação entre pares parece ficar mais “flutuante” na família de recasamento, pois, uma vez que

---

[25] Os irmãos adotivos têm o mesmo status legal e social dos irmãos biológicos. E há ainda os “irmãos por afinidade”, que sem compartilhar qualquer vínculo com a família, relacionam-se como irmãos baseados nos sentimentos de afetividade (CICIRELLI, 1995; BEDFORD, 1995, apud OLIVEIRA, A. L., 2005, p. 103).

[26] O termo subsistema aparece na tese de doutorado de Oliveira (2005) e na publicação de Costa e Dias (2012) para a Revista Psicologia: teoria e prática. A ideia de sistemas e subsistemas é própria da visão sistêmica das relações sociais e na família, bastante recorrente entre terapeutas familiares.

a relação entre enteados e padrastos/madrasta costuma ser mediada pelo pai biológico (WATARI, 2010), o relacionamento entre estes filhos encara mais um (de)grau (filho de A→ A → B → filho de B), que pode ser suavizado ou intensificado pela coabitação.

Em seus estudos com e sobre irmãos, Oliveira (2005) revela não haver um modelo único de ser irmão. A relação intrageracional entre pares é tão democrática, que as possibilidades são amplas, de relações muito próximas e até dependentes, a outras de indiferença ou de conflito, sendo todas igualmente reconhecidas e legitimadas como de irmãos. Segundo a pesquisadora, esse vínculo pode ser transformado ao longo dos anos de convivência e ser resignificado. As condições para a qualidade do vínculo entre irmãos são baseadas, principalmente, em três fatores, presentes em maior ou menor grau: i) se durante a infância e adolescência eles tiveram amplo e fácil acesso um ao outro (facilitado quando os irmãos têm idades próximas e moram juntos); ii) se há um vácuo da influência parental (qualidade da parentalidade) e; iii) necessidade de identidade pessoal (questões idiossincráticas e de afinidade).

Acredito que o primeiro destes fatores associados ao terceiro é de suma importância neste estudo de famílias recasadas com filhos, pois a idade e o tempo de convivência entre crianças e adolescentes, quando combinados com uma afinidade entre os filhos de cada cônjuge, pode influenciar o surgimento dos laços fraternos mais fortalecidos e duradouros[27].

Pesquisando especificamente o relacionamento de irmãos no recasamento, ela encontrou evidências de que a partir da separação conjugal, com a ausência de um dos pais, os irmãos passam a ficar mais unidos. E quando acontece o recasamento, veem um no outro a única pessoa capaz de compreender tudo o que estão passando, tendendo a apoiarem-se mutuamente (OLIVEIRA, A. L., 2005). Apesar de não ter aparecido neste estudo de Oliveira, creio que outras possibilidades também ocorram com bastante frequência, como um filho assumir o lado da mãe e outro o lado do pai no momento da separação, e ainda, caso tenham grande diferença de idade, o mais velho pode optar por não morar com mãe (é muito mais comum a guarda ficar com a mãe).

As bases que sustentam as relações na fratria do recasamento foi alvo da pesquisa de Guinche (2009). Em seu extenso e detalhado trabalho, ele investiga a qualidade dos laços estabelecidos entre os filhos de casais recasados. Guinche afirma

---

[27] As pesquisas de Oliveira e de outras por ela citadas concordam que seus trabalhos são inconclusivos quanto aos efeitos dos critérios etários e de sexo. Foram encontrados resultados de relacionamentos afetuosos, saudáveis e próximos entre irmãos com pouca ou grande diferença de idade, assim como de mesmo ou diferentes sexos.

existirem três possibilidades de 45onsequ no recasamento. A simples, quando apenas um dos parceiros trazem filhos de uma relação anterior e juntos concebem uma nova criança que será meia-irmã. A complexa é quando os dois parceiros trazem filhos de relacionamentos pretéritos. E por fim, a fratria muito complexa, na qual há três núcleos germânicos: dois anteriores ao atual relacionamento e a nova criança, que será meia-irmã uterina de um lado e consanguínea de outro. Ele cita Poittevin (2006) mais uma vez para apresentar a nomenclatura para estas mesmas categorias: fratria dos meios, fratria dos quase e fratria mista, respectivamente.

Os membros das formas complexas e mais complexas de 45onsequ não costumam compartilhar o cotidiano, pois raramente o pai tem a custódia dos filhos (GUINCHE, 2009). A tendência é que este cenário se transforme a partir da recente decisão do legislativo brasileiro em privilegiar as guardas compartilhadas nos casos de divórcio. Talvez com a maior frequência da coabitação alternada, a fratria do recasamento passe a receber maior destaque e atenção: da academia e da mídia. No caso de assim acontecer, poderá haver uma ampla discussão destes papeis, hoje mais destinados à replicação e mímica de outros já estabelecidos, e até, o aparecimento de um termo próprio para estes irmanastros.

Já a pesquisa Nathalie Chapon-Crouzet (2005) se aproxima mais da investigação a qual me dediquei, pois pretende responder se, através das relações construídas no dia a dia de uma família de acolhimento, crianças de origens parentais variadas podem estabelecer laços fraternos que vão além do sentido comum atribuído às noções de fraternidade e representações de família.

Nas famílias de acolhimento, a construção dos laços se dá devido a partilha do mesmo espaço e de tempo; das atividades comuns como os momentos das refeições, os horários de banhos, da divisão dos quartos e troca de roupas. Os “quase” são vistos pelos pais como pertencendo ao mesmo grupo e a mesma família, numa fraternidade vivida e expressa principalmente como resultado da divisão (de tempo e espaço) (CHAPON-CROUZET, 2005). A despeito de não possuírem um ascendente comum, os filhos do recasamento podem ter sua “fraternalização” sustentada pela coabitação e coeducação (CHAPON-CROUZET, 2005).

2 PARENTESCO, ALIANÇA, INTERDITOS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS

O foco do estudo reside em se, como e sobre quais parâmetros são estabelecidos os interditos sexuais, tanto entre os adolescentes, como entre estes e os adultos. Carter & McGoldrick (1995) ressaltam que a indefinição de fronteiras claras é um desafio das famílias recasadas, pois colocam em cena uma espécie de “tabus de incesto instantâneos” entre adolescentes que nunca tiveram nenhum tipo de vínculo anterior, assim como entre padrastos e enteados.

A sexualidade humana é aprendida e necessita de todo um aparato sociocultural que lhe forneça os meios e os modos de agir e em relação a quem direcionar o desejo (BOZON, 2004). O tabu do incesto é algo que vai sendo construído e absorvido cotidianamente durante toda a socialização da criança. Interessa-nos saber se isto aparece nas famílias recasadas e sobre quais bases se sustentam. É esperado que se estabeleça este tabu? Por quem? Para que fins? Ou se não acontecem, como essas pessoas se veem? O tabu do incesto hoje interdita as relações orientadas por consanguinidade ou por parentesco social? E ainda, como a sexualidade reforça (ou desconstrói) os diferenciais de gênero e de geração nas famílias de recasamento? Faz diferença ser filho único na família de origem e passar a conviver com “irmãos”? Pois alguns estudos mostram que a convivência é mais fácil na família recasada quando o novo casamento se dá entre divorciados do que entre um divorciado e uma pessoa solteira (DUBERMAN, 1975 apud CARTER & MCGOLDRICK, 1995), então, será que o mesmo ocorreria com filhos únicos (“solteiros”) e com irmãos?

As hipóteses iniciais são de que algum tipo de interdito surja ou se imponha nestas configurações familiares. Quando não aparecer espontaneamente, este interdito virá na forma de controle e limites por parte dos pais que, temendo a inquisição da legitimidade da sua família, irão impor restrições a fim de evitar a atração entre os filhos de um e do outro. Outra hipótese é que tanto o interdito quanto o relacionamento entre os filhos podem ser facilitados se existirem crianças no recasamento. E, por último, a existência de irmãos facilite a adaptação à nova fratria.

> “A variabilidade das formas adotadas pelo grupo familiar e pela parentalidade mostra bem que a família e o fato de ser pais são diversamente instituídos segundo o período histórico e as sociedades. Trata-se de agenciamentos ou de dispositivos sociais que têm por função não só inscrever as crianças numa linhagem, mas também transmitir os bens materiais e simbólicos. O laço familiar

> se apresenta aos indivíduos segundo regras, prescrições e interditos recaindo sobre a parentalidade, sobre a filiação, sobre as obrigações parentais, ou ainda sobre o princípio da diferença dos sexos e das gerações. O grupo familiar constitui – aliás, nós o sabemos desde o aporte do freudismo – uma cena na qual se jogam a sexualidade e as identificações sexuais para todo sujeito. Nesse sentido, podemos nos referir a ela em termos de dispositivo psíquico. A família, pela pertinência que requer de seus membros, desempenha uma função no plano imaginário e simbólico nas construções subjetivas e identitárias." (GAVARINI, 2008 p. 269)

2.1 **Termos do parentesco**

Padrasto, madrasta e enteado(a) são os termos de parentesco oferecidos pela cultura ocidental a estes novos membros da família, trazendo conotações tradicionalmente negativas que aumentam as dificuldades para as famílias que estão tentando elaborar esses relacionamentos (BUCHER & RODRIGUES, 1990; CARTER & MCGOLDRICK, 1995). Quando estas relações superam as dificuldades, é comum as crianças e adolescentes chamarem seus padrastos e madrastas de tio e tia, termos que ainda circundam o vocabulário familista para evitar o peso negativo, e mantendo a diferenciação da parentalidade.

Irmã e irmão são originalmente termos de ordem genealógica, que ganharam conotação afetiva e sentimental: fraternidade, que, por sua vez, também carrega as conotações "relativo à irmã ou irmão" e "afeição geralmente estabelecida entre irmãos" (CHAPON-CROUZET, 2005). A maior parte dos autores sobre temas relacionados à família emprega os termos "irmão" e "irmã" e fratria para falar de irmãos germânicos. Quando estudamos outras configurações familiares, onde os laços[28] são de outra natureza, notamos os limites do vocabulário de parentesco. No lugar de fratria, há quem utilize a expressão "grupo fraternal"[29] ao referir-se às crianças e adolescentes que compartilham o mesmo domicílio cotidianamente (CHAPON-CROUZET, 2005).

Os termos e palavras do sistema de parentesco como o temos hoje são

---

[28] Laço fraterno/fraternal também compreende a genealogia e afetividade: "termo designa o que liga duas ou mais pessoas [...]ideia de apego" (tradução minha para "terme désigne ce qui lie deux ou plusieurs personnes [...] l'idée d'attachement") (CHAPON-CROUZET, 2005).

[29] Expressão criada por Almodovar (1998), retirada de uma pesquisa sobre a construção de laços entre crianças em famílias de acolhimento. Que laços estabelecem com os filhos do casal acolhedor e com outras possíveis crianças que coabitem (CHAPON-CROUZET, 2005).

basicamente: mãe, pai, filho, filha, irmão, irmã, avôs, tios e primos. Devido os laços de sangue e a proximidade genealógica, estas seriam as pessoas mais íntimas. Portanto, quando se quer aproximar uma pessoa eleita “de fora”, é comum escolher um destes termos para designá-la. Ao fazer isso, demonstra-se para a pessoa e para as demais testemunhas que se pretende trazê-la para perto.

O ato de nomear não é aleatório ou em vão; ele transmite um significado, é dotado de simbolismo. O vocabulário de parentesco externaliza e materializa um sistema de relações sociais; determinam papeis[30], reconhecem posições. A cada termo corresponde um lugar social e genealógico, um modelo de parentesco socialmente legitimado (REBOLLO, 2007; MOREIRA, 2010).

O modelo hegemônico é o da família nuclear, onde o casal conjugal é o mesmo a gerar os filhos e a exercer a parentalidade. Em um misto de cultura, direito e legitimação social, o modelo de parentesco ocidental é centrado na sexualidade (heterossexual, monogâmica) e procriação (biocêntrica e descendência) (REBOLLO, 2007). Quando surgem novas formas de família (os tradicionais papeis de gênero amplamente modificados, formas de reprodução assistidas, múltiplas conjugalidades) ainda nos restam apenas os mesmos termos de parentesco para novos papeis sociais. Quando o “rótulo” social não corresponde mais à “verdade” biológica, cai o biologicismo e se evidencia o aspecto social do parentesco. O que se faz é adaptar os termos e tentar enfatizá-los ou suavizá-los para dar a gradação que se pretende (como falar “mãe que me criou”, “pai biológico”, “que nem irmão”). Os termos funcionam como marcas afetivas e sinalizadores emocionais (PINA-CABRAL, 2005).

Madrasta, padrasto e enteado são os termos disponíveis para os novos membros da família. Porém, estes termos não refletem os sentimentos envolvidos e não traduzem o tipo de relação entre eles desenvolvida (REBOLLO, 2007).

Quando não pensamos os termos, conceitos e nome que usamos cotidianamente para designar pessoas e objetos podemos acreditar que determinada ideia é anterior a tudo e que sua representação, da forma como é hoje, é a única, natural ou verdadeira. Os nomes são representações. Estão dotados de cultura e sua ideia é localizada historicamente (MOREIRA, 2010). O “madrasta” está em disputa e transição no campo dos termos de parentesco. E hoje, quando a madrasta tem um bom relacionamento com

---

[30] Comportamentos, expectativas, direitos e deveres.

seus enteados, o termo é usado jocosamente; são criados neologismos como “boadrasta” e “amidrasta”.

Todavia, o *hermanastro* (espanhol), *quasi-frère* (francês) ou *step-brother* (inglês) existente em outros idiomas carece de um termo próprio e legitimado em português. A ausência do termo é sintoma ou causa? É sintoma de uma relação não legitimada, socialmente irrelevante? Ou é o motivo pelo qual pouco se fala e pouco se sabe sobre eles? Ainda não é possível responder, mas acredita-se ser possível um estudo linguístico a fim de obter mais informações sobre a apreensão da realidade vivida entre estes filhos e a abstinência de um termo que represente e designe o que são uns para os outros[31]. Outro estudo que pode ser experimentado é a comparação dos relacionamentos entre estes atores nos países que possuem o termo específico e o caso do Brasil.

2.2 **Os clássicos recontextualizados**

Sem pretender forçar essa discussão, que parece estar em suspenso nas ciências sociais (não há publicações recentes sobre o incesto), penso em experimentar se esta ideia pode contribuir de alguma forma no entendimento mais aprofundado das famílias compostas por recasamento. Se este tabu[32] se aplica de alguma forma às atuais configurações e constituição das relações de parentesco e aliança.

Procurando insumos para interpretar a maneira como são criados os laços entre os indivíduos que compõem o lar recasado, em especial se há possibilidade de se estabelecerem interditos sexuais e sobre o que se apoiariam, voltou-se os olhos muito rapidamente para dois grandes clássicos do início do século passado: As estruturas elementares do parentesco, de Lévi-Strauss e Totem e tabu, de Freud.

---

[31] Procurando explicações nesta direção, encontrei a teoria da relatividade linguística. Aparentemente em desuso, por sua vertente mais radical e determinista, ela relaciona linguagem, pensamento e cultura (TILIO, 2007). É neste sentido que sugiro um estudo da ausência de um termo para estas relações.

[32] Freud explica: “O significado de ‘tabu’, como vemos, diverge em dois sentidos contrários. Para nós significa, por um lado, ‘sagrado’, ‘consagrado’, e, por outro, ‘misterioso’, ‘perigoso’, ‘proibido’, ‘impuro’. O inverso de ‘tabu’ em polinésio é ‘noa’, que significa ‘comum’ ou ‘geralmente acessível’. Assim, ‘tabu’ traz em si um sentido de algo inabordável, sendo principalmente expresso em proibições e restrições. Nossa acepção de ‘temor sagrado’ muitas vezes pode coincidir em significado com ‘tabu’.” (p. 16)

A leitura destas obras foi direcionada apenas para compreender as relações de parentesco e o tabu do incesto no que eles poderiam ser recontextualizados e oferecer ideias à investigação do relacionamento entre estes estranhos aparentados. No que se sustentaria o interdito sexual neste modelo de configuração familiar? Não pretendia – e nem poderia – encontrar as bases para este interdito; apenas procurar ideias de como o tabu do incesto poderia ou não se aplicar aos filhos de casamentos anteriores convivendo na nova composição.

As estruturas elementares do parentesco serviram para uma aproximação e uma visão mais generalizada das relações de parentesco e aliança nas diferentes sociedades. Já Totem e tabu proporcionou insights mais valiosos para esta pesquisa. Os sistemas de parentesco e alguns tabus continuam estruturando as relações sociais dos indivíduos. Ainda que se reconheça a individualização acentuada, as pessoas estão inseridas numa sociedade de valores e práticas estabelecidos coletivamente.

2.2.1 As Estruturas Elementares do Parentesco

Esta sintética resenha da leitura de As Estruturas Elementares do Parentesco (1949) pretende apreender a visão de Lévi-Strauss acerca do incesto e, se possível, fomentar a discussão sobre o tema na contemporaneidade, em especial, iluminando questões levantadas por recasamentos e novas configurações familiares.

O livro apresenta uma variedade de exemplos de comunidades humanas e não humanas nas quais podemos encontrar alguma forma de evitação ou proibição do incesto. A determinação de regras para casamentos é a maneira que as sociedades de maior ou menor complexidade desenvolveram para regular a formação de alianças. Algumas vezes determinando com quem se deve e noutras apenas restringindo um pequeno grupo enquanto proibidos.

Apesar de sempre presente entre os homens, as formas como se estabeleceram os critérios de com quem se pode e com quem não se pode casar são múltiplas, diversificadas e variadas. A discussão sobre o incesto esteve borbulhante durante o século XX; alternando entre teorias amparadas na biologia de um lado e na cultura de outro, muito se observou, por exemplo, nos animais e em sociedades isoladas a fim de captar a “origem”, a “essência” desta regra universal (em conteúdo, mas não em forma).

Após autores, teorias e comparações, não se estabeleceu um consenso nas ciências sobre a fundação do incesto, mas sim, a partir de Lévi-Strauss, que o incesto é o fundamento: é a partir e devido a sua existência que se passou da natureza à cultura.

De visão estruturalista, o livro apresenta uma interpretação da realidade que combina as regras do casamento, a nomenclatura dos parentes e das relações sociais e os sistemas de privilégios e de proibições como estruturas inseparáveis de um mesmo sistema. Logo no início, o autor define as "estruturas elementares do parentesco [como] os sistemas nos quais a nomenclatura permite determinar imediatamente o círculo dos parentes e os dos aliados, isto é, os sistemas que prescrevem o casamento com um certo tipo de parente". Estes sistemas seriam aqueles em que há um grupo de parentes prescritos para o casamento. Nestes sistemas, ainda que parentes, a nomenclatura enquadra alguns entre cônjuges possíveis e outros proibidos: o caso dos primos cruzados e primos paralelos. Há também os sistemas que eram chamados como sendo de estruturas complexas, pois eram interpretados como definindo apenas o círculo restrito de parentes e deixava a critério de outros fatores – econômicos e psicológicos – o mecanismo que atuaria na determinação do cônjuge: "vários sistemas africanos e o de nossa sociedade contemporânea". Em sua análise, Lévi-Strauss considera todos estes aspectos como integrantes do mesmo sistema.

Não são nada evidentes os princípios que norteiam as regras dos casamentos, e o estudo da proibição do incesto foi uma tentativa de esclarecer a lógica das relações através do que lhe é negado. Inspirada na evitação presente em algumas espécies de animais, a corrente biológica de que isto seria uma característica inata aos indivíduos já teve bastante peso na discussão; entretanto, este autor defende a ideia de que as teorias que tentam explicar a proibição do incesto pelas consequências nocivas são apenas racionalizações para algo que ainda não conseguimos uma explicação satisfatória. Afinal, "É a relação social, situada além do vínculo biológico, implicado pelos termos "pai", "mãe", "filho", "filha", "irmão" e "irmã" que desempenha o papel determinante". O exemplo que melhor encerra o argumento é o caso dos primos cruzados, que compartilham a mesma proporção e distância consanguínea dos primos paralelos, porém, enquanto os primeiros são os cônjuges preferenciais, os últimos são nomeados como irmãos e, como estes, compartilham do incesto e proibição de unirem-se em aliança.

Segundo o livro, a natureza exige a aliança mas deixa uma lacuna vazia, e é a cultura com toda a sua variabilidade e multiplicidade que irá preencher este espaço. O

que há de universal é que alguma regra precisa ser estabelecida e que esta regra será estabelecida pelo e para o grupo. “A relação que torna possível o casamento deve ser social – isto é, definida nos termos do grupo – e não natural, com todas as consequências, incompatíveis com a vida coletiva”. Ou seja, a proibição do incesto tem por função manter uma determinada ordem prezada e defendida pelo grupo. Tal grupo só existe se esta regra for obedecida. E é por isso que “Considerada do ponto de vista mais geral, a proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consanguinidade ao fato cultural da aliança.”

Partilha-se do entendimento de que

> “é a regra, substância ao mesmo tempo permanente e geral da cultura, sem levantar ainda a questão de saber por que esta regra apresenta o caráter geral de proibir certos graus de parentesco, e por que este caráter geral aparece tão curiosamente diversificado” (LÉVI-STRAUSS, 1949, p.72).

Qual é a regra que se impõe para nós hoje? Pais, mães e irmãos são praticamente indiscutíveis, seja no aspecto biológico, como também no social, quando estes papeis são exercidos por outros atores sem laços consanguíneos, mas que assumem e são reconhecidos em tal posição e por tal nome.

“O papel primordial da cultura está em garantir a existência do grupo como grupo.” Indaga-se quais norteadores culturais regem as relações entre os membros de uma família recasada, especialmente o relacionamento entre os filhos de relacionamentos anteriores, agora colocados sob o mesmo teto. Qual modelo de grupo (de família, de sociedade) estamos procurando proteger hoje? Nesse cada vez mais recorrente espaço de socialização, quais são as regras estabelecidas (veladas ou explícitas) entre estes indivíduos? “Ao estabelecer uma regra de obediência geral, o grupo afirma seu direito de controle sobre o que considera legitimamente um valor essencial.’’

“Considerada em seu aspecto puramente formal, a proibição do incesto, portanto, é apenas a afirmação, pelo grupo, que em matéria de relação entre os sexos não se pode fazer o que se quer.’’ Sendo assim, com quem se pode ou não manter relações e estabelecer alianças?

A nomenclatura de parentesco é um primeiro indicador de que se tal pessoa está classificada no grupo dos cônjuges possíveis ou no dos proibidos. Os termos madrasta e padrasto preenchem esta função e, sabe-se que, estes são proibidos. Na legislação brasileira, uma vez estabelecida, através do casamento ou da união estável, a aliança não se desfaz. Portanto, fica proibido contrair matrimônio com o ex-padrasto, por

exemplo. “O aspecto positivo da interdição consiste em dar início a um começo de organização.” Resta, entretanto, a dúvida quanto à posição e às regras em relação aos filhos dos padrastos e madrastas.

A começar pela falta de um termo específico para esta relação na língua portuguesa. Outros idiomas possuem termos para estas relações, como o francês, o inglês e o espanhol. Não havendo um termo específico que o localize no sistema de parentesco, pode-se pensar que eles não fazem parte da mesma família, sendo, portanto, pertencem aos cônjuges possíveis. Contudo, a sociedade e a legislação estão cada vez mais reconhecendo o valor e a legitimidade de relações e afetos estabelecidos pelo convívio e cuidado[33]. Ficará esta relação condicionada ao tipo de convívio que os filhos de cada um estabeleçam entre si, caso a caso?

Sobre com quem se pode construir aliança e as regras de exogamia e endogamia, Lévi-Strauss relata que tem que ser próximo o suficiente para ser da comunidade, mas não tão próximo quanto a família. – “Em todos esses casos trate-se somente de saber até onde se estende a conotação lógica da idéia de comunidade”. – A fim de conhecer que regras regem as alianças no recasamento, importa saber, antes, até onde se estende “a” família. Como os filhos nascidos de relações anteriores veem uns aos outros? Que papel lhes são denominados? Quais expectativas e limites recaem sobre eles? “A endogamia verdadeira manifesta simplesmente a exclusão do casamento praticado fora dos limites da cultura, cujo conceito está sujeito a toda espécie de contrações e dilatações.”

O caso dos primos cruzados é crucial em sua argumentação. Combinado às regras de aliança e ao princípio de reciprocidade[34], pode nos ajudar a refletir sobre os

---

[33] A atual legislação de filiação permite a inserção de um novo pai ou mãe na certidão de crianças se reconhecido o vínculo afetivo entre eles.

[34] “A noção de reciprocidade permite pois deduzir imediatamente a dicotomia dos primos. Doutras palavras, dois primos masculinos, que estejam ambos em posição credora em face do grupo de seu pai (e devedora em relação ao grupo de sua mãe), não podem trocar suas irmãs, assim como também não poderiam dois primos masculinos em posição credora com relação ao grupo de sua mãe (e devedora com relação ao grupo do pai). Este arranjo intimo deixaria de fora em algum lugar, de um lado um grupo que não restituiria, e de outro lado um grupo que não receberia nada, e o casamento permaneceria, num e noutro, em forma de transferência unilateral. O casamento entre primos cruzados exprime portanto somente, em última análise, o fato de que em matéria de casamento é preciso sempre dar e receber. Mas que só se pode receber de quem tem obrigação de dar, e que é preciso dar a quem possui o direito de receber. Porque o dom mútuo entre devedores conduz ao privilégio, assim como o dom mútuo entre credores conduz à extinção.” (p. 171) “Se a organização dualista tem uma razão de ser, esta não pode encontrar-se senão numa qualidade comum dos irmãos e das irmãs e dos primos paralelos, pela qual esses dois grupos se opõem, da mesma maneira, ao grupo dos primos cruzados. Esta qualidade comum não pode ser a proximidade biológica. Encontramos esta qualidade comum no fato dos irmãos e irmãs, assim como os primos

“irmanastros”[35]. Este tipo específico de regra foi no que Lévi-Strauss se ancorou para rechaçar as explicações baseadas nas consequências biológicas negativas do incesto e, através de sua análise mais detalhada, concluiu que aspectos culturais (sociais, econômicos) se combinavam para desenvolver um sistema de parentesco bastante específico e estabelecer tal regra – que aparentemente tinha origem num determinado lado da consanguinidade.

> “Primeiramente, o sistema de casamento de primos cruzados aparecia, à luz de nossas próprias idéias sobre os graus proibidos, como profundamente irracional. Por que estabelecer uma barreira entre primos provenientes de colaterais do mesmo sexo e os descendentes de colaterais de sexo diferente, se a relação de proximidade é a mesma nos dois casos?” (p. 138)

Sobre os critérios culturais e sociais disfarçados na matriz de natureza e biologia:

> “Entretanto, a passagem de um a outro estabelece a diferença entre o incesto caracterizado (os primos paralelos sendo equiparados aos irmãos e irmãs) e não somente as uniões possíveis, mas até as recomendadas entre todas (porque os primos cruzados são designados com o nome de cônjuges potenciais) _ A distinção é incompatível com nosso critério biológico do incesto. Não havendo nenhuma razão intrínseca que derive da relação particular de primos cruzados, concluiu-se daí que a instituição inteira devia ser consequência indireta de fenômenos de outra ordem.” (p. 138)

A ideia levantada inspirada pelo impedimento do casamento entre primos paralelos é a seguinte: caso haja um impedimento ou uma certa evitação de uma conjugalidade entre os “irmanastros”, se seria possível interpretar de modo parecido com a visão de incesto entre os primos paralelos? De que não é, absolutamente, o aspecto biológico quem dita com quem se pode ou não relacionar, e sim, o valor social (e com isso as expectativas e obrigações) da posição em que se encontra no sistema familiar: se dentro ou fora dele. Entretanto, no caso dos primos paralelos e cruzados, a nomenclatura diferenciada demonstra que estão em lugares bastante distintos nas regras de aliança, o que não acontece em nossa sociedade.

Contudo, para confirmar esta ideia, é necessário antes, conhecer qual é o papel desta figura, o filho ou filha do padrasto ou madrasta. E ainda comparar a visão que os

---

paralelos, se encontrarem orientados da mesma maneira, e afetados pelo mesmo sinal, no interior de uma estrutura de reciprocidade, o que de alguma maneira, portanto, os faz se neutralizarem, enquanto os primos cruzados são afetados de sinais opostos e complementares. Para conservar a mesma metáfora poderíamos então dizer que se atraem.” (p. 180)

[35] Tradução de hermanastro, termo espanhol para referir-se ao filho do padrasto ou da madrasta.

“irmanastros” tem entre si com a visão que padrastos e enteados têm de seus enteados. Reforço que isto não está dado para nós, pois não dispõem-se ao menos um termo específico para esta relação. O que tende a sugerir que o filho do padrasto é uma figura possível de se contrair casamento.

Ainda sobre a categoria dos cônjuges possíveis: “Tudo quanto não é proibido é permitido”. A legislação não proíbe relacionamentos afetivos-sexuais entre nenhuma pessoa (maiores de idade e consensual), quaisquer que sejam seus laços sociais ou biológicos. Porém, não é possível oficializar estas relações em casamentos ou reconhecer enquanto uniões estáveis. Outros países[36] vão além e criminalizam relações incestuosas, inclusive com pena de reclusão[37].

Coloca-se, mais esta questão, já bastante discutida no campo do incesto: a evitação e a proibição. A primeira transmite uma ideia de mais naturalidade; o incesto, de tão incorporado aos valores culturais e sociais, tem um peso moral tão forte que tal comportamento é automaticamente inibido. Por outro lado, a proibição viria da necessidade de impedir um comportamento que seria desejado e passível de surgir em determinado contexto.

2.2.2 Totem e tabu

Esta obra de Freud, de 1914, foi uma tentativa de utilizar o ponto de vista e as descobertas da psicanálise para responder algumas questões que foram levantadas e que ficaram por ser respondidas, como, por exemplo, como surgiu, para que foi criado e por que se mantém alguns tabus, como o tabu do incesto. A obra é importante porque ajudou a clarear alguns momentos e ofereceu hipóteses consistentes, mas as questões não foram todas sanadas – até hoje.

Como o objetivo é de instrumentalização, aproveitar-se-á o que for útil para o recorte de recasamento e deixar-se-ão todas as críticas e limitações quanto a maneira etnocêntrica – comum àquela época – que o texto foi elaborado e se evitará reproduzir

---

[36] Austrália, grande parte da Europa, Canadá, China, Turquia, dentre outros (AZEVEDO & GUERRA 2011).

[37] Em 2013, um caso alemão chegou à mídia brasileira. Dois irmãos viviam como casal e tinham filhas. O homem foi condenado a 3 anos de prisão e a família separada. O caso reacendeu a discussão em torno da lei, e surgiram propostas de descriminalização no país.

no texto expressões como “civilizados”, “moral”, “normal” destinados à cultura da Europa ocidental em contraposição aos “primitivos” e o pensamento evolucionista para com as sociedades e a cultura.

O texto, uma reunião de quatro ensaios, focaliza nos relatos sobre os aborígenes australianos. Utiliza outros povos e diversas fontes de relatos para ilustrar seus argumentos diversas vezes, mas sempre se concentrando nos australianos. A exogamia é a primeira a chamar atenção. Exogamia – instituição que privilegia o casamento com pessoas de fora, às vezes proibindo o casamento intragrupo – está diretamente relacionada com o totemismo. Cada clã tem o seu totem; e todos daquele clã são impedidos de casarem e de manterem relações sexuais entre si. Essas duas instituições estão bastante correlacionadas e geralmente onde há uma, a outra também é encontrada.

A descendência totêmica é hereditária. Seja de que linha esta se faça (masculina ou feminina), todos os nascidos, homens ou mulheres, pertencerão ao totem do pai ou da mãe. Assim, irmãos ficam impedidos de manter relações entre si e com o pai ou a mãe (dependendo da regra da descendência), pois todos pertencem ao mesmo totem. A quebra desta regra consistiria em incesto; e este se aplica a todos os indivíduos do mesmo totem: uma mulher não pode casar-se com nenhuma outra pessoa de seu clã. Ou seja, a visão de incesto vai muito além da consanguinidade, explicação senso comum nas sociedades modernas ocidentais.

Uma das perguntas que se faz é do porquê e para que esta proibição existe. Como a punição e o castigo costumam ser bastante severos (naquelas comunidades) mesmo quando não resultam em filhos ou fugas e o caso seja passageiro, leva-se a crer que a razão da proibição seja mais uma questão moral do que de natureza prática, como algumas vezes vimos simplificar.

Nestas tribos, a unidade “familiar” não é a célula delimitadora do incesto, e sim o grupo, o clã. Pertencer a um mesmo totem o torna íntimo e igual, “Formam uma família única e, dentro dela, mesmo o mais distante grau de parentesco é encarado como impedimento absoluto para as relações sexuais”.

Aqui temos a primeira contribuição direta ao objeto. Nas tribos, onde vigora o totemismo, o parentesco consanguíneo “real” (nos termos de Freud) é substituído pelo parentesco totêmico. Pode-se, então, experimentar um paralelo e sugerir que na “tribo” ocidental, pós-moderna, pós-industrial, contemporânea, com valores ambíguos, tradicionais e modernos o parentesco “real” é substituído e/ou confirmado pelo

parentesco social. Com isso, quer-se dizer que o sistema de parentesco, em nossa sociedade, pode ser biológico, “real”, “natural”; mas que ele coexiste com o parentesco social. Algumas vezes confirmando – quando o pai genitor assume e é reconhecido em seu papel de pai -, noutras disputando – quando o pai genitor não é quem ocupa o papel de pai social, “aquele que cria”, que “participa”.

O seguinte trecho corrobora esta linha de pensamento sugerido.

> “Ao mesmo tempo, é de se observar que se existisse um certo grau de liberdade de relações sexuais fora do casamento, o parentesco de sangue e, 57onsequentemente, a proibição do incesto, tornar-se-iam tão incertos que a proibição teria necessidade de uma base mais ampla.” (p.8)

O ocidente contemporâneo vive com muito mais liberdade de relações sexuais: pré-conjugais, extraconjugais e em novas conjugalidades.

A segunda contribuição de Totem e Tabu partiu do trabalho de L. H. Morgan (1867), responsável pelo desenvolvimento do sistema de parentesco classificatório. Neste sistema, a terminologia de parentesco liga uma pessoa ao grupo (e não uma pessoa a outra pessoa). Um único termo (“mãe”) é direcionado para a genitora e para todas as mulheres com quem, segundo as regras totêmicas de casamento, seu genitor poderia ter se casado. Assim como, um único termo (“irmã”) é designado para a filha de seus genitores e para as filhas das mulheres ou dos homens com os quais seus genitores poderiam ter se casado. Sugere-se a aplicação do sistema classificatório para explicar porque, em algumas famílias recasadas, o filho de um dos cônjuges adote e passe a chamar os filhos dos novos cônjuges de irmãos.

O tabu do incesto é recorrente tanto intraclã, quanto aos pais e irmãos, mesmo que não consanguíneos. Portanto, talvez aplique-se também aos filhos das madrastas e padrastos, pois estes seriam “os irmãos que alguém poderia ter tido” se seu pai ou mãe tivessem escolhido aquele tal cônjuge no lugar de sua mãe ou pai.

A terceira e última contribuição direta encontra-se no ensaio Tabu e ambivalência emocional, onde o autor dedica-se a comparar alguns

> “pontos em que a concordância entre as práticas do tabu e os sintomas obsessivos é mais claramente mostrada: (1) o ato de faltar às proibições qualquer motivo atribuível; (2) o fato de serem mantidas por uma necessidade interna; (3) o fato de serem facilmente deslocáveis e de haver um risco de infecção proveniente do proibido; e (4) o fato de criarem injunções para a realização de atos cerimoniais” (p. 22).

O terceiro ponto fala da infecção através do contato com a pessoa ou situação tabu. Ora, a partir e através da convivência em que os filhos de casamentos anteriores passam a conviver, este contágio pode ocorrer. Se a situação “fraterna” é um tabu, colocar alguma pessoa na condição de irmão ou irmã, a torna um tabu. Isso pode ser facilitado se a pessoa já tem um irmão e passa a conviver com o(a) enteado(a) de seu pai ou mãe; mas também pode ocorrer em simplesmente os filhos de cada passarem a ser tratados como iguais, como “filhos” genéricos do novo casal; ou ainda se forem tratados ou vistos como irmãos por pessoas de fora mesmo da relação domiciliar (por exemplo, se amigos do colégio questionarem ou assumirem que o(a) tal filho(a) da madrasta ou do padrasto é irmã(o). O “contágio” pode acontecer a partir da identificação dele mesmo enquanto irmãos ou pela percepção social e coletiva.

Freud também não encontrou os fundamentos e as origens dos tabus. Tabus só fazem sentido para aqueles que estão sob seus domínios. Ainda que a mesma proibição esteja expressa em leis, o tabu (o constrangimento, a evitação interna, a repulsa) não se restringe a sua ilegalidade, nem a moral. Os tabus “se impõem por sua própria conta” e, aos poucos, ao longo de gerações, proibições, punições, o tabu ganha autonomia e força própria. Incorpora-se nos costumes, nas práticas e na tradição.

2.3 **Interditos contemporâneos**

A atração sexual entre os aparentados por um recasamento foi citada por Carter e McGoldrick (1995) e por Oliveira (2005), porém, nenhuma das obras voltou a tocar no tema ou abordar com mais profundidade algum caso que tenham encontrado. Encontra-se mais sobre o assunto em duas autoras francesas[38]: a antropóloga Françoise Héritier e a socióloga Agnés Martial.

Françoise Héritier (1994[39]) se debruça na questão substancial para explicar o que ela chama de incesto de segundo tipo (o de primeiro tipo é o que se funda nas questões biológicas e consanguíneas para proibir as relações dentro da família restrita).

---

[38] A literatura francesa, assim como a sociedade francesa, foram as mais producentes que encontrei, tanto em trabalhos e publicações acadêmicas, como sites de revistas e de assuntos cotidianos a abordarem as famílias recompostas (como eles chamam).

[39] Traduzida para o espanhol, italiano e inglês.

Este tipo derivado de incesto também se aplica à família restrita, mas pode experimentar ser estendido às famílias recasadas e por isso sua inclusão nesta análise. É no jogo de identificação e diferenciação que a antropóloga deposita a origem dos "mecanismos fundamentais da aliança", sobre os quais se encontram também a proibição do incesto.

O incesto de segundo tipo envolve três pessoas e não apenas duas. Isto porque o incesto não ocorre entre mãe e filha diretamente, mas através de um homem que se relacione com ambas. Isto é visto como incesto porque a substancialização das relações transforma duas pessoas num corpo só através do ato sexual. A mãe, ao fazer sexo com determinado homem, transmite "humores[40]" para ele. Se ele vir a fazer sexo com uma de suas filhas, os corpos das duas entrariam em contato por meio deste homem, caracterizando o incesto de segundo tipo. Os corpos da mãe e da filha são feitos do mesmo material; a diferença de sexos também caracteriza a diferença de substâncias. Mãe e filha ou duas irmãs, se compartilharem o parceiro, colocam em contato substâncias idênticas[41].

A interdição entre padrastos e madrastas e seus enteados é social, não existe juridicamente, e pode incluir outras relações, como os irmãos de leite. Segundo Héritier, não devem ser consideradas como incestuosas, pois estas se limitam à descendência legal.

Mas isto se encontra nas sociedades por ela estudadas, onde não há lugar para se pensar relações homossexuais e os casamentos consecutivos. Servindo de inspiração, este incesto "por tabela" pode iluminar um pouco os interditos no recasamento em nosso contexto. Se pais compartilham das mesmas substâncias, humores, fluidos que seus filhos, fica interditado então, as relações com os enteados e entre os enteados de cada um (neste último caso, ao invés de três, são quatro pessoas envolvidas).

Agnès Martial (1998) oferece contribuições sobre a constituição da fratria e sobre o interdito sexual no recasamento. Quanto ao primeiro ponto, ela afirma que a composição da fratria não se dá a partir dos laços biológicos, tampouco da ordem de nascimentos. O que importa é a igualdade de tratamento que os filhos de origem distintas

---

[40] Em muitas tribos do oeste africano, local de pesquisa de Françoise Héritier, o parentesco e a proibição são baseados nas trocas de fluidos corporais: sangue, sêmem e leite (bebes alimentados por uma mesma mulher se tornam parentes próximos).

[41] É este tipo de incesto que a legislação brasileira pretende inibir ao declarar que a afinidade não se extingue uma vez que o relacionamento acabe. Ou seja, ex-padrasto, ex-madrasta, ex-enteados são para sempre indivíduos proibidos de se contrair casamento.

recebem. Sendo assim, cabe a cada um deles, entre eles, se posicionarem no grupo fraternal. Ainda de acordo com Martial (2003), devido à indefinição dos laços de parentesco entre os membros do recasamento, não há uma proibição clara e imperativa sobre relacionamentos sexuais ou amorosos entre aqueles de sexo diferentes. A autora afirma existir um discurso e histórias de casos que infringiram a regra da proibição – então há uma proibição -, porém, apenas é revelada e exposta nos casos intrageracionais (entre os filhos de cada novo cônjuge). Já entre enteados e padrastos ou madrastas, reina o silêncio, revelando tratar-se de um tabu.

O livro *S'apparenter* (2003) contém exemplos bíblicos, da Roma antiga e outros que caracterizam a relação padrasto/madrasta-enteados como incesto, que a despeito do matrimônio legal, apoiam-se na relevância da parentalidade social a partir de uma visão substancialista do parentesco, que se manteria mesmo após a dissolução da união. Explicando :

> "La rencontre des corps et de leurs humeurs, à travers l'acte sexuel, conduit à l'identié des partenaires. L'affinité allie dons, par le biais de l'union sexuelle et du mélange de "semences" et d'humeurs qu'elle entraîne, les parents d'un individu à son partenaire, et réciproquement. Elle se compte selon les mêmes degrés que la parenté consanguine. Du fait qu'elle tient uniquement à la réalisation de l'acte sexuel, cette union produit les mêmes effets à l'intérieur ou à l'extérieur du mariage, mais ne résulte de celui-ci que lorsque l'alliance matrimoniale a été consommé. Du plus, la communauté de chair établie par l'union sexuelle survit non seulement à la rupture ou à la dissolution du couple, mais aussi au décès dde l'un des partenaires : l'affinité, une fois instaurée, constitue un lien définitif entre les personnes alliées."[42] (MARTIAL, 2003, p. 81).

Este excerto também revela um olhar substancial da aliança, onde os laços são criados a partir do compartilhamento de substâncias corporais comuns. Outros textos apresentam um olhar de identificação mais voluntária, fruto da construção de uma história comum, na criação dos laços na fratria. De uma forma ou de outra, a aliança uma vez estabelecida traz consigo as interdições de relações sexuais (MARTIAL, 1998).

Ainda segundo a socióloga francesa, os atos de identificação e diferenciação que se dá entre germanos de sexos diferentes é falsamente reproduzido no

---

[42] O encontro dos corpos e de seus humores, através do ato sexual, conduz a identificação dos parceiros. A aliança combina dons, via união sexual e da mistura de "sementes" e de humores que nela realizados. Ela conta segundo os mesmos graus do parentesco consanguíneo. Como ela é fruto de um ato sexual, esta união produz os mesmos efeitos dentro ou fora do casamento, porém só resulta uma vez que a aliança matrimonial foi consumada. E ainda, a comunidade carnal estabelecida pelo ato sexual sobrevive não somente a ruptura e rompimento do casal, assim como a morte de um dos parceiros: a aliança, uma vez instaurada, constitui um laço definitivo entre as pessoas aliadas (tradução minha).

recasamento, revelando um ambíguo laço capaz de interditar as relações amorosas e sexuais, sem ser fundado biológica e legalmente.

Em capítulo de livro sobre adoção, Martial (1998) apresenta alguns autores e suas explicações para o “incesto” na família de recasamento. O incesto na família de recasamento obedece a mesma lógica das famílias adotivas. Uma vez formalizada a adoção, o adotado fica proibido de contrair matrimônio com os ascendentes e descendentes do adotante. Ainda que não haja nenhum tipo de adoção jurídica, estas famílias agiriam sob o mesmo princípio (BENABENT 1991 apud MARTIAL 1998).

Já Beer (1988 apud MARTIAL, 1998), retoma a instituição da exogamia para explicar a tendência que o casal recasado tem a proibir o relacionamento afetivo-sexual entre os filhos reunidos, e sugere a hipótese da necessidade de buscar fora do lar os parceiros sexuais. Contudo, Martial também não acredita existir o incesto neste contexto. Para ela, os irmãos do recasamento apenas utilizam a mesma palavra – irmão – aplicada ao incesto, mas não se trata do mesmo tipo de relação. Ela reconhece a existência do risco da atração sexual entre adolescentes e a evitação por parte dos adultos; mas a busca por estabelecer laços fraternos no recasamento é um fato recente, explicado pelas transformações dos costumes e da transição dos valores tradicionais (que visavam a questão patrimonial e de subsistência) para valores afetivos e eletivos (a família está junta porque se escolheu).

A explicação trazida por Martial (e que corrobora a hipótese inicial ao interdito) é a de que a proibição do relacionamento afetivo-sexual entre os filhos do novo casal existe a fim de garantir a instauração dos laços familiares; a quebra do interdito significaria negar estes laços. É a prova que a “família” existe, transparecendo um ideal de família aproximado da família nuclear.

> “Par un jeu d’échos et de correspondances, l’idée d’un « inceste » quasi-fraternel instaure et prouve le familial. Il structure autour des couples parentaux une parentalité dite sur le mode de l’élection, mais aussi instituée par la contrainte et la prohibition. En l’absence d’une loi collective et reconnue socialement, inexistante dans la famille recomposée tant que les enfants ne sont pas liés par l’adoption, ce sont les parents qui posent cet interdit, ce sont les parents qui énoncent non plus l’élection mais la règle, sans quoi la constellation recomposée ne pourrait exister en tant que famille.“[43] (Martial,1998)

[43] “Através de um jogo de ecos e correspondências, a ideia de um “incesto” quase-fraternal instaura e prova o familiar. Ele estrutura ao redor dos casais parentais uma parentalidade entendida pela escolha, mas também institui pelo contrato e pela proibição. Na ausência de uma lei coletiva e reconhecida socialmente, inexistente na família recomposta, tanto é que os filhos não são ligados pela adoção, são os pais quem colocam o interdito, e são os pais que enunciam não mais a escolha, mas a regra, sem a qual a constelação recomposta não poderia existir enquanto família”. (tradução minha)

Após a releitura destes dois textos de Lévi-Strauss e Freud, nota-se que o problema da definição e determinação dos sistemas de parentesco ainda pode ser bastante discutida e pensada pelas ciências sociais iluminadas pelas questões que estão sendo colocadas pelos modelos variados de família. Os estudos comparativos entre sociedades menos e mais complexas já mostrou que o parentesco é um sistema social, fruto e próprio de cada sociedade. Nada lhe há de natural. Os dados e explicações biológicas são características do ocidente que se pretende racional e baseia a verdade e as regras naquilo que pode ser observado na natureza. Explicar o parentesco – e os interditos – pela via consanguínea reflete os resquícios do positivismo cientifico.

Mas a família e os valores que impulsionam sua constituição se transformaram; a razão (o sustento, o patrimônio, o status) abriu espaço para a emoção (os afetos, as escolhas). E com a família, o parentesco está sendo repensado e resignificado. Neste processo, sobram personagens e faltam papeis e nomes. Ainda permanece a ideia de que ‘pai’ e ‘mãe’ só tem um, porém algumas vezes é preciso especificar se este um é aquele quem gerou ou aquele que criou.

Enquanto os textos clássicos não resolvem o problema das bases do parentesco e do incesto, mas apontam que esta resposta não está na natureza e no sangue, as autoras francesas desviam do incesto ao explicar o que acontece nas famílias recasadas. Héritier e Martial afirmam que não se trata de incesto o relacionamento afetivo-sexual possível entre a fratria do recasamento ou entre enteados e padrastos. Entretanto, em nenhum momento negam que os sentimentos que inibem seu acontecimento sejam distintos daquele.

O interdito está colocado e é identificado no contexto do recasamento pelas duas autoras. Ele pode ser arbitrário, quando os pais proíbem o relacionamento a fim de se afirmarem enquanto família; ou surge espontaneamente a partir do cotidiano partilhado, da imitação da fratria original. É graças a replicação de um modelo socialmente aceito de ser irmão (facilitado pela sua imensa variabilidade) que este conjunto de filhos de casamentos anteriores estabelecem a fratria. Acrescenta-se a isto o fato de não haver um nome próprio para a relação, muitas vezes restando como opção apenas a palavra “irmão”.

2.3.1 Casal conjugal, fratria do recasamento e o nascimento do parentesco

Os trabalhos de Chapon-Crouzet (2005) com as famílias de acolhimento e de Guinche (2009) com as famílias de recasamento, apesar de tratarem de modelos e contextos familiares bastante distintos entre si, chegam à mesma conclusão de que é a partilha diária e a convivência que propicia o surgimento do sentimento fraterno entre os adolescentes e crianças reunidos em um mesmo lar. E isto independe se há algum tipo de vínculo biológico entre eles ou não. Mas isto só se torna possível, como já afirmara Martial, quando os adultos responsáveis educam e socializam a todos do mesmo jeito.

Isso parece apontar para a relevância da atuação do casal conjugal na determinação e ordenação dos papeis na nova família. Ao se colocarem, os dois, enquanto casal ou individualmente, na posição parental, de educadores e cuidadores, se reafirmaria a hierarquização entre as gerações: adultos de um lado e filhos de outro. E, ao alocarem os filhos de origens variadas no mesmo status, eles ficam igualados, semelhantes, que, segundo estes autores, é a condição para o surgimento tanto do sentimento estruturante de fraternidade, quanto do interdito sexual (a exogamia leva a procurar o cônjuge fora do seio familiar assim estabelecido).

Seria este um dos motivos pelos quais a literatura sempre privilegia investigar os casais ou o relacionamentos entre enteados e padrastos? Ou o peso da díade do casal (e do romance, da paixão), enquanto um valor em si mesmo, antes da família, que atrai os questionamentos para os adultos? Ou até mesmo a hipótese há pouco levantada sobre a não tão frequente coabitação dos filhos de cada um no mesmo ambiente? Independente de qual destas perguntas explique melhor, o fato é que os filhos nos contextos dos recasamentos recebem atenção e tratamento homólogo por parte da academia e de seus pais: são coadjuvantes na construção e na “contação” da história da nova família. Os valores modernos que exaltam a eletividade dos laços na família e nas relações interpessoais não são passíveis de escolha por parte dos filhos destes pais que decidem por recasar.

3 TRABALHO DE CAMPO

Com o objetivo de conhecer melhor como se estabelece as relações entre os filhos dos casais que recasavam e passavam a conviver e até coabitar, foi aplicado o método de coleta de dados, através da técnica de entrevista, com foco na pesquisa exploratória. A literatura nacional sobre recasamentos é bastante aprofundada nas questões e circunstâncias que envolvem o casal conjugal, porém, ainda superficial no que tange aos anseios, constituições, ganhos e perdas dos filhos que eles trazem consigo dos relacionamentos anteriores. Um dos principais objetivos era saber se existe um nome ou uma palavra específica que estes nativos utilizassem para designar uns aos outros ao invés de “filho(a) do(a) padrasto/madrasta”. Se este termo existisse, eu então teria uma nova palavra-chave para buscar trabalhos mais atualizados no tema. O outro era o de conhecer se os laços por eles instituídos passavam pelo peso estruturante dos interditos sexuais; e se sim, o que isso representava.

Devido ao curto tempo e este não sendo o núcleo desta dissertação, já era imaginado que não se alcançariam muitas pessoas para entrevistar, porém a previsão foi branda, se mostrando muito difícil encontrar quem se enquadrasse no perfil determinado. O curto tempo e a amostra rarefeita são limitadores de qualquer tentativa de extrapolação ou projeção dos resultados por mim encontrados para outras parcelas da população e, não é aconselhável fazê-lo. Os dados e informações obtidos são apenas ilustrações para a bibliografia e questões levantadas durante a dissertação; e servem também para alimentar novas perguntas que podem vir a ser respondidas em outras pesquisas.

3.1 Pré-campo

Em meados do segundo ano de mestrado, quando a pesquisa e o objeto ganhavam sua forma final, ainda que tangente aos estudos de família e infância com os quais se tinha mais intimidade, notou-se que nada era sabido sobre as questões inerentes ao recasamento. Deveria, então, iniciar uma rápida e direcionada busca por informações.

Antes de mergulhar nos bancos de dados em busca de publicações acadêmicas, buscou-se conversar com alguns profissionais que lidassem diretamente com o objeto de estudo, porém sem o olhar investigativo, mas interferindo: os terapeutas de família.

Pelo propósito de perceber qual sensação e percepção paira e se destaca sobre as famílias recasadas que eles atendem e, como e se a questão do interdito sexual é trazida e trabalhada por eles, ouviu-se quatro terapeutas:

T1 – uma terapeuta de família que atende em clínica particular;

T2 e T3 – duas terapeutas de família que atendem em suas clínicas particulares e na clínica social[44] do Instituto Noos;

T4 – um terapeuta da 5ª Vara de Família do Fórum Regional do Méier.

Duas (ou três) práticas distintas, com demandas e público diferenciadas.

Nas conversas, foi perguntado se atendiam famílias recasadas, quais eram os principais temas que levavam essas famílias a procurar a clínica, nos casos de demanda espontânea, e por quais questões eram encaminhadas para atendimento, quando por decisão judicial (a clínica social também costuma receber casos designados pela justiça). Indagou-se ainda se apareciam casos de onde pudesse ser discutido o interdito sexual neste contexto.

Como o acesso era mais facilitado às terapeutas do Instituto Noos, iniciou-se as conversas com elas. Em princípio, a primeira conversa pareceu uma exceção. A terapeuta comentou que, as famílias recasadas com as quais ela trabalhou na clínica particular não apresentaram nenhuma especificidade quantos aos temas que levavam para o consultório, nem quanto aos conflitos debatidos durante as consultas. As questões, de todas as famílias, costumam ser em relação ao comportamento dos filhos, às questões de (perda ou como exercer a) autoridade dos pais, temas que geralmente giram em torno das diferenças geracionais, às vezes para serem mais horizontais, noutras mais verticais. T1 comenta que a única especificidade diferenciadora entre as

---

[44] "Clínica Social nasce como uma prática que se pretende realizar de forma ampla, implicada com a construção de novas formas de atuação, em um certo sentido, alternativas. Em seu cotidiano de trabalho, os profissionais "psi" passam a atender uma clientela oriunda das classes populares" (ROMAGNOLI, 2006). Na clínica social do Instituto Noos – localizado no bairro de Botafogo, zona sul, da cidade -, o valor do atendimento é acordado com a família no início do atendimento, e procura conciliar com a renda da mesma. O público que demanda o atendimento deixou de ser só "popular" e hoje é bastante variado, por diversos motivos como: acesso aos profissionais de alta qualidade a preços fora de mercado; o horário disponibilizado para os atendimentos, sempre durante a semana e em horário comercial; e a própria localização. Os clínicos particulares têm maior autonomia para estipularem o valor da hora da consulta. Os parâmetros do Conselho Federal de Psicologia é de que este valor varie entre R$ 93,29 até R$ 186,58, entretanto, profissionais com mais experiência costumam cobrar valores mais elevados – como é o caso de T1, T2 e T3.

famílias recasadas e as famílias restritas é que as primeiras acreditam saber e conhecer a “causa” dos conflitos familiares que enfrentam: padrastos e madrastas reclamam que os enteados não os obedecem porque não são seus pais, lhes negando autoridade; enteados reclamam que padrastos e madrastas só são tão rígidos porque não são o pai e mãe e que não faria isso se fosse com seus filhos. Estas famílias explicam o conflito em torno da autoridade pela lógica da ausência de vínculos consanguíneos. Em contrapartida, as famílias que possuem estes laços biológicos, a causa é o que vão buscar, para então, tentar resolver questões bastante semelhantes: autoridade e diferenças de valores entre as gerações.

Durante a conversa, ela contou alguns casos de recasamentos com filhos. Uma família que atendeu na clínica e que, portanto não poderia me indicar para a entrevista, mas que os filhos iniciaram um namoro; e a reação dos pais foi de preocupação e surpresa. Neste mesmo assunto, comentou de uma família de amigos em comum que os filhos também namoraram e moravam todos na mesma casa (mais desta família em T2). Contou outros casos, de um amigo recasado e a esposa já tinham filhos e ele não, e o quanto ele sofreu pois foi impedido de continuar o contato após a separação. E contou ainda outro caso da clínica, falando em volume muito mais baixo, de uma família em que sogra e genro tiveram um caso[45].

Obteve-se com T1 a indicação de livros sobre a temática dos recasamentos e das famílias recasadas. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar (bastante aproveitado nesta dissertação por apresentar dados e fontes interessantes, além de revelar o olhar terapêutico) e Pais, filhos e cia. Ilimitada (1999) e Os meus, ou teus, os nossos (2010), que por serem menos “científicos”, serviram para situar e localizar nas multiplicidades de questões que envolvem a combinação de vários recasamentos na família extensa.

As conversas com T2 e T3 foram mais curtas, e seguiram exatamente o mesmo curso da anterior, quando perguntadas sobre suas clínicas particulares. Em relação aos atendimentos na clínica social, elas mencionaram tratar de temas mais variados e, por vezes, até mais graves. Muitas famílias apresentam episódios de violência intrafamiliar entre pais e filhos – latente a questão da autoridade e o conflito de gerações – e buscam novas formas de lidar com os desentendimentos. Outras são encaminhadas para mediação de conflitos e restabelecimento de diálogo entre os membros.

---

[45] Héritier (1994) já comentava que, dos interditos sexuais no recasamento, o intergeracional desperta mais cuidado e menos se fala.

Ao deparar com esta ausência de casos para ilustrar o estudo, procurou-se a Vara da Família, com a expectativa de que no âmbito das disputas judiciais, pudessem emergir mais nitidamente os conflitos que as outras famílias, de demanda espontânea, estivessem encobrindo. Novamente, o vazio. T4 foi bastante direto em falar que não se encontrariam estes casos nas Varas de Família, pois ele mesmo, nunca ouvira de outros colegas esta questão. Os casos que lá aparecem são bastante variados e, apesar de terem ido parar na justiça, raramente eram casos de gravidade. Ele faz muitos atendimentos de famílias que buscam acordos quanto a guarda e criação dos filhos nos processos de separação. E, a questão da sexualidade, quando aparece, não é visando a negociação, mas sim após um ato e denúncia de abuso sexual contra criança ou adolescente, que, geralmente, é praticado por um adolescente mais velho – que pode ser o filho de uma madrasta ou padrasto. Mesmo nestes casos, não há reflexão conjunta com a família sobre a sexualidade e os interditos, apenas são estabelecidas regras para que não volte a se repetir, e, atendimento à vítima. T4 diz que os casos são tratados muito superficialmente, e sofrem uma pressão para que sejam resolvidos rapidamente, para que o juiz possa determinar as sentenças cabíveis em cada caso. Muitas vezes eles nem atendem a família, apenas um ou outro membro para apresentarem um laudo que será anexado ao processo.

Ao explicitar a questão com o interdito sexual e perguntar-lhes qual a concepção que tinham sobre isso, se se caracterizaria ou não como outra forma de incesto, nenhum soube me oferecer uma resposta. Para eles, terapeutas de família, isso também não tem sido discutido e refletido, não é uma questão. Nasceu a dúvida de se não é uma questão porque ela não aparece, ou ela não aparece porque não seria percebida (já que não é refletida).

Sem encontrar respostas positivas às perguntas, mesmo diversificando os profissionais e as famílias que eles atendem (T1 atende família das classes médias altas, em seu consultório na Gávea, T2 e T3 atendem classes médias e média baixa, e T4 tem a especificidade da interferência direta e obrigatória do sistema judiciário[46]), a ausência se manteve. Além de “acender um alerta” quanto a falta de casos e não reflexão dos

[46] O perfil sociodemográfico das famílias – das quais constam informações nos arquivos - com processos nas varas de família é em grande parte de pessoas com nível superior completo e inseridas no mercado de trabalho. A justiça, apesar de ser um direito de todos os cidadãos, é alcançada apenas por aqueles que têm conhecimento de seus direitos e os meios para garanti-los (MARTINS, 2008).

profissionais, confirmou-se a necessidade de tentar uma abordagem e aproximação mais direta com as famílias que eram o objeto, a fim de entender melhor este vazio temático.

3.2 **Método**

Inicialmente, cogitou-se a técnica de Grupos Focais para este trabalho[47], mas antevendo dificuldades de encontrar e combinar a disponibilidade de participantes, e também por se tratar de questões pessoais e familiares que poderiam ter suas respostas inibidas pela presença do grupo, optou-se pelo método de entrevistas em profundidade no estilo de História de Vida, tendo como tópico o momento em que os entrevistados passaram a conviver com os filhos dos seus respectivos padrastos e madrastas. Uma vez que os objetivos não eram de mensurar, medir ou comparar estas com outras relações, e sim de investigar como se estabelecem, sondar os termos nativos, e explorar outras questões não tão delimitadas na vida dos participantes, este método[48] qualitativo e aberto se mostrou adequado até o momento, pois através da interação social diretamente com o entrevistado é possível obter as informações de interesse da pesquisa[49].

O processo de recrutamento para entrevistas iniciou-se a partir do envio de e-mail, da rede social Facebook e do aplicativo de mensagens eletrônicas via celular Whatsapp um convite[50] para participar da pesquisa. Utilizaram-se os meios eletrônicos por acreditar na facilidade que imagens e textos têm em se espalhar entre os usuários de tais redes – que se comprovou eficiente, chegando a pessoas de outros municípios do Rio de Janeiro e até mesmo o estado de Minas Gerais. Nesta primeira chamada, aparentemente, não

---

47 "O princípio básico é que a escolha das técnicas deve pautar-se pelo problema a ser estudado e pelas condições concretas, e não pela adesão do pesquisador a um ou outro paradigma (quantitativo ou qualitativo)". (Cano, 2002, p. 94)

48 "Na pesquisa social estamos interessados na maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e a dos outros." (GASKELL, 2002, p. 21 apud TEIXEIRA, 2013).

49 "permite identificar variáveis e suas relações, comprovar hipóteses, orientar outras fases da pesquisa, coleta de dados para uma pesquisa preliminar [...] possibilita obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; permite a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano" (TEIXEIRA, 2013)

50 Apêndice E.

ficou claro que o perfil do entrevistado precisava ser de pessoas que tinham entre 12 e 17 anos quando conheceram o padrasto ou a madrasta, pois foram recebidos muitos retornos de pessoas que eram crianças quando um dos pais recasou. Depois da triagem inicial, ficou claro a dificuldade de encontrar o público específico – a maioria absoluta dos que responderam e se identificaram na procura viveu esta experiência de recasamento dos pais com pessoas que já tinham filhos ainda na infância, e pode-se aproveitar apenas uma pessoa. Um mês depois, foi feita uma segunda chamada[51], desta vez mais explicativa, o que resultou em muito menos respostas, porém mais consistentes, chegando-se aos demais participantes.

Não obstante as explicações e conversas com amigos e familiares, obtive baixíssimo retorno. Os sete entrevistados correspondem a metade da pretensão inicial desta pesquisa. Este número está muito aquém do idealizado para dissertações com entrevistas e, acredito, não corresponde ao real universo das famílias recasadas com filhos adolescentes.

As entrevistas tinham por base um roteiro de perguntas[52] abertas e elaboradas a fim de seguir uma sequência lógica e (em algum ponto) cronológica dos acontecimentos na vida dos participantes desde o momento de separação dos pais até a convivência com os(as) padrastos e madrastas e seus filhos. “A utilização de um roteiro pré-estipulado é fundamental para auxiliar a organização das informações, na condução da conversa para os temas e assuntos que realmente interessam à pesquisa, evita esquecimento de perguntas importantes e estabelece um limite temático e também de tempo. “processo de coletar materiais na pesquisa qualitativa. Não está baseado em princípios aleatórios, mas é, contudo, sistemático, levando em consideração a relevância, homogeneidade, sincronicidade e saturaração.” (GASKELL, 2002, p. 495 apud TEIXEIRA, 2013).

Todas as entrevistas foram realizadas em locais da escolha dos participantes[53], visando a maior conveniência e o mínimo de desconforto para eles.

O método bola de neve (NICOLACI-DA-COSTA, 2007) utilizado para distribuir os convites, a princípio, não seleciona ou filtra caracteres que não estejam explicitados na chamada, como o sexo e a classe social. Este método de amostragem – em que um

---

51 Apêndice D.

52 Apêndice B.

53 Cinco casas, um shopping, um local de trabalho e duas via Skype.

participante indica outro – possibilita, mas não garante, a heterogeneidade dos participantes. Como a distribuição foi a partir de redes de relacionamentos pessoais, a variação desta tende a não ser – e não foi – tão expressiva, circulando em torno da classe do próprio disparador do convite: a pesquisadora). Ainda que não tenha sido um recorte intencional e que, dado ao tamanho bastante reduzido da amostra, é sabido que não podemos generalizar e comparar para além dos entrevistados, a classe social é um fator de extrema relevância em todas os trabalhos e pesquisas sociais. É a classe que vai indicar as possibilidades materiais (tamanho da residência, número de quartos, deslocamento entre casas etc.) e também os valores norteadores de planos e de modelos a serem seguidos[54] (se mais ou menos tradicionais) (MATOS, 2005).

Por outro lado, enquanto a classe econômica não foi um filtro intencional, a idade dos participantes foi. A fim de delimitar a população para que fosse, de alguma forma, comparável, elegi que o contato com o padrasto ou madrasta deveria ter sido iniciado durante o período da adolescência. Além da comparabilidade entre as entrevistas e demais pesquisas sobre o recasamento, o período da adolescência é conhecido como uma fase de grandes transformações no indivíduo, com afastamento da família, afirmação e consolidação de suas próprias ideias e ideais (ROSSI, 2007). É também o momento de maturação e descobertas sexuais (HEILBORN, 2006; DE POTTER, 2008). Estes outros motivos foram decisivos na escolha por este período: dentre tantas mudanças internas, o adolescente passa a ter que viver uma situação alheia a sua escolha e a conviver (em alguns casos cotidianamente) com pessoas que lhe são estranhas. Meninas passam a compartilhar a casa com os homens; meninos passam a ver outra mulher adulta circulando na residência; meninos e meninas, antes estranhos, passam a dividir tarefas e espaço uns com os outros etc[55].

Outro recorte intencional é que os adolescentes destas famílias já fossem maiores de idade hoje para participarem da entrevista. Por dois motivos: o primeiro foi visando uma facilidade de aprovação da pesquisa pelo Conselho de Ética do IMS – UERJ, evitando ter que pedir autorizações extras para os responsáveis dos entrevistados; e o segundo porque seria interessante uma visão já um pouco mais distanciada do momento

---

[54] Outros fatores como idade, escolaridade e inserção no mercado de trabalho também influenciam a percepção e expectativas quanto a questões de gênero, por exemplo. Quanto mais jovem, escolarizado e se a pessoa estiver trabalhando, maiores as chances de compartilharem de ideais mais igualitários quanto às obrigações e expectativas em relação aos papeis desempenhados por homens e mulheres, dentro e fora de casa (SORJ, 2005, p. 66).

[55] Constrangimentos e possíveis atrações resultantes de nossa imersão na heteronormatividade.

vivido. Assim, questões já teriam sido elaboradas e resolvidas e se evitaria interferir numa situação cotidiana para eles.

O roteiro foi elaborado para que o entrevistado pudesse lembrar, refletir e responder sobre a experiência que viveram durante a convivência com padrastos e madrastas e os filhos que eles também traziam para a nova relação. O roteiro estruturado permite uma restrita liberdade para o discurso próprio do entrevistado, permite captar seu vocabulário e percepção próprios, e garantir um maior grau de comparabilidade entre os diversos depoimentos. A intenção foi solicitar uma narrativa de como foi a experiência de coabitação. O objetivo era saber como os filhos de ambos os lados estabeleceram o contato entre si, como a relação começou, se desenvolveu e como ela está hoje, independente de seus pais estarem ainda juntos ou não. Para tanto, foram feitas perguntas sobre o momento em que se conheceram; se moraram na mesma casa ou se apenas se viam aos finais de semana ou férias; se lhes eram atribuídas tarefas domésticas e como eram divididas; o número de e como era feita a distribuição dos filhos nos quartos; as dificuldades ou impressões que tinham da convivência; se ter irmãos interferiu de alguma forma nesta nova relação (facilitava ou dificultava ter que compartilhar tudo com mais um); como que eles apresentavam os filhos da madrasta ou do padrasto para outras pessoas, como os amigos do colégio, por exemplo; e outras questões que parecessem interessante ou oportunas no momento da entrevista.

Uma pergunta e tema que não foi em nenhum momento abordado nas entrevistas, mas que seria de vital relevância nesta pesquisa é a questão do interdito sexual entre eles. No roteiro não foi elaborada nenhuma pergunta específica sobre a possibilidade ou o que pensam sobre um possível relacionamento entre os filhos de cada cônjuge porque se cria que esta resposta poderia ser investigada no momento em que explicassem a divisão dos quartos, por exemplo. No momento desta pergunta, foi questionado quais os critérios levados em consideração: idade, sexo dos filhos, se irmãos ou não. Infelizmente, não houve momento oportuno para questionar mais diretamente sobre um possível namoro entre os filhos de cada um ou os impedimentos para que ocorresse.

3.2.1 Limites e vieses

Afora os limites já expostos devido ao universo e a amostra da pesquisa, outros pontos precisam ser explicitados e levados em consideração na leitura e análise dos dados coletados.

O primeiro deles é o recrutamento. O método escolhido não teve o apelo necessário a fim de atrair pessoas interessadas em fazer parte da pesquisa. Em meio ao excesso de informações recebidas diariamente por meios eletrônicos, o convite não recebeu o destaque que precisava. Além disso e, talvez mais grave, é que as chances de atingir pessoas sem o hábito das redes sociais foi quase nula e reduziu muito o universo atingido, excluindo diversas faixas etárias e classes com limitado acesso à internet e dispositivos eletrônicos.

O segundo, sobre o qual a pesquisa tivesse menos ingerência, é a dificuldade de alcançar relações conflituosas. Ainda que o convite tenha chegado até elas, dificilmente, pessoas envolvidas em questões familiares mal resolvidas se colocariam à disposição de dar entrevistas.

O terceiro ponto relevante é em relação a proporção de cada sexo. Foram ouvidas seis filhas e apenas um filho. Isto pode ser indicativo de mulheres estarem mais disponíveis em participar da entrevista (e a falar sobre família e relacionamentos), porém acarreta um viés de gênero tanto nas respostas e maneira de ver o recasamento e a fratria, como uma (muito) menor possibilidade de surgirem histórias de relacionamentos afetivos.

Também outras formas de recasamento e suas 72ratria que não envolvem a coabitação foram intencionalmente deixadas de lado neste trabalho assim como, as fratria reunidas durante a infância.

Outras hipóteses são a dificuldade de identificar o “outro” (um conhecido que tenha vivido tal situação) ou a si próprio através da descrição feita no convite; e a falta de interesse de participar da pesquisa (o que não pareceu o caso dos que experienciaram o recasamento ainda na infância) ou de expor sua situação.

Ademais as dificuldades já citadas, outra foi a quantidade de entrevistados em potencial que ficaram pelo caminho. Uma família inteira (Pot1 – o casal recasado e um filho de cada um) em que se estabeleceram dois casais afetivos durante a coabitação), a qual tentou-se por meses ter acesso através de conhecidos em comum, rejeitou a participação[56]. Duas pessoas com as quais o contato fora iniciado (Pot2 e Pot3) e

[56] O casal recasado ainda está junto, porém o namoro entre seus filhos já terminou há bastante tempo, e os dois se casaram depois disso. Uma das pessoas que tentou me dar acesso – amiga próxima do casal e terapeuta familiar

queriam participar da pesquisa foram descartadas por terem menos de 12 anos durante o recasamento, não passaram o contato dos filhos de seus padrastos da época, estes sim preenchiam também o critério etário. Uma alegou não ter mais nenhum contato já há bastante tempo e a outra disse que a pessoa *"é muito difícil e não vai querer participar*". Duas pessoas chegaram a serem entrevistadas (Pot4 e Pot5), porém apenas durante a conversa revelaram não se enquadrar na idade: uma tinha 9 anos (outros 2 filhos dessa família foram ouvidos na pesquisa) e outro 20 quando seus pais recasaram. Este último (Pot5) convive com as filhas da madrasta até hoje, sendo que a mais velha tinha 13 anos e hoje tem 18, poderia participar, mas ele também não quis 73ratri-la para a pesquisa "*porque ela é adolescente, está naquela fase de ficar só na dela...não vai querer falar*". Por último, um rapaz (Pot6) com quem se iniciou a conversa, agendou-se a entrevista duas vezes, porém o encontro nunca chegou a acontecer[57].

Muitos dos problemas e dificuldades apontados nesta pesquisa podem ser contornados em trabalhos futuros, dispondo de mais tempo e maior dedicação às formas diversificadas de convite e recrutamento para alcançar públicos variados de entrevistados. Uma maior diversificação do campo com certeza irá contribuir de forma muito mais enriquecedora.

3.3 **Os entrevistados**

A amostra desta pesquisa foi bastante reduzida, contou apenas com 9 entrevistados, sendo 7 recasamentos, 6 filhas, 1 filho e 1 casal na época do recasamento que serviu de base para as entrevistas. Dois dos entrevistados eram filhos na mesma família, mas contribuíram de formas distintas para a pesquisa.

Apesar de alguns autores afirmarem existir um tempo mínimo de convivência (que varia entre 2 e 5 anos) para que madrastas, padrastos e enteados se sintam pertencentes à mesma família, as famílias desta pesquisa conviveram por tempos

---

(T3) – à família, achou que a filha não fosse querer falar sobre o namoro, agora que está casada, mas que talvez o filho falasse, pois ele tinha se separado há pouco tempo. Entretanto, ao finalmente, contatar a mãe/madrasta, esta se recusou a participar por estar passando por "*questões pessoais e [...] falar sobre isso seria complicado*" (informação verbal).

[57] Só desisti de insistir e tentar o contato com Pot1, Pot5 e Pot6 em fevereiro deste ano, quando finalizava a processo de escrita desta dissertação.

variados, e não foi estabelecido nenhum critério de tempo mínimo de convivência para serem incluídas.

Alguns entrevistados viveram recasamentos consecutivos de um dos pais, enquanto outros, a mãe, por exemplo, nunca voltou a recasar. Estes outros recasamentos dos pais podiam vir ou não acompanhados de filhos anteriores. Destas famílias pesquisadas, 2 casais tiveram filhos em comum na nova união.

3.3.1 Perfil socioeconômico

Além do roteiro para as entrevistas, esta pesquisa contou com uma pequena parte quantitativa e pediu para os participantes preencherem um questionário socioeconômico com questões referentes a sexo, idade, grau de instrução, cor/raça, religião, posição na família, situação conjugal, número de filhos, inserção no mercado de trabalho e rendimentos. Continha ainda perguntas específicas sobre o tema: idade que tinham quando da separação dos pais e número de irmãos por parte de pai e/ou mãe.

A amostra é composta de 7 mulheres e 2 homens. O mais novo é um homem de 24 anos e a mais velha uma mulher de 42. 8 são residentes do Rio de Janeiro e apenas uma de Belo Horizonte. Quatro famílias dos entrevistados são compostas por um casal e seu(s) filho(s), representando o modelo nuclear/restrito. Estas famílias estão juntas há 1, 7, 10 e 15 anos. Um casal, junto há 1 ano; um solteiro; e uma em união consensual há 1 ano. Quanto à renda, houve bastante variação, tanto na renda individual, quanto na familiar. Nenhuma família tem renda per capta inferior à 0,64 salários mínimos; e o máximo foi de 13,81 salários mínimos (apenas uma entrevistada preferiu não declarar sua renda pessoal e familiar); intermediárias, as outras 5 famílias apresentam rendas de 1,84 SM, duas com 2,21 SM e uma de 6,91 SM.

Tabela 2 – Renda pessoal e familiar e grau de escolaridade e inserção no mercado de trabalho

Entrevistados	Renda Pessoal – RP (R$)	Renda Familiar – RF (R$)	Pessoas no domicílio	RF per capta (R$)	% da RP na RF	Escolaridade	Inserção no mercado de trabalho	Posição na ocupação
1 – Isabela	0	1400	3	466,7	0	Superior incompleto	Não deseja trabalhar	--
2 – Raquel	5000	10000	2	5000	50	Pós-graduação	Trabalhando	Carteira assinada
3 – Olívia	2500	30000	3	10000	8,3	Superior completo	Trabalhando	Carteira assinada
4 – Denise	Não declarou	Não declarou	3	--	--	Pós-graduação	Trabalhando	Funcionário pública
5 – Pedro	2000	8000	5	1600	25	Superior incompleto	Trabalhando	Carteira assinada
6 – Ana Luiza	2500	4000	3	1333,3	62,5	Superior incompleto	Trabalhando	Conta própria
7 – Ligia	5000	8000	5	1600	62,5	Superior completo	Trabalhando	Pequeno empregador

Fonte: Questionário aplicado durante as entrevistas.

A fim de coletar algum dado sobre mobilidade social, o questionário perguntava a escolaridade do entrevistado e de seus pais. Todos os entrevistados, em algum momento, ingressaram na universidade, tendo quatro deles completado o ensino superior (duas fizeram ainda alguma pós-graduação ou especialização). Em relação a suas mães, apenas uma interrompeu os estudos ainda no ensino fundamental; uma tem ensino médio completo; e três concluíram também o ensino superior. Os pais se apresentaram como: dois com ensino médio completo; dois ingressaram no ensino superior; e os outros três concluíram. Há uma aparente tendência há ascensão social pela escolaridade, porém a informação “superior incompleto” não é conclusiva, podendo o entrevistado ter trancado sua matrícula na universidade ou ainda estar cursando.

Tabela 3 – Características sociodemográficas dos entrevistados

Entrevistados	Idade	Nº de filhos	Estado Conjugal	Posição na família	Cor/Raça	Religião
1 – Isabela	25	1	Casada	Cônjuge	Branca	Católica
2 – Raquel	27	0	União consensual	Cônjuge	Branca	Espírita
3 – Olívia	38	1	Casada	Cônjuge	Branca	Espírita
4 – Denise	35	1	Casada	Pessoa de referência	Branca	Católica
5 – Pedro	24	0	Solteiro	Filho	Branca	--
6 – Ana Luiza	27	1	União consensual	Pessoa de referência	Branca	Espírita
7 – Ligia	40	3	Casada	Cônjuge	Parda	Candomblé

Fonte: Questionário aplicado durante as entrevistas.

Todos estavam trabalhando no momento da entrevista, com exceção de uma, que não desejava trabalhar e não contribuía com a renda familiar no momento pois estava com um filho de apenas três meses em casa.

3.4 **Clima reinante nas entrevistas**

Um viés claramente assumido nesta pesquisa é o da heteronormatividade. As perguntas, hipóteses e sugestões inspiradas pela bibliografia não se limitam às relações entre os dois sexos. Entretanto, no momento de ir a campo, optou-se por seguir a norma da heterossexualidade para a elaboração das questões, assim como durante a conversa com os participantes.

Mais do que um enviezamento declarado, foi uma escolha – a escolha possível – enquanto técnica de aproximação e abordagem. Esta normatividade permeia o imaginário dos entrevistados e, julgou-se que seria mais um empecilho se abordasse também “homossexualmente” as questões do que um ganho para a pesquisa.

Outra oportunidade surgida durante a pesquisa foi a de conversar com um casal adulto que está vivendo o recasamento agora, sendo que ele tem dois filhos da relação anterior e ela um. Como os filhos ainda são menores de idade, conversei com o casal sobre as expectativas do relacionamento entre os filhos e a maneira que pretendem 76ratr-los.

De maneira geral, as entrevistas se realizaram sem nenhuma dificuldade e o clima com os participantes foi bastante amistoso. Com exceção de uma entrevistada, todos os outros pareciam estar bem dispostos em participar da entrevista e contar sua história (sem contar todos os outros que se enquadravam no perfil, mas que desaparecem no caminho antes da entrevista). Apesar de alguma dificuldade em lembrar datas e idades específicas, todas as perguntas foram bem compreendidas.

Ainda que os participantes estivessem a vontade para responder as perguntas, raras vezes se detinham em uma reflexão mais aprofundada, resultando respostas rápidas, curtas e diretas (inclusive quando questionados sobre como e quem estabelecia a divisão dos quartos).

3.5 **Conteúdo das Entrevistas**

Para facilitar a compreensão da situação familiar e o desenrolar dos fatos narrados por cada entrevistado, substituiu-se seus nomes verdadeiros por outros fictícios, assim como os dos demais familiares ou atores que surgiram durante a entrevista.

Entrevistada 1 (Isabela) – Mulher de 25 anos, branca, católica não praticante, casada[58] e com um filho de apenas 3 meses, ensino superior incompleto e hoje não trabalha para cuidar do filho. Possui apenas 1 irmão mais novo de pai e mãe.

Entrevistada 2 (Raquel) – Mulher de 27 anos, branca, espírita/kardecista não praticante, vive em união consensual, sem filhos, pós-graduação e está trabalhando.

Entrevistada 3 (Olívia) – Mulher de 38 anos, branca, espírita/kardecista não praticante, casada e tem um filho de 2 anos, trabalha e tem nível superior completo.

Entrevistada 4 (Denise) – Mulher de 35 anos, católica não praticante, casada, um filho de 3 anos, pós-graduada e funcionária pública.

Entrevistado 5 (Pedro) –Homem de 24 anos, branco, sem religião, solteiro, sem filhos, com ensino superior incompleto e hoje trabalha com carteira assinada. Possui 1 irmã mais nova de pai e mãe e 1 irmã bem mais nova por parte de mãe apenas.

Entrevistada 6 (Ana Luíza) – Mulher de 27 anos, branca, espírita/kardecista praticante, mãe de uma menina de 6 anos, superior incompleto e trabalhando por conta própria.

Entrevistada 7 (Ligia) – Mulher de 40 anos, branca, espírita/kardecista não praticante, casada e com um filho de 2 anos, superior completo e atualmente trabalha com carteira assinada. Apenas 1 irmão mais novo por parte de pai.

Entrevistado 8 (Carlos) – É o homem do casal que atualmente namora e planeja morar junto com uma mulher que também tem filhos. 39 anos, 2 filhos do casamento anterior, professor universitário.

Entrevistada 9 (Bruna) – Namorada do casal acima, 42 anos, superior completo, mãe de um rapaz de 16 anos.

Entrevistada 1 – Isabela

Tinha 10 anos e um irmão mais novo quando seus pais se separaram. Ter padrastos e madrastas não é algo incomum na sua vida: sua mãe teve "*mais*

[58] A entrevistada é casada com outra pessoa, e atualmente vive com o pai do filho há 1 ano e 3 meses.

de três" e seu pai teve duas. A mãe apenas passou a morar com seus namorados, enquanto o pai casou no civil as outras duas vezes e ela ainda comenta *"ele nem pode mais casar*", explicando haver um máximo de três casamentos civis permitidos por lei[59].

O pai era casado e tinha uma enteada. Ela já conhecia a filha da madrasta porque é a filha do primo do pai, mas só a tinha visto uma vez e nem lembrava. Já o padrasto, primeiro conheceu como o namorado da mãe, foram se frequentando, e pouco tempo depois foram na casa da mãe dele e conheceram os filhos (5, 7 e 8 anos) que com a avó moravam. Antes do padrasto morar lá, ele dormia em dias alternados e foi ficando aos poucos – não houve conversa com os filhos sobre ele passar a morar na casa.

No início, Isabela tinha ciúmes dos filhos do padrasto e da madrasta. O pai porque morava junto, ia dar mais atenção para a outra menina; e dos outros três (filhos do padrasto) porque eles eram menores. Mas logo depois o relacionamento ficou bom "*porque fui entendendo que não tem nada a ver, e até cuidava deles*".

Isabela e o irmão moraram com o padrasto, na casa da mãe, e com a madrasta e o pai, na casa dela. Na casa da mãe e padrasto, ela e o irmão tinham cada um seu próprio quarto. Apenas uma única vez, uma das filhas do padrasto dormiu na casa deles. Mas ela frequentava bastante a casa onde os filhos do padrasto moravam com a avó. Na casa do pai tinham 2 quartos onde, 1 quarto para o casal e outro para a filha da madrasta, onde Isabela passou a dormir também.

Aos 13 anos, ela e o irmão mais novo moraram com a mãe e padrasto por quase um ano. Os três filhos do padrasto moravam com a avó (3 filhos de 2 mães diferentes). Nesse período, ela se identificava bem com o padrasto. Depois, dos 14 aos 16, Isabela e o irmão moraram com o pai e madrasta (ex-mulher do primo do pai), com 1 filha (na época com10 anos). Depois desse tempo, ela voltou para a casa da mãe por mais um ano. Enquanto morou na casa da madrasta, ela dormia no quarto da filha da madrasta, "*porque a mãe dela era muito chatinha, o quarto é dela, as coisas dela vão ficar aqui, bem assim, tudo dela. Eu só dormia, praticamente*". O irmão dormia no mesmo quarto, num

---

[59] Desde o código civil de 2002, esse limite não mais existe e hoje, há possibilidade de casar quantas vezes quiser. (UOL, 2007)

colchão mais afastado, "*porque era menino*". Ela sabia que era esse o motivo, mas não soube dizer se "porque meninos gostam de coisa de menino" ou por uma questão mais de evitação sexual. Já com a madrasta, que discutia muito com o irmão, Isabela não se dava tão bem. Ele foi expulso pela madrasta "*não se davam bem e ele fazia mesmo muita besteira*". E foi morar na casa da avó. Chateada com a situação, Isabela também foi morar na casa da avó.

Sobre as moradias dela e do irmão: "*Ficamos pra lá e pra cá. Moramos com a minha avó, moramos com o meu pai, cada hora a gente morava com um ou com outro*". Essas – desagradáveis – mudanças nunca foram por ideia ou vontade deles, e sempre dos adultos.

Hoje Isabela não tem contato com nenhum deles, nem os filhos, nem os padrastos, já separados de seus pais.

Esta é a família com menor renda, das entrevistadas. Sua narrativa demonstra a sensação de falta de lugar para ela e o irmão, que não pertenciam nem à casa do pai, nem da mãe – preocupação recorrente nos filhos de pais recasados, segundo a literatura. A casa da avó materna é o ambiente para onde os filhos iam quando não eram recebidos nas casas dos pais. Não só a avó de Isabela, mas também a mãe do padrasto exerceu função fundamental, pois é na casa dela que são criados os três filhos pequenos dele. Este é um contexto diferencial pois as crianças não moram com suas mães, mas moram com a avó paterna.

Entrevistada 2 – Raquel

Filha única, seus pais se separaram quando ela tinha entre 9 e 10 anos, e cada um já recasou duas outras vezes.

Conhecia o padrasto e os filhos dele (menina de 9 e menino de 11 anos) desde que nasceu, porque sua avó materna e a mãe do padrasto moravam na mesma vila, onde frequentou durante a infância. O padrasto, quando se separou, passou a morar na mesma vila da avó; além disso, o padrasto fora o príncipe da festa de 15 anos da mãe dela. Antes de ser padrasto, ele já era chamado de tio e a mãe dele de vó por Raquel.

O casamento durou 7 anos. E hoje, passados 9 anos da separação, o contato ainda é bastante frequente, ela o chama de pai.

O padrasto foi quem foi morar na nova casa dela e da mãe. A filha dele passava todas as férias e quase todos os finais de semana. Só não ficava mais

por causa do colégio. Já o filho, só visitava a cada 15 dias porque, até hoje, ele é apegado à mãe. Ele tem dificuldade de dormir sozinho (hoje, quando a mãe dele viaja, Raquel vai dormir na casa dele a fim de fazer companhia). A menina era muito agarrada com Raquel e com sua mãe. Até hoje, "*mesmo depois que casei"*, a irmã costuma frequentar a casa de Raquel aos finais de semana.

No quarto, dormiam as duas meninas, e a cada quinzena, o menino também. Era uma cama com auxiliar embaixo, mas a irmã mais nova nunca usava a cama e elas dormiam juntas. Às vezes, os três dormiam juntos em colchonetes na sala.

Durante a entrevista, Raquel alterna em chamar o padrasto de pai e de tio a todo momento. Ela explica que o chama de pai, mas para que fique mais claro para a pesquisa, ela estava chamando de tio. "*Depois que ela conheceu o meu tio [nome] – vou falar assim pra você entender*".

Ela passou a 80ratr-lo de pai numa brecha do relacionamento com o pai. Quando eles se desentenderam, o pai ficou ausente e o padrasto passou a ser a referência deste período que foi muito importante para ela. Passado o desentendimento, Raquel ficou com dois pais. "*Hoje em dia me dou muito bem com meu pai, é um amigão*". O pai/tio sempre foi ativo na educação dela. Tanto de proteger e questionar decisões da mãe, quanto de colocar de castigo.

Enquanto contava que as duas frequentavam algumas festas infantis em comum antes do casamento, Raquel comenta que o primo da menina é seu irmão de leite[60], demonstrando que tem uma tendência a familiarizar e aparentar as pessoas. Uma possível explicação vem na sequência, quando perguntei quando ela passou a usar o termo irmã. "*Na verdade, assim, eu sempre quis ter um irmão, mas minha mãe não quis porque eu era muito levada. Aí, meu pai fez vasectomia. Uns seis anos depois de mim, eu era muito levada, ela não quis mais, aí ele fez vasectomia*". E, neste novo casamento, a mãe também fez ele fazer vasectomia. Portanto, Raquel encontrou nos filhos do padrasto os irmãos que queria. "*minha irmã sempre fala que sou muito boazinha, tudo que eu faço, faço pensando nela. Minha mãe também, ia na rua, tudo o que comprava pra mim, comprava pra ela*".

---

[60] DE POTTER (2008) salienta que em algumas culturas, este é um impedimento tão forte quanto o consanguíneo, caracterizando um incesto.

No início da convivência, como tinha muita diferença de idade (6 e 9 anos), a menina logo se apegou e começou a chamar de irmã; e foi recíproco porque Raquel tinha muito carinho e cuidado. Com o menino, também o chama de irmão, mas ressalta que não tem tanta afinidade, até porque ele é mais reservado. E também se dá muito bem a mãe dele.

Antes de morarem juntos, a mãe conversou com Raquel, mas foi tudo muito natural, ela já conhecia a história, já tinha visto foto deles juntos quando mais novos, já chamava a irmã do padrasto de tia (foi ela que a amamentou). A mãe falou que iam morar juntos e iam se casar. "*Mas na verdade eles nunca chegaram a se casar, mas usaram aliança "amigado com fé, casado é". "O meu pai ia continuar sendo o [nome], mas o marido dela ia ser o [nome]". "Nunca passou pela nossa cabeça, questionar antes ele era o meu tio e agora... a gente diferiu isso muito bem...*"

Por outro lado, com as filhas dos casamentos do pai, não desenvolveu nenhuma intimidade. Ela explica a diferença de tratamento devido a diferença de personalidades: ela querendo muito ter uma irmã, e a menina do primeiro casamento muito introspectiva, não deu abertura. Já da atual esposa, a diferença de idade é muito maior, o filho tem hoje 17 anos. Ainda assim se dão bem e brincam. "*Ele não gostava de tomar banho, aí quando eu ia lá, meu pai brincava [nome] até tomou banho, aí eu agarrava ele*". Com as filhas do atual marido da mãe (entre 17 e 18 anos), ela não tem nenhuma relação e não se dá. Elas apenas se cumprimentam, mas como as filhas não aceitaram a separação dos pais, não gostam da mãe dela.

Já com as esposas do pai, ela se dava bem com a primeira, mas nem tanto com a atual – que estão juntos há 6 anos-, que é muito ciumenta. Com o atual da mãe, ela se dá bem, apesar da entrevistada já ter percebido que compara as atitudes dele com as de seus dois pais.

O contato é bastante próximo com o pai/tio/padrasto. Ele sempre fiscalizou ela bem de perto, a ponto de ficar escondido na porta da escola para saber o que ela estava fazendo (e não fazia isso com os filhos dele). "*Ele tinha muito ciúme de mim. Ele tem muito ciúme de mim. Até hoje minha irmã foi almoçar com ele semana passada, aí ele perguntou "E a [nome RAQUEL], como é que está? E o marido dela (porque ele adora o meu marido) eles estão bem?" [...] ele tem essa preocupação*".

Entrevistada 3 – Olívia

Os pais se separaram quando Olívia ainda tinha 1 ano, e os dois se casaram novamente. Aos 3 anos, seu pai se casou e teve um filho, mas como ele já é falecido há bastante tempo, ela não traz muitas lembranças dessa relação, e hoje não tem nenhum contato com a viúva de seu pai, nem com o filho deles. A mãe recasou bem mais tarde, quando Olívia já tinha 16 anos. Ela e a mãe moraram com a avó até o recasamento.

O padrasto tinha uma filha de 7 anos e o relacionamento foi difícil no início com a menina, porque Olíva era adolescente e disse ser contrária ao casamento da mãe "*minha mãe casando com outro homem... foi época difícil, época de vestibular*". A menina sempre foi "*muito boazinha*", Olíva é quem dificultava. A relação com o padrasto era bastante complicada, pois além de ser contra a união da mãe, ele ficava ressentido pela maneira que Olíva tratava sua filha, sem querer criar laços com a menina, que era criança, apenas dificultando o relacionamento entre eles.

A menina não morava com eles, mas passava os finais de semana. Nesse tempo, elas dividiam o mesmo quarto pequeno, que cabia apenas uma cama e a mais nova dormia no chão.

A mãe "*é muito tranquila*" e explicou tudo, que iam morar juntos e que queria que ela fosse também. Elas moravam com a avó, então as 2 é que foram pra casa dele. "*E foi muito ruim pra mim, porque ela queria ir e eu queria ficar com a minha avó.*" Aí a mãe foi fazendo aos poucos, indo passar os finais de semana, levando alguns objetos e quando percebeu, já estavam morando com ele. A avó apoiou a mudança da mãe, conversou com a neta "*você tem que ir e ficar com sua mãe*".

Foi bem difícil a coabitação, e só melhorou quando Olívia saiu de casa, aos 28 anos. Perguntei como foi morar com um homem depois de passar a vida quase inteira apenas com a mãe e a avó, mas a resposta foi centrada apenas no tipo de relacionamento pessoal, sem focar na diferença sexual. Insisti se a mãe tinha dado recomendações: "*explicou sim, porque como só tinha mulher, andava de toalha, de calcinha... então, ela explicou direitinho. Mas também com a idade que eu tinha, já tinha uma noção*".

Nesses 22 anos de recasamento da mãe, ela quase não teve contato com a ex-esposa do padrasto porque eles não se dão bem. Ambas as filhas são apresentadas para outras pessoas como “a filha do(a) padrasto ou madrasta”, mas hoje se dão bem, se veem em festas e até moram perto, mas sem intimidade. A mãe de Olívia e a enteada se dão muito bem e se adoram, desde o início do casamento. O filho da entrevistada chama o padrasto dela de vovô.

Nesta entrevista, chama atenção a maneira que a entrevistada se refere ao casamento da mãe com o padrasto. Mesmo já passados 15 anos da separação dos pais, ela fala que foi contra a mãe se casar “com outro homem”. “Outro” dá a ideia de “um” anterior, sendo que o pai também já estava há muito tempo recasado. Isso revela a fantasia da filha em ver os pais como uma unidade conjugal, muito comentada na literatura de recasamento apresentada anteriormente, apesar de ela nunca ter presenciado isso.

Outro ponto em concordância com a literatura é o período monoparental ser paralelo com a mudança para a casa de outros familiares, como a avó; e o papel fundamental que ela desempenha no auxílio à criação dos netos, e também no apoio e conversas com eles sobre o momento que a mãe está passando. A avó foi o abrigo (e provavelmente apoio financeiro) e a amizade e orientação da neta no momento de transição.

Entrevistada 4 – Denise

Tinha 12 anos quando o pai se casou com a madrasta, pouco mais de um ano após a separação da mãe. O recasamento já dura 20 anos. Denise e a irmã Mary, de 7 anos, inicialmente, iam todos os finais de semana na casa do pai; depois as visitas passaram a ser quinzenais e foi diminuindo enquanto elas ficavam mais velhas. A casa onde o pai morava com a madrasta e a filha – Marina – tinha dois quartos: um para o casal, outro para Marina, de 9 anos. As três meninas dividiam o quarto quando visitavam o pai. Apesar de ser filha única e “*até sempre foi muito geniosa*”, Marina nunca teve problemas em dividir as coisas com as filhas do padrasto. Todas se davam muito bem. “*Minha irmã com ela até se dava mais do que eu, as idades delas eram mais próximas...mas por afinidade, assim, as duas sempre se deram...todo mundo, nós três nos dávamos bem, mas minha irmã se dava melhor com Marina*”. As duas outras meninas chegaram a morar juntas, quando mais velhas. Quando comenta de brigas, diz

que é só o normal, de irmã, desde pequenas. E sempre se apresentaram como irmãs para outras pessoas.

Ela comenta que com esta irmã sempre foi sem problemas, mas que a madrasta conta que entre elas duas é que houve um momento que não foi tão fácil, que uma sentia ciúmes da outra, mas que se acertaram com o tempo. Já o pai não se dá bem com a enteada. Durante a adolescência de Marina (uns 16 anos), eles mudaram de estado, e a menina não quis continuar na nova cidade e voltou para morar com a avó. "*Eles nunca se deram muito bem. Eles parecem pai e filha mesmo porque são tão parecidos*". Hoje o relacionamento é respeitoso e todos convivem educadamente.

"*Na verdade eu considero Marina minha irmã, a gente se trata como irmã*". Hoje, o relacionamento é bom e próximo, mas se veem menos desde que a entrevistada casou e, suas duas irmãs são as madrinhas do filho: a Mary é a madrinha de batismo e Marina é a madrinha de consagração.

A mãe namorou por um longo tempo, mas não chegou a casar; e depois nunca mais namorou ninguém.

Entrevistado 5 – Pedro

Quando tinha 5 anos seus pais se separaram. O pai casou novamente nesse período e a mãe morou junto 2 anos depois, por apenas 1 ano. Depois disso, aos seus 12 anos, a mãe foi morar com o padrasto foco desta entrevista, com quem teve uma filha e casou no civil. Este padrasto já tinha uma filha de 16 anos (que também foi entrevistada). O casamento da mãe durou 6 complicados anos.

Inicialmente, o padrasto foi morar na casa em que ele vivia com a mãe, a irmã e a avó. Quando a mãe engravidou, todos se mudaram para a casa do padrasto, muito maior, porém ficava em um bairro muito afastado de onde viviam desde a infância. A nova casa tinha 4 quartos, sendo: 1 quarto para o casal, 1 para as irmãs mais novas (e a filha do padrasto por 1 ano), 1 para a avó e 1 para o entrevistado.

Essa mudança de bairros não agradou o entrevistado, nem sua irmã, pois além de perderem o contato com os amigos, o padrasto era rígido, "*mandão, meio militar*", e eles não estavam acostumados com isso enquanto eram só ele, a mãe e irmã. Quando moraram juntos, o padrasto começou a mandar neles

também, e se intensificou quando foram para a casa dele. O estranhamento se deu porque a mãe não tinha muito controle sobre eles. O pai era um pouco mais autoritário, já estavam acostumados com isso. Mas o padrasto "*é bastante carrancudo*", e eles batiam muito de frente porque Pedro é bastante genioso. Sua irmã mais nova também tinha muitas queixas do padrasto, mas "*como ela era bem mais nova, tinha que abaixar a cabeça*" e aceitar.

As constantes brigas entre o casal refletiam nos filhos dela, que se voltavam contra o padrasto. Brigas que começavam entre o casal e generalizavam com os filhos; a ponto de polícia ir até a casa deles. Alguns meses depois do episódio mais grave, eles se separaram.

Em contrapartida, Pedro e a irmã se davam muito bem com a filha do padrasto. Chama até hoje de irmã. Se visitam e se encontram quando podem. Moraram na mesma casa por 1 ano, quando, além do casal, ele e as 2 irmãs mais novas, veio a filha do padrasto e avó dele para a mesma casa. As três meninas dividiam um quarto (cerca de 2 anos, 11 anos e 17 anos). Todos os filhos se davam muito bem desde sempre, o conflito era só com o padrasto.

Em relação a mãe ter conversado com os filhos antes da mudança do padrasto para a mesma casa, Pedro disse que não houve quase nada. A mãe toma as decisões de casar, morar junto, se mudar sem levar muito em conta a opinião dele e da irmã.

Hoje o relacionamento com o padrasto é bem melhor, porque não precisam mais conviver. Há, inclusive, bastante contato com o padrasto, moram no mesmo bairro, e como ele teve uma filha com a sua mãe, ele está sempre os visitando.

Nesta entrevista, o ponto em contato com a literatura é o sentimento de não ser levado em consideração pela mãe nas decisões sobre decidir se casar, morar junto e na mudança de casa. Tanto ele como a irmã mais nova (numa conversa informal que tivemos[61]) se mostraram ressentidos de terem sido deixados de lado das decisões.

Entrevistada 6 – Ana Luiza

[61] Ela não pode ser oficialmente inserida na pesquisa pois tinha 9 anos na época do recasamento de sua mãe, estando fora do recorte estabelecido durante o desenho da pesquisa.

Seus pais se separaram muito cedo, quando ela tinha 1 ano e 6 meses. A mãe veio a casar depois de 3 anos e 6 meses. Sua mãe "*não casou no papel*", e veio a ter um filho algum tempo depois (hoje ele tem 17 anos). O padrasto já tinha um filho de apenas 1 ano (hoje com 24 anos), que os visitava aos finais de semana: *"fomos criados juntos*". O pai viveu com uma mulher quando ela tinha 5 anos, sem casar no papel, a quem chama de madrasta, que veio a falecer.

O pai veio a casar depois de 12 anos e 6 meses. Morou 1 ano e alguns meses com o pai e esposa (com 2 filhos, um deles é o Pedro) quando tinha 19[62] anos. Foi para casa do pai porque o relacionamento com a mãe sempre foi muito ruim. Morar lá foi "bem" "*trabalhava e estudava, só ia lá pra dormir mesmo, e dormia poucas horas por dia"*. A casa tinha 4 quartos (1 quarto para o casal, 1 quarto a entrevistada dividia com a filha da madrasta e a filha mais nova do casal, 1 quarto para o Pedro e o outro para a sogra do pai). O quarto das meninas era para as 3, mas as duas mais novas mudavam de cama ou de quarto algumas noites.

O pai dividia tarefas para todos "*Ele é muito chato com isso. Tem que fazer*". Ela já estava acostumada com isso, mas os filhos da enteada não estavam acostumados e não gostavam e reclamavam muito.

O casamento do pai com a madrasta durou aproximadamente 10 anos, mas Ana Luíza não se dá bem com a madrasta. Hoje mantem as aparências para a boa convivência entre as crianças (filha de Ana Luíza com 6 anos e a irmã de 11). A relação com a madrasta se transformou e se tornou ruim com a convivência, porque "*ela era na verdade outra pessoa*".

A relação com a mãe sempre foi difícil, e depois desse pouco mais de 1 ano na casa do pai, Ana Luiza voltou para a casa da mãe, porque engravidou e era mais perto do trabalho. Ainda continuou por 5 anos na casa da mãe. Apenas agora, nesse último ano que ela saiu de lá com a filha é que a relação melhorou.

O contato com os irmãos, como Ana Luiza chama os filhos da madrasta e a filha do casal é baste regular e próximo. Vê sempre com as crianças (o pai, a irmã mais nova por parte de pai e os irmãos por parte de madrasta). A relação

---

[62] Apesar do Pedro e da Ana Luíza terem atribuído idades diferentes um para o outro e noção de tempo de duração variadas, mantive a narrativa que cada um deu em sua entrevista. Isso demonstra que a leitura que se faz do passado não é a mesma para todos os envolvidos.

é muito boa, com exceção da madrasta (sempre tratada pelo nome próprio), com quem se relaciona só por aparência e educação.

Ana Luiza chama a todos de irmão e irmã, tanto os meios-irmãos quanto os irmanastros. A relação é muito boa com eles. A entrevistada apresentava os filhos da esposa do pai como irmãos antes mesmo de morarem juntos. Ela trata tantos os filhos da madrasta, quanto os filhos mais novos que seus pais tiveram em outros casamentos como irmãos, e assim os apresenta para outras pessoas. A todo momento, durante a entrevista Ana Luiza se refere a eles como "*as crianças*". Ela realmente é bem mais velha do que quase todos os outros (menos de Pedro).

Quando perguntada sobre se há um termo para identificar "o filho da madrasta", ela falou sobre como usa os termos já disponíveis. O ex-padrasto, com quem a mãe teve um filho, "*é o pai do meu irmão, porque não tenho essa relação de...de...entendeu? Com a [nome da mãe de Pedro] é a mesma coisa: a mãe da minha irmã. Agora, a que morreu antes, a mulher do meu pai que morreu antes de ele casar com a [nome da madrasta] pra mim era madrasta, era mãe. Quando eu tava com ela até chamava ela de mãe. Entendeu? Porque ela cuidava, eu gostava muito dela [...] eu via todo final de semana, ela também tinha filhos*".

Esta narrativa complementa a de Pedro com alguns pontos em comum e outros divergentes. Ela, que não tinha nenhum irmão por parte de pai e mãe, hoje se relaciona com 5 irmãos de idades bastante diferentes. Ana Luíza e Pedro têm em comum o fato de se darem super bem, mas não se entendem com seu padrasto (pai dela) e madrasta (mãe dele), respectivamente. E que o período da convivência – coincidente com a adolescência – foi o mais complicado. Entretanto, com sua mãe ela também enfrentou dificuldades de convivência, que tentou resolver morando com o pai, mas teve que voltar para a casa da mãe.

A melhor memória, aparentemente, é a da madrasta que morreu quando ela ainda era criança. Muito interessante a maneira que ela usa o termo madrasta, contradizendo toda teoria apresentada. Madrasta, para ela, é como a mãe, que cuida, e é da família. Já a outra esposa do pai, com quem ela não se dá bem, não é a madrasta, é sempre tratada pelo nome próprio ou como a mãe da irmã. Grande parte da literatura afirma que o papel da madrasta é bastante complicado. Sofre cobranças se não é maternal e cuidadora, em comparação com os contos infantis. Apenas um texto (DE POTTER, 2008) assinala um

ponto diferente – de que os termos padrasto e madrasta não transparecem o tipo de relacionamento envolvido entre estes e seus enteados, quando não são relações complicadas -, mas que ainda não é o aqui encontrado.

Entrevistada 7 – Lígia

A história desta entrevistada é bastante diferente desde o princípio: a mãe saiu de casa deixando os dois filhos com o pai quando Lígia tinha 9 anos. Os três viveram juntos e sós até o casamento do pai com a madrasta, que também tinha três filhos. Antes dessa união, o pai tivera algumas namoradas, sem coabitarem. A convivência começou quando Lígia tinha 16 anos e o irmão 8. O namoro durou por 4 anos, sem que Lígia conhecesse os filhos da madrasta. Isso só aconteceu quando o decidiram se casar e morarem todos numa única casa. Portanto, Lígia tinha 20 anos quando o pai e a madrasta começaram a morar juntos numa casa de 04 quartos (apartamento alugado pelos dois). Sendo que 1 quarto para o casal, 1 para o irmão (12 anos) e o filho da madrasta (13 anos) (meninos, de idade bem parecida, dormiam juntos), 1 para a entrevistada e o último para a filha (25 anos) mais velha da madrasta (ela ainda tinha uma terceira filha mais velha, que não morava junto porque já era casada).

Os móveis deste apartamento eram os mesmos que a madrasta tinha no apartamento dela com os filhos junto com os poucos móveis da casa do pai. Quando o casal tinha brigas mais sérias, algumas vezes a madrasta contratava um caminhão de mudança para levar a parte dela dos móveis de volta, deixando a casa vazia "*foi a pior experiência da minha vida*". As filhas da madrasta (mais velhas) implicavam com Lígia quando estavam com raiva do pai "*e diziam que eu ia cozinhar no álcool porque estavam levando o fogão embora*". Já sua relação com o filho mais novo era indiferente. Os dois meninos brigavam todo tempo. A madrasta defendia o filho dela e o pai, como trabalhava, não participava, não conseguia defender o filho dele.

Neste período eles tinham empregada para as tarefas domésticas. Houve apenas coabitação de duas famílias que parecem ter continuado independentes. "*Eu tinha um estilo de vida, fui criada por pai, por homem, é diferente. Elas não, foram criadas por mãe, tem outro estilo de vida. Elas tinham o costume, por exemplo, de fazer um... O meu pai é muito largado, muito mão aberta, sabe? Apesar de não ser rico, nem nada. Sempre foi mão*

aberta. Elas não. Elas faziam tipo doce e escondiam dentro do armário, sabe? [...] foi a experiência mais traumática".

Quando perguntada sobre como o pai e a madrasta agiam nessas situações. "*Ah, não sei o que passa na cabeça do meu pai pra fazer essas coisas, não. Ele sempre foi muito de ouvir as namoradas dele e não ouvir a gente, sabe? Porque ele sempre dava mais razão pra elas...não sei, talvez por achar que a gente não tinha capacidade de diálogo em relação a esse assunto...não sei, não*".

Este casamento durou 2 anos. O pai, depois dessa experiência de recasamento e coabitação voltou a ter relacionamentos sérios e duradouros e até um filho, porém nunca mais optou pela coabitação, nunca mais casou. Hoje ele namora com a mãe desse irmão e se veem todos os finais de semana, mas moram em casas separadas. O pai mora, então, sozinho. Lígia e o irmão são casados.

Apresenta como "filhos da [nome da madrasta]. "*Eu nunca chamei ela de madrasta, nem nada mais íntimo. E nem os filhos dela*."

O fato de Lígia ter irmão anterior ao recasamento ajudou nesse período. "*Por mais que a minha relação com meu irmão nunca foi muito boa, querendo ou não, ele era alguém da minha família. Então, por exemplo, se não tivesse ele, eu ia me sentir totalmente deslocada e sozinha [...] eu ia morar numa outra família, ia ser a única a morar em outra família*".

Hoje, quase não há contato com a outra família. Poucas vezes se viram depois da separação, porque a madrasta procurou. Hoje não tem nenhum contato nem com os filhos da madrasta, nem com ela. Não tem raiva dela, "*normal*".

Ao final da entrevista, sempre pergunto se há algo mais que os entrevistados queiram acrescentar ou comentar sobre o que conversamos. Lígia fez questão de dizer que: "*Esse lance de juntar duas famílias não existe, não. Eu acredito que não exista nenhum que deu certo. A pessoa é criada de um jeito, outra pessoa é criada de outro jeito...*"

Três pontos voltam a aparecer: o termo madrasta como alguém íntimo ou da família (Ana Luíza) e o sentimento de não ser levado em consideração nas decisões sobre o casamento do pai (Pedro) e a afinidade pessoal (Raquel e Denise).

As diferenças etárias também interferem na qualidade de relacionamento na fratria recasada – lembrando que não a determina. Quando as idades são muito próximas, favorece a cumplicidade (caso das irmãs de Denise) ou acirra as disputas e o conflito (irmão de Lígia). Quando a diferença de idade é grande, favorece o surgimento do cuidado e do acolhimento da criança mais nova (Isabela e Raquel); por outro lado, pode não haver nenhuma identificação e interesses em comum, tornando-os alheios uns aos outros (Olívia). Algumas vezes, o que importa menos é a diferença de idade, mas sim a – mudança de – posição que um filho ocupa na família de origem e que passará a ocupar na outra: se deixa de ser o caçula e perde parte da atenção e cuidado que lhe era destinado; se deixa de ser o mais velho e perde privilégios; se ganha mais responsabilidades com outros filhos ou na casa (GUINCHE, 2009; OLIVEIRA, A. L., 2005).

LÍGIA conta também da atual experiência do pai. A fratria recasada é fruto de um desejo conjunto do casal de constituir uma nova família através do recasamento. Mas não é regra, e muitas vezes, a coabitação não existe, e cada parceiro mantém a sua casa, com seus próprios filhos. Eles não compartilham de uma educação, socialização e cotidiano comum (o pai de LÍGIA experimentou por 2 anos e hoje tem um filho com a namorada e vivem em casas separadas) (GUINCHE, 2009).

Entrevistado 8 – Carlos

O "*caso é bastante pitoresco*". Do casamento anterior, restaram dois filhos – uma menina de 13 e um menino de 10. A menina, mais velha, tinha pouco mais de um ano quando ele casou a mãe dela e sempre foram pai e filha. Até hoje, passados 8 anos de casamento e 3 de separação, a menina e o irmão, nascido desta relação, passa os mesmos dias com o pai. Os dois filhos do ex-casal ficam com o pai toda segunda e quarta-feira e a cada 15 dias, além de parte das férias. Apenas o menino tem o sobrenome de Carlos em sua certidão, pois a menina fora registrada pelo pai biológico na época do nascimento.

Eles já conheciam antes do relacionamento. Bruna é amiga da irmã de um amigo da faculdade, já tinham se cruzado, mas sem muita proximidade; e chegou a ser amiga de sua ex, período em que as crianças se conheceram e seu casal de filhos pode ter uma vivência com Bruna antes do namoro como pai. A aproximação se deu quando Bruna procurou Carlos para conversar sobre algumas dificuldades de socialização de seu filho.

Há cerca de 10 meses, começou a relação com Bruna, mãe de um menino de 16 anos. O casal planeja morar junto, mas estão tendo dificuldade para encontrar um local que acolha todos os 5 membros da família e seus 5 gatos. Por enquanto, o casal passa as noites juntos, alternando entre suas casas. Na casa que buscam, pensam em ter no mínimo 2 quartos para os filhos, mas ainda não definiram que divisão farão "*os meus até estão acostumados a dividir quarto, mas o dela não*".

CARLOS comenta que uma amiga da namorada brinca que são um casal "*moderno, contemporâneo e rico*", ao que ele complementa "*que só falta o rico*". No dia a dia, segundo Carlos, todos dormem juntos; circulam pelas duas casas.

Como todos já se conheciam, não houve uma apresentação formal, foi através da convivência do casal com os filhos que a relação foi se oficializando. Houve, inclusive, um breve casamento no intervalo: Carlos morou com uma mulher por pouco menos de um ano, e terminou 4 meses antes do atual. Ele conta que Bruna também já está no terceiro casamento: o pai do filho e um antes dele mesmo.

Sobre a convivência dos filhos, "*o que é passado sempre quando está todo mundo junto, é questão de divisão de tarefa da casa. Por exemplo, a gente pega a parte mais pesada de cozinhar e tal, mas eles também têm que ajudar, botar a mesa, arrumar a cama pra dormir*". E, como seus filhos são novos, sempre que Carlos vai para a casa de Bruna, eles vão junto; entretanto, nem sempre o filho dela, já com 16 anos, vai com a mãe para dele. Os gatos – 3 dela e 2 dele – também estão envolvidos nessa nova família e algumas vezes os 5 gatos e as 5 pessoas estão no mesmo apartamento "*eu fico brincando que um dos limites é que um não limpa pipicat*[63] *na casa do outro*".

Hoje, quando estão todos na casa de Bruna, com 2 dormitórios "*eu levei um colchão pra lá, aí dois ficam no quarto e um dorme na sala*". Os três costumam revezar quem dorme na sala, e decidem isso por conta própria "*até hoje foi sempre na gentileza*".

Como uma curiosidade engraçada, ele conta que antes do namoro com Bruna, sua filha tinha "*uma quedinha*" pelo filho dela, mas isso nunca interferiu

---

63 Caixa higiênica de urina e fezes dos gatos.

na escolha de camas. Hoje ela brinca "*me arrumou um irmão que eu tava a fim*", mas nunca chegaram a ter nada entre eles. Os três se dão bem e nunca teve um atrito mais sério.

Quando perguntado sobre o fato de um lado já serem irmãos e de outro ser filho único, Carlos acredita que vá ser mais aprendizado e mais complicado ter que aprender a dividir, o que os seus já estão acostumados.

Sobre a nomenclatura e o parentesco, ele conta que as amigas da filha brincavam "*que agora ela tava apaixonadinha pelo irmão*", mas ele nunca presenciou como cada um dos filhos se apresentam.

Entrevistada 9 – Bruna

Esta entrevista complementa a anterior, pois Bruna namora Carlos. Com muita desenvoltura, ela começa a contar a história. Primeiro ela conheceu "*os pequenos*", como ela chama os filhos de Carlos; e o conheceu quase na mesma época, e ele já estava separado. Ela logo comenta que a menina era a fim de seu filho e isso foi um dos assuntos que tiveram em comum, e conta a mesma história de que o procurou para conversar sobre a adolescência de seu filho por incentivo de uma amiga em comum. Só um ano depois eles ficaram juntos, mas nesse tempo, todos se aproximaram As crianças vieram aqui uma vez montar a árvore de natal comigo e com o [nome do filho]".

Sobre a convivência de seu filho com os de Carlos "*Aí, quando se juntou foi muito legal...eles se reconhecem todos como irmãos*"; e com ela mesma, que já era amiga das crianças: "*eles me ensinam a ser amidrasta [...] eu era amiga e me tornei amidrasta*". Bruna acredita que terem se conhecido antes, e a amizade que tinha com a mãe das crianças tenha facilitado a entrada na nossa fase. O mais novo demonstra ciúmes do pai com ela, enquanto seu filho sente ciúmes dela com os outros dois, especialmente do menino mais novo "*porque é menor, totalmente diferente dele [...] eu brinco que é meu filho moleque [...] e [nome do filho] "puxa, é o filho que eu não fui"*". Ela volta a falar do sentimento de irmão entre eles e de que isso é muito bom para seu filho "*A relação dele com [nome do mais novo] é de irmão mais velho, super legal; e ele e a [nome da menina] se dão super bem, eles têm muita afinidade, eles são muito amigos [...] eles têm um vínculo muito forte, são muito amigos*". Conta ainda que a menina fala que já não

sente mais nada por seu filho "*que agora é irmão [...] e não tem essa, [nome] não é meio-irmão, [nome] é irmão*".

Mas, isso só aconteceu após todos começarem a conviver com mais proximidade. No início do namoro, a menina ficou animada por vê-lo com mais frequência, mas não era correspondida, e sua insistência em se aproximar estava [nome do filho] gerava incômodo nele, que se sentia mais velho e ela muito mais nova: "*a questão é que resignificou, a parada resignificou e eles viraram realmente irmãos, uma parceria de irmãos e não há espaço pra isso... é uma coisa que está bem clara pros dois*".

Bruna chama sua configuração de família mosaico, cheia de pecinhas, e gosta da experiência de ter um filho e de repente ter três. E sua amizade com a mãe das crianças facilitou sua aproximação e aceitação pelos filhos de Carlos, porém a ex não gostou e não aceita a relação "*o que poderia ser ótimo, você [a ex-amiga] saber com quem seus filhos estão agora*".

Sobre os casamentos anteriores de seu namorado, depois da mãe dos filhos, durante os dois anos que transcorreram após a separação, Carlos teve um casamento "*que foi ótimo, sabe aquela pessoa de transição?*". Ela comenta que foi importante ter havido um casamento intermediário, facilitando o cortar de laços definitivos com a ex-mulher. Hoje, Carlos fala com a mãe de seus filhos através de advogados "*e as crianças levam muito bem, hoje elas estão dividindo muito bem o que é da mãe e o que é do pai*".

Sobre seus próprios relacionamentos prévios, Bruna já está separada do pai do filho há 14 anos. Ele e o filho têm contato, mas ele mora em outra cidade, o que, somado à adolescência do filho, têm reduzido bastante os períodos de visita e convivência. Mas o sentimento é de amizade, é querido e presente. Antes de Carlos, a última relação de Bruna terminou há três anos.

Atualmente juntos há um ano, ela diz que eles vivem como casal casados, apesar de terem duas casas, pois fazem tudo o que é possível juntos além de dormirem todas as noites na casa de um ou de outro.

A menina sempre recebeu muito bem a relação, mas o mais novo tinha mais ciúmes e resistência em ir para sua casa. Hoje em dia ele já demonstra animação e prefere a casa dela, pois é em um condomínio com espaço e outras crianças para brincar.

> Além de “amidrasta”, ela brinca com o termo enteado e diz que “*eles são meus entediados*”. E comenta novamente que a menina apresenta seu filho como irmão. Quando perguntei como seria para ela se seu filho também se interessasse pela filha de seu namorado, ela logo respondeu que ele se afastaria. Reforcei que seria uma situação diferente da que foi, e desta vez, recíproca. Com leve hesitação, ela diz que não veria problema nenhum *“...**até** porque eu tive um amigo que namorou por muito tempo a filha da madrasta*[64]”.

Nas duas últimas entrevistas aparece o salientado por Ribeiro (2005) e Watari (2010) de como os adultos costumam ver com naturalidade a passagem de uma fase a outra, pois ambos do casal não sentaram para conversar e explicar o novo momento que estavam vivendo, e não demonstram a pretensão de fazê-lo quando conseguirem uma casa única.

E, mais relevante para este trabalho é a atração da filha de um pelo filho da outra. O assunto é conhecido e comentado com naturalidade, em tom de curiosidade, brincadeira, e tido como finalizado por todos. Restam algumas questões e seria interessante saber da própria menina o que a fez mudar de sentimentos: a convivência que pode ter quebrado o encanto, a posição de “irmão”, que parece ser bastante reforçado por ela, ou até o tom de brincadeira das amigas, do pai e da madrasta, bastante eficazes em fazer coação social. Esta é uma pergunta importante, pois Bruna, antes da pergunta “e se?”, comentou que eles entendem que não há espaço para isso. Portanto, esta mensagem pode ter sido passada para a enteada, que modificou seu pensamento.

3.6 **Análise das entrevistas**

Encontra-se nestas entrevistas muitos dos pontos levados em consideração na literatura das famílias recasadas e das fratria destas famílias. Os pontos seguintes que se fez questão de destacar, além de serem bastante conhecidos e discutidos na literatura, apareceram com recorrência nestas entrevistas.

---

[64] Esta foi outra entrevista que vislumbrei, mas não tive acesso ao tal amigo, que “*hoje é casado, acho que poderia ser meio chato*”.

3.6.1 Relacionamento da fratria

Foram feitas 7 entrevistas com filhos do recasamento, de 6 recasamentos. Em três destas (Raquel, Pedro/Ana Luíza e Denise), todos os filhos, independente do grau de consanguinidade compartilhado, se chamam, se sentem e convivem como irmãos desde o início da convivência. Em consonância com os estudos entre irmãos de diversos tipos, que foram alvo das pesquisas de Oliveira (2005), o tipo e a qualidade dos relacionamentos entre esses adolescentes varia muito.

Essa grande variabilidade nos tipos de relacionamentos entre os pares de uma mesma geração e numa mesma posição na família tem explicações diversas e já mencionadas nesse texto, como: se houve coabitação e a frequência desta; a idade de cada um e a diferença de idade entre eles; as expectativas e desejos pessoais (querer ter um irmão ou não); a personalidade de cada um, dentre outros. Uma característica que se mostrou indiferente nessa pesquisa foi o sexo. Há relatos de ótimos relacionamentos entre filhos de mesmo sexo, assim como de sexo diferentes. Da mesma forma, há péssimos relacionamentos e outros indiferentes.

A pergunta “como você apresenta o [nome do filho da madrasta/padrasto] para amigos seus?” não fora pensada durante a elaboração do roteiro, mas foi uma tentativa de investigar se existe um termo específico para tratarem uns aos outros. Nos casos em que o tratamento era de irmãos, indagou-se ainda em que contexto surgiu o tratamento e quem que começou a tratar assim. Nas três famílias que isso aconteceu, havia uma diferença de idade entre os dois opostos, e o carinho, cuidado e abertura das mais novas parece ter propiciado o surgimento do sentimento de irmãos.

Analisando mais detalhadamente, apesar de Raquel chamar a filha do padrasto de irmã, esta já tinha um irmão germano, e Raquel tinha o sonho de ter um irmão. Ou seja, a “fraternidade” já era conhecida de um lado e desejado de outro. Raquel desenvolveu uma relação de grande proximidade, cuidado, afeto com a filha de seu primeiro padrasto (e também com ele), mas com o filho dele ela mantém um contato muito mais desapegado, ainda que próximo. O mesmo ocorre com Denise, que já tinha uma irmã mais nova. Nesses dois casos, as irmãs mais novas se mostraram mais abertas e maior afinidade com a irmanastra que chegava. Por último, a família de Pedro e Ana Luíza. Entre eles não há vínculos biológicos, mas Ana Luíza convivera com um irmanastro na infância, a quem já chamava de irmão, e Pedro tinha uma irmã mais nova. Além disso, em pouco tempo eles passaram a compartilhar uma meia-irmã.

Acredita-se, portanto, que este sentimento fraterno e afetivo demonstrado por esses quatro entrevistados tenha sido facilitado por estes diversos detalhes, do aprendizado do que é ter um irmão que aconteceu durante a infância. Apesar deles terem se conhecido com mais de 12 anos, o modelo de relação já era conhecido ou desejado desde antes.

As entrevistas puderam apresentar 3 tipos de relacionamentos desta fratria surgida do recasamento: a) os que passaram a se identificar como irmãos e irmãs foi resultado do relacionamento positivo que os filhos desenvolveram entre si; b) os que a existência de filhos dos padrastos parece ter sido indiferente; c) e os relacionamentos negativos.

Ao primeiro grupo pertencem Raquel, Denise, Pedro e Ana Luiza. Eles se chamam de irmãos e assim continuam a desenvolver seus relacionamentos, com a possível intimidade mesmo hoje, já adultos, e independente de seus pais estarem ou não juntos e de já terem conhecidos novos padastros com ou sem filhos. Isabela e Olívia compõem o segundo grupo, dos que parecem ser quase indiferentes e o contato que têm hoje, quando ocorre, não é por iniciativa delas, apenas em ambientes comuns. Da convivência, não restou nada, nem mágoas nem ganhos. O último grupo é Lígia e, por um lado, talvez não fosse adequado chamar de fratria, pois a convivência se deu mais pela partilha da mesma casa, mas sem compartilhar dos momentos que tornam os moradores de uma casa família apontados por Chapon-Crouzet e Guinche. Entretanto, as constantes brigas e disputas também podem se enquadrar nas descrições de irmãos de Oliveira (2005). Sendo a fratria no recasamento uma característica eletiva, diferentemente da disputa entre germanos, estes não se consideram irmãos quando os relacionamentos não são positivos.

É interessante notar que a qualidade dos relacionamentos na fratria pareça ser resultado apenas das afinidades individuais, pois não foi percebida dependência do tipo de fratria original (se ter irmãos ou ser filho único antes do recasamento). Há uma leve tendência aos melhores relacionamentos terem se estabelecido entre o encontro de 96ratria originais diferentes: de um lado ser único e do outro ter irmão antes do recasamento. Também não parece interferir se a coabitação era cotidiana ou apenas quinzenalmente; assim como o sexo de cada filho (este é mais difícil afirmar, visto que apenas um homem foi entrevistado, porém Isabela, Raquel e Ana Luiza mencionaram bons relacionamentos com outros filhos homens de seus padrastos). O grau de

consanguinidade e o tempo de convivência variam bastante nestas famílias, não podendo atribuir o surgimento do sentimento fraterno diretamente a estas duas causas.

3.6.2 Termos de parentesco no recasamento

Um achado diferente de toda a literatura e pode (e merece) ser mais investigado é o uso da palavra madrasta. A ida a campo foi incentivada pela procura de um termo para os filhos entre si, mas acabou encontrando um desconforto com uma palavra mais antiga. E o desconforto foi maior em usar o termo madrasta para as esposas de seus pais com quem não se relacionavam bem. O termo madrasta, nesta pesquisa, se revelou com conotação de intimidade, afetividade, um membro próximo da família.

Retornando aos filhos, insiste-se na questão de se a inexistência de um termo específico para esta relação entre filhos anteriores ao recasamento estaria contribuindo para o esfumaçamento desta relação. Se, uma vez que não tem nome, será que ela existe? Como o indivíduo vai pensar e refletir sobre ela? Como vai identificar as expectativas ou falhas dessa relação, se não há um papel definido e reconhecido de comportamento entre eles? Ou ainda mais grave, se a inexistência do termo é um peso para mim, pesquisadora, e com isso eu cheguei à conclusão de que, mesmo quando muito positivos, tais relações não pesam na vida dos entrevistados.

3.6.3 Relação com o padrasto e a madrasta

Como o objetivo em realizar estas entrevistas era dar mais voz e luz para os relacionamentos entre “pares”, chamou bastante atenção o fato de, mesmo nessas entrevistas, os participantes focarem a relação intergeracional: com seus padrastos e madrastas. E isso ocorreu tanto quando o relacionamento era positivo quanto negativo com esses adultos. Mas não que a forma de se relacionar com a madrasta ou padrasto fosse definir a qualidade do relacionamento com o(a) filho(a) destes, pois isto não ocorria. É o caso de Pedro que se dava muito bem com Ana Luiza, a filha do padrasto, mas brigava constantemente com ele.

3.6.4 Relacionamento com padrasto e madrasta pós fim do recasamento

Dos entrevistados, apenas 2 (Isabela e Ligia) deixaram de ter contato com a madrasta após a separação do pai. Nos demais casos, ainda há algum vínculo ou frequência. Nas entrevistas de Raquel e Denise, as relações que eram boas e positivas com a madrasta ou o padrasto ou os filhos destes, elas tenderam a manter o contato com qualidade. Já nas relações que eram negativas e desgastantes, como Olívia e Pedro, a qualidade melhorou depois da separação, com o fim da convivência diária.

Embora muitas relações com os filhos de madrastas e padrastos sejam bastante positivas e descritas como próximas, algumas vezes utilizando o tratamento de irmãos entre si, ficou a impressão de que esta relação é um “bônus”, mas que não faz falta e não interfere diretamente na vida destes indivíduos. Já com as madrastas e padrastos isso não ocorre, e a presença ou ausência deles exerce um peso (positivo ou negativo) direto em suas vidas. Acredita-se que isto seja fruto da hierarquização entre as gerações. Mesmo com a crescente tendência à democratização e horizontalização dessas relações geracionais, a presença de um adulto, cônjuge do seu pai ou mãe, não é algo que possa ser ignorado ou deixado de lado, sempre interfere.

3.6.5 Formalização da união

Apesar de ser um tema periférico, em duas entrevistas surgiu a relevância da oficialização da união matrimonial. No Brasil é comum a expressão citada por Raquel de que “juntou com fé, casado é”, e, geralmente, os casais de uniões espontâneas não enfrentam preconceitos e diferenciações dos casados oficialmente. Entretanto, há um diferencial percebido e manifestado por Raquel e Ana Luíza. Ambas sinalizam a informalidade dos casamentos, mesmo sem terem sido questionadas sobre isso.

3.6.6 Adolescência

Em determinado momento, o fato de serem adolescentes exerceu peso negativo nas relações entre enteados e padrastos. Olívia, com 16 anos, foi a que se mostrou mais contrária à união da mãe com o padrasto, não aceitava o casamento e dificultava a relação com a filha dele. Pedro batia de frente com as ordens e disciplina do padrasto. Nos dois casos, o relacionamento só melhorou quando a coabitação foi terminada com a saída de um deles da casa. Já Denise conta que sua irmã por parte de madrasta é quem passou a ter as diferenças com o padrasto acentuadas durante o período da adolescência, combinado com o fato de terem se mudado para um estado diferente e ela quis voltar.

3.6.7 Inclusão dos filhos nas decisões

A questão da inclusão dos filhos nas tomadas de decisões e nos processos de recasamento ainda se mostram raros e ausentes. As mães de Raquel e Olívia conversaram com suas filhas sobre a mudança de casa e o início da convivência em regime de coabitação com o padrasto. A despeito de ter se colocado contra o desejo da mãe, Olívia soube que foi ouvida e levada em consideração durante esta transição. Já a família de Pedro e Lígia isso não aconteceu e ambos demonstram ressentimento em relação a seus pais por essa atitude. O caso é ainda mais extremo com Isabela, pois não houve conversas e ela e o irmão, claramente, ficaram perdidos em meio aos recasamentos de sua mãe e seu pai. Quando incomodavam, eram obrigados e se mudar e com isso, passaram parte da adolescência transitando entre as casas da mãe, da madrasta e da avó.

3.6.8 A participação das avós e a aliança com filhos e netos

Por último, salienta-se o papel fundamental das avós. Durante todo o processo de separação, monoparentalidade e recasamento, este encontro de três gerações parece

ser fundamental para o equilíbrio da família e o bem estar dos filhos/netos, principalmente. Em 4 entrevistas (5 famílias) o papel das avós foi evidente.

Isabela passou com seu irmão por diversas casas. Em vários momentos eles foram realocados, por não mais se encaixarem e não pertencerem onde estavam. Casa da mãe, cada da madrasta com o pai, e sempre voltavam para a casa da avó materna, que é onde o irmão mora hoje e ela está casada. Raquel e Olívia foram com suas mães morar na casa das avós após a separação dos pais. Raquel ficou por pouco tempo, o suficiente para sua mãe conseguir comprar uma casa e para lá se mudaram com o padrasto. Olívia morou por 15 anos com a mãe e a avó. Além da coabitação (e provável divisão de despesas e ajuda na criação da filha), esta avó foi peça importante no diálogo com a neta, na tentativa de intervir na aceitação do novo casamento da filha. E na entrevista de Denise, ela comenta que, quando a irmã filha da madrasta quis voltar a morar na cidade de origem e estava se desentendendo com o padrasto, ela voltou para morar na casa da avó, enquanto a mãe teve liberdade para continuar com o marido.

3.7 **E o interdito sexual, apareceu?**

A questão que deu início e foi motor desta pesquisa, parece ter ficado sem resposta. Continua a dúvida se há, nas famílias entrevistadas, o estabelecimento de um interdito sexual entre a fratria do recasamento. Nos trabalhos franceses Chapon-Crouzet (2005) e Guinche (2008), ele existe sim, e é estruturante. Tal interdito explicado por Héritier e Martial, pode ser entendido pela lógica da convivência (componente doméstico), do contrato social dos pais que são casados (componente genealógico), pela visão substancialista do parentesco e da aliança, e até mesmo, pelo tabu do incesto, não por serem irmãos, mas pela categoria irmão contagiar por contato através da convivência os atores que poderiam exercer este papel.

Isso não quer dizer que não podem ser obtidas outras respostas. Se o silêncio e a ausência de casos se manteve após a pesquisa de campo, esta é uma resposta importante para a qual proponho duas explicações: uma pela abordagem de gênero e outra sobre o “indizível e impensável”.

A primeira corresponde ao perfil demográfico dos entrevistados: 6 filhas e um único filho. Das 7 famílias pesquisadas, 5 reuniram meninas e meninos sob o mesmo

teto. Soma-se o fato de, em 4 famílias, os meninos eram mais novos do que as entrevistadas e, destas, apenas uma tinha um irmão que era mais velho do que a filha da madrasta. Mais forte do que o modelo de família é o modelo de casal, onde impera a norma heteroafetiva e o imaginário do homem mais velho do que a mulher (GOLDENBERG, 2001). A última família pretende reunir um menino mais velho e uma menina na mesma casa e talvez, a situação volte a se modificar: antes do namoro de seu pai, a menina se sentia atraída pelo menino da mulher que veio a ser sua madrasta, e, hoje a atração desapareceu; mas e quando passarem a se ver toda semana, será que a atração poderá voltar a aparecer?

A socialização e a força das instituições sociais conseguem, através de seus dispositivos, reproduzir e impor normas e valores hegemônicos com bastante eficiência (sempre haverá as forças dissidentes, reforçando e desconstruindo a hegemonia). Quaisquer que sejam as preferências pelas explicações oferecidas neste trabalho, o material social em que se baseia o interdito sexual está plantado nos indivíduos mesmo antes do recasamento, e, com a mesma plasticidade com que se constituem as famílias, essa base adquire novos contornos e adapta seu conteúdo. Essas são relações, portanto, tão impensáveis onde não ocorrem, e “não ditas” quanto o interdito original, quando ocorrem. Que isto aconteça nos indivíduos automaticamente, sem muito questionamento, é compreensível. Entretanto, a aparente falta de reflexibilidade na prática terapêutica e na ciência brasileira é de se estranhar e merece atenção.

4 RECASAMENTOS NA MÍDIA

Ao mergulhar mais intensamente nos estudos sobre as múltiplas configurações familiares, em especial o recasamento, atraiu atenção a aparição desta temática em propagandas na TV e até em conteúdos dentro da programação regular, como nas novelas e séries. Com as observações feitas no último ano de mestrado, concluiu-se que valeria a pena incluir nesta dissertação um pequeno capítulo dedicado a maneira como as famílias de recasamento aparecem nos meios de comunicação de massa. Interessa pensar, ainda que superficialmente, o conteúdo, a forma, o tom e os instrumentos utilizados para retratar e tratar o recasamento.

Este capítulo foi pensado como um complemento para a pesquisa, e não uma profunda e embasada discussão sobre os meios de comunicação de massa. Os diversos limitadores ao campo e ao recrutamento comprometeram a aplicação das conclusões. Pensou-se, portanto, que os produtos midiáticos ofereceriam uma visão mais abrangente sobre os recasamentos. Não sobre quem os vive, mas sobre a percepção social das múltiplas configurações familiares, a necessidade de entender melhor o "senso comum" e a visão do grupo social. Tentar perceber o que é socialmente aceito ou repreendido sobre os recasamentos.

Porém, a busca por filmes e programas que dedicassem especial atenção ao recasamento com filhos não foi muito frutífera e, foi preciso expandir o recorte e fazer uma pequena análise nas formas de representação das famílias, e também as representações de homens e mulheres, de preferência, nos contextos familiares. Assim como foi difícil encontrar casos para entrevistas e estudos no Brasil que investigassem esta especificidade do recasamento, a mídia também ainda não descobriu este núcleo temático. Principalmente nos programas televisivos e de entretenimento, pois foram os jornais impressos ou em meios eletrônicos quem mais noticiaram os filhos de recasamentos, seja pelo caminho da curiosidade e do inesperado, assim como retratando diversos casos de mudanças legislativas e abertura de novas jurisprudências.

A mídia, em suas múltiplas e variadas formas, é parte constante do cotidiano nos centros urbanos. Somos bombardeados por propagandas e informações de todo tipo, nas ruas, nos intervalos de uma programação na TV ou rádio, através da internet em redes sociais e até mesmo em SPAM[65] por correio eletrônico e mensagens de celular.

---

[65] "Termo usado para referir-se aos *e-mails* não solicitados, que geralmente são enviados para um grande número de pessoas" (www.antispam.com.br/conceito).

Algumas vezes, as propagandas que visam a venda, divulgação ou consumo de produtos e serviços até programações específicas, nos invadem e muitas vezes não temos controle total sobre o que chega até nós; noutras, somos ativos na busca por informações e conteúdos de interesse particular. De uma forma ou de outra, está cada vez mais fácil o acesso do receptor ao disseminador, assim como do disseminador ao receptor. Pois isso a relevância de compreender a relação audiência-mídia (ALVES, 2010).

Brevemente, serão apresentadas as principais e mais recorrentes abordagens acadêmicas sobre o papel da mídia em nossa sociedade, as trocas efetivadas e as influências causadas e sofridas entre o material produzido e a população espectadora. Tendo como foco a TV nacional, esses estudos concentram grande parte de sua produção às novelas produzidas pela emissora de maior prestígio e audiência entre os telespectadores.

4.1 **Evolução dos estudos em comunicação de massa**

O livro Comunicação e gênero (ESCOSTEGUY, 2005) revisou os trabalhos acadêmicos brasileiros das últimas décadas que envolviam os meios e as teorias de comunicação através do recorte da discussão de gênero. Através desta perspectiva, os trabalhos analisaram as representações dos papeis de homens, mulheres, jovens, famílias, como apareciam e como eram interpretados.

A Teoria da Bola Mágica (também chamada de Teoria da Agulha Hipodérmica) foi desenvolvida e colocada em prática logo no início do século XX, e se baseava na lógica de que a população era uma grande massa coletiva composta por indivíduos isolados. Foi daí que surgiu a ideia de “comunicação de massa” (ALVES, 2010).

Baseados na teoria foram pesquisadas diferentes maneiras de atingir a população, de fazer chegar até ela a mensagem que queria disseminar. Foi bastante colocada em prática nos Estados Unidos na época da guerra, quando precisavam conquistar o apoio da população americana para a guerra, fazê-los conhecer e odiar os inimigos, além de compartilhar as vitórias. Através de filmes, propagandas, noticiários e emissões no rádio, alcançaram seu objetivo. As práticas surgidas nesta teoria foram um importante artifício de Estado, que também chegou ao Brasil com o Estado Novo. Além das propagandas do próprio governo, a censura de material midiático concorrente à

ideologia estatal atuaram na disseminação de um modo específico de pensar (ALVES, 2010).

Apesar de sua eficiência nestes períodos citados, a Teoria da Bola Mágica logo foi criticada por considerar o receptor como passivo neste processo de transmissão, como se a mensagem fosse recebida e aceita sem questionamentos e sem reflexão. Esta teoria desconsiderava o contexto e a bagagem cultural do receptor e, aliada à censura, sua incapacidade de confrontar informações divergentes (ALVES, 2010).

Na sequência, os estudos de comunicação de massa deixaram de centrar-se na mensagem a ser transmitida e passaram a relativizar. O paradigma criado pelo cientista político Harold D. Lasswell, colocou o receptor como um dos personagens ativos da comunicação; e que o conteúdo da produção provocava reações no público

> "atenção, compreensão, fruição, avaliação e ação; as reações dependiam de identificações projetivas, anseios e expectativas, latentes ou não, dos membros do público; existia influência do contexto (social, cultural, ideológico) e de predisposições especiais nas reações; e os conteúdos estavam inseridos em um contexto e constituíam um dos fatores que provocam reações por parte do público." (ALVES, 2010 p. 55).

A lógica por trás das pesquisas em comunicação transformara-se mais profundamente quando emergiram os Estudos Culturais, rompendo de vez com a unidirecionalidade da mensagem. Todo o processo de comunicação foi revisto; deixou de ser composto por etapas sucessivas e se tornou um *continuum* de trocas e influências, entre receptor, mensagem, meio; transmissão, produção e reprodução de sentidos e significados (ALVAREZ, 2005).

Voltando às publicações acadêmicas, pudemos acompanhar o desenvolvimento de tais ideias na produção nacional. No início da década de 90, a produção estava concentrada em analisar a mensagem, o conteúdo que era transmitido pela mídia impressa e audiovisual. É no final da década que o foco das pesquisas se transfere da mensagem para o receptor, a comunicação passou a ser vista como um processo interativo, no qual a mensagem é sim recebida, porém trabalhada e transformada por suas experiências e seu aparato cultural (ESCOSTEGUY e MESSA, 2005). Virado o milênio, o foco é novamente deslocado e desta vez, muitos trabalhos elaborados em Comunicação dedicam-se a investigar as representações sociais. "As representações são sentidos que damos às coisas, posições muito fortes que compartilhamos no coletivo e que nos afetam reciprocamente" (FRANÇA, 2004 apud ESCOSTEGUY e MESSA, 2005). Estes últimos são os mais apropriados para interpretar o que tem sido produzido

de material midiático (propagandas, ficções, notícias) com a temática do recasamento e sua relação com as experiências de vida e de sociedade no momento atual.

Além de coletar informações sobre as representações dos recasamentos na TV, é preciso perguntar se e como essa temática entra na pauta da programação. É do interesse do telespectador consumir este conteúdo? se sim, quem o consome e quem o rejeita? É do interesse dos canais oferecerem e darem destaque a este tipo de configuração familiar? se o fazem, como são tratados, heróis ou desviantes? É do interesse de autores/produtores de novelas e propagandas levar para dentro das casas as experiências e especificidade dos recasamentos? O que está em jogo ao responder positiva ou negativamente estas questões? Hohlfeldt apresenta algumas sugestões:

> "Os meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor o quê pensar em relação a um determinado tema, como desejava a teoria hipodérmica, são capazes de, a médio e longo prazos, influenciar sobre o quê pensar e falar, o que motiva o batismo desta hipótese de trabalho. Ou seja, dependendo dos assuntos que venham a ser abordados – agendados – pela mídia, o público termina, a médio e longo prazos, por incluí-los igualmente em suas preocupações. Assim, a agenda da mídia de fato passa a se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social" (HOHLFELDT, 2002, p.190-191 apud ALVES, 2010 p. 57)

Os impactos das produções fictícias são difíceis de medir, mas há alguns sinalizadores, como as pesquisas de como o público está recebendo o que está sendo transmitido. Reportagens em revistas e jornais coletam os incômodos dos telespectadores com determinados conteúdos, geralmente, os que apresentam comportamentos tidos como desviantes ao modelo tradicional de família, de conjugalidade, de afetividade e sexualidade.

Muitas vezes, a "mídia impressa e televisiva vem retratando mudanças de comportamento que a produção acadêmica não tem conseguido acompanhar na mesma velocidade" (GOLDEMBERG, 2001), e antes mesmo de sermos capazes de compreender os novos fenômenos, eles já estão sendo debatidos e comentados nos corredores, elevadores, bares e filas de mercado.

Nesses reflexos, verificamos posições e perspectivas diferentes, que podem explicar a recepção e a audiência boa ou negativa de determinados programas. "As identidades são constituídas dentro de coletividades sociais, e isso explica a aceitação de determinados núcleos ou conteúdos dentre os diferentes grupos sociais" (ESCOSTEGUY, 2005). Enquanto alguns aplaudem a vanguarda em discutir e dar notoriedade às minorias sexuais, por exemplo, outros setores se sentem ofendidos e

desrespeitados. Ainda que não seja mensurável até onde alcança o poder das produções de massa em interferir na sociedade e em seus valores e costumes, é notório sua capacidade de provocar o questionamento dos mesmos (ALVES, 2010).

> "O momento da recepção (ou decodificação) tem, para Hall (2003), suas próprias condições de existência, e é também fruto de uma construção. Se a codificação produz alguns parâmetros dentro dos quais as decodificações vão operar, é fato que alguma correspondência entre ambos deve estar impressa, do contrário não haveria uma troca comunicativa. O autor nos indica três posições hipotéticas a partir das quais a decodificação de um discurso televisivo pode ser construída: a posição hegemônica-dominante (a espectadora opera dentro do proposto pelo produtor, decodifica a mensagem de acordo com o esperado), o código negociado (a espectadora reconhece definições hegemônicas, mas se permite adaptá-las ao seu lugar, podendo ou não dar sua adesão) e o código de oposição (a espectadora se posiciona de modo totalmente contrário àquele do produtor, opondo-se à sua mensagem). Segundo Hall (2003), estas não são posições estáticas, mas posições entre as quais o receptor se desloca dependendo do que a mensagem codificada nele aciona" (MESSA, 2005 p. 143).

Outro fator que precisa ser levado em conta no processo de formação da opinião pública é que esta se constrói com o tempo, não é instantânea. Dificilmente, uma única aparição em um único veículo midiático alcançará o grande público e será capaz de se tornar assunto. A opinião pública é construída através da veiculação da mesma informação (ou de casos semelhantes) em dias consecutivos, em horários diversificados, com linguagens e visando públicos diferentes. É a partir da repetição e insistência de um caso noticioso que o indivíduo passa a dispensar-lhe atenção; começa então, o processo de "moldagem" (grifo da autora) de ideias (ALVES, 2010).

Sabendo dessa capacidade em moldar, questionar e reforçar ideias e comportamentos, muitos autores de novelas, séries e filmes aproveitam para por em pauta temas tabus, pouco ou nada discutidos social e coletivamente. Em séries e novelas é muito comum que se use o humor (MESSA, 2005) e retratem os comportamentos desviantes de forma caricatural (GOLDENBERG, 2001). O humor pode, por um lado, suavizar a temática e torná-la discutível, contudo, pode ridicularizar um comportamento que já não é hegemônico e enfraquecer ainda mais a minoria retratada no desvio.

4.2 **Novelas**

As novelas merecem atenção especial por sua forte inclusão nas práticas

cotidianas dos brasileiros. “As novelas televisivas alimentam e alimentarão certos estereótipos de comportamento familiar mas, ao mesmo tempo, vendem e venderão a inovação e os novos estilos de vida” (GOLDENBERG, 2001).

Seu sucesso é ambiguamente explicado. Há quem defenda que, por retratar cotidianos comuns, famílias, histórias e personagens aproximados da realidade é a receita de alguns folhetins (GOLDENBERG, 2001; MESSA, 2005). Entretanto, o oposto é igualmente válido, uma vez que os ambientes mais recorrentes nas novelas sejam as elites carioca e as periferias de Rio e São Paulo, não podendo haver tanta identificação com a realidade de tantos outros contextos nacionais. A não ser que esta identificação ocorra não com sua realidade experienciada, mas sim com o modelo hegemônico do que é ser brasileiro. Desta forma, sim, a identificação com um “eu brasileiro” mais geral perpasse por um “eu carioca do Leblon” muito mais específico.

A “novela é, normalmente, uma história que compreende famílias e relacionamentos familiares” (LEAL, 1986 apud PIRES, 2005), e este, com certeza, é um universo conhecido, vivenciado e experimentado por quase todos, em algum momento da vida. Essa experiência é tão ou mais distinta na realidade, quanto o é nos folhetins. Sua variedade de configurações familiares e formas de relacionamento e comportamento podem ser receita para o sucesso, como despertar muito estranhamento e antipatia da audiência.

Como um universo muito frequente nas novelas são a elite da zona sul da capital fluminense, é comum que os protagonistas pertençam às camadas médias e altas cariocas, academicamente conhecidas por seu comportamento de vanguarda frente a sexualidade e afetividade. As novelas “das 9” aborda os “desejos, valores, expectativas e conflitos” (GOLDENBERG, 2001) que correspondem a este extrato social específico e outros núcleos coadjuvantes com comportamentos mais pitorescos e menos centrais.

Enquanto um meio midiático de comunicação de massa, a novela exerce as influências acima citadas na população. Goldani (1994) afirma que “as novelas televisivas alimentam certos estereótipos de comportamento familiar, mas ao mesmo tempo, vendem a inovação e novos estilos de vida. Assim, podemos pensar a novela como retrato destas mudanças, muito mais do que produtora da mesma”.

Para ilustrar a discussão apresentada até aqui, seguem três exemplos de novelas transmitidas em épocas bastante diferentes na televisão brasileira: Laços de família, do ano 2000, Malhação 21ª temporada, anos 2013 e 2014, e Pantanal, de 1990 (reprisada em 2008 pelo canal SBT).

4.2.1 Enredo de novelas

I - **Laços de Família – Rede Globo – 2010**

Uma novela que fez muito sucesso e rendeu discussões na época em que foi transmitida, chegando a ser objeto de trabalho na academia[66], foi o folhetim Laços de Família, veiculado pela Rede Globo. Dentre os diversos núcleos da trama, havia uma grande variedade de composições familiares e alguns recasamentos. Durante toda sua duração, muitos valores tradicionais foram ora questionados, ora confirmados. Sigo agora com um resumo do enredo, focando as passagens de interesse desta pesquisa.

Na novela Laços de Família, o casal "mulher mais velha e com filhos com homem solteiro e mais novo", que inicia a história, (Helena e Edu) perde para o casal mais tradicional (Camila e Edu) "dois solteiros sem filhos onde o homem é mais velho e tem uma carreira mais importante do que a mulher". Sendo que nesta disputa, mãe e filha são apaixonadas pelo mesmo homem. No intuito de legitimar o segundo casal, Camila (a filha) conhece Edu sem saber que ele é o namorado de sua mãe. O fato de ele ser namorado e não marido, não coloca em cena as questões dos interditos e do parentesco por afinidade. A solução do conflito se dá pela reafirmação dos papeis tradicionais de gênero: Helena (a mãe) abre mão de sua felicidade enquanto mulher pela felicidade da filha; e, a mulher mais nova "ganha" a disputa pelo amor do homem cobiçado. A maternidade é maior do que a conjugalidade e a paixão.

Em Laços de Família, uma novela do ano 2000, o interdito sexual em famílias de recasamento não se coloca em nenhum momento. Além de Camila ficar com o namorado da mãe, Iris, irmã por parte de pai de Helena termina a novela grávida de Pedro, que é ex-namorado e primo de Helena, além de pai de Camila e Vitória (filhas de Helena). O rastro da consanguinidade não apareceu durante a trama. Ainda que irmãs por parte de pai, uma foi criada no interior e a outra na capital, e a grande diferença de idade (o pai de Helena se casou com uma mulher muito mais nova, de forma que madrasta e enteada têm idades mais próximas do que as meias-irmãs).

---

[66] Laços de Família, artigo de Mirian Goldenberg e Laços de família: processando alternativas de compreensão do feminino como oposição e complementaridade, de Fabiane Rosana da Silva (2002).

II - **Malhação – Rede Globo – 2013/2014**

Outro exemplo é a série contínua Malhação. Conhecido por tratar de temas e situações que fazem parte dos dramas cotidianos de jovens, como escola, faculdade, carreira, trabalho, namoro, gravidez, família. Nos últimos anos, o seriado vem tendo como ambiente comum a todos os personagens um colégio ou um bairro.

Na última temporada, que terminou em meados de 2014, Malhação teve um casal como protagonistas. O enredo inicial, a primeira dificuldade que o casal teve de enfrentar na sua saga pelo final feliz, foi a proibição do namoro por sua(s) famílias: sem saber quando se conheceram, eles fazem parte de uma família de recasamento. O interdito sexual apareceu bastante forte nos primeiros meses da trama e foi se suavizando ao longo do tempo (e até mesmo parecer incoerente).

Ben e Anita são dois jovens que se conhecem numa viagem ao exterior. Ele lá morava com sua mãe desde muito novo, quando os pais se separaram. Enquanto isso, Vera, mãe de Anita se casa com Ronaldo, pai de Ben. Ambos os cônjuges têm outros filhos além de Ben e Anita e todos vão morar na mesma casa. Vera, aguarda a volta de Anita e Ronaldo, anseia pelo retorno de seu filho que morou desde criança com a mãe no exterior.

Ao regressarem ao Brasil e viveram na casa da família, os jovens não contam que se conheceram na viagem e que estão envolvidos romanticamente. Eles mesmos tentam disfarçar e resistir à atração que sentem um pelo outro, e negam o romance entre beijos apaixonados.

Logo nas primeiras semanas, decidem assumir a relação e revelar para toda a família. Os pais dos dois ficam contra o namoro e o proíbem. Para evitar que os jovens continuem a relação escondidos, Vera aciona o pai de Anita para que ela vá morar com ele em bairro distante.

Com diversas reviravoltas e outras dificuldades no caminho, o casal se mantém separado até o final da temporada. A incoerência é que uma dessas dificuldades e intrigas típicas de novelas, a irmã de Anita se envolve com Ben, porém a família já não age da mesma maneira e não exercem a proibição.

Ao final, o amor romântico dos dois jovens se prova merecedor da aceitação da família, por terem superado todas as dificuldades e por ambos mostrarem seu caráter inquestionável.

Na temporada anterior, esta discussão também aconteceu, mas de maneira muito coadjuvante. Um rapaz de família pobre fora criado desde pequeno em outra família na

qual tinha uma filha. Durante a adolescência, a menina se apaixona por ele, porém não é correspondida. Ele a vê como irmã e tem muito respeito pela mãe dela que os criou e, por isso, nem cogita a hipótese de ficar com ela.

Além de ser uma discussão secundária, a menina se torna uma das vilãs, arquitetando prejudica-lo para convencê-lo a ficarem juntos. Ao transformá-la em um personagem mau caráter, não havia torcida pelo casal, e sua paixão "pelo irmão" foi associada ao desvio de personalidade/caráter.

III - Pantanal – Rede Manchete - 1990

Muitas novelas repetem a seguinte história: casal apaixonado e bem quisto do público descobre que são irmãos e, não encontram outra alternativa, a não ser, com muito pesar, se separarem.

Entretanto, o exemplo mais antigo desta seção, é também o mais transgressor. Na trama de Pantanal, é a primeira e única vez (na pesquisa realizada para esta dissertação) que um casal, sabidamente filhos de mesmo pai, se apaixona e decide ficar junto. O casal é Guta e Marcelo, filho de Tenório, o vilão da trama. Tanto o casal como o pai deles e a mãe dela acreditam que eles sejam irmãos. E o pai, desconfiando do envolvimento dos filhos, sugere que Guta retorne para São Paulo.

No enredo, os irmãos não foram criados juntos, ela é da cidade e ele da fazenda, mas ao se conhecerem, passam a conviver como filhos do mesmo pai e surge entre eles uma forte atração. Guta é a primeira a confessar seus sentimentos e os dois se beijam. A parir de então, iniciam um relacionamento escondido, mas que causa espanto em cada personagem que fica sabendo da relação ou flagra os dois escondidos.

O relacionamento se intensifica e o casal mantém relações sexuais. Coloca-se a pergunta: como a novela vai resolver a situação? A mãe de Marcelo, mais tarde, confessa que já estava grávida quando se relacionou com Tenório. Portanto, o casal não compartilha do mesmo pai e os interditos desaparecem, permitindo que fiquem juntos no final do folhetim.

4.2.2 "E foram felizes para sempre"

As novelas passam meses mostrando as diferentes famílias, com os desafios de

cada modelo e as tentativas alternativas para contorná-los (como mães que se esforçam para criar filhos sozinha, casais em crise). Porém, é no final, na solução de todos os conflitos e dificuldades que se evidenciam e reforçam alguns dos valores mais tradicionais e conservadores da sociedade: através do casamento, do nascimento de um filho, se coroa o modelo familiar institucionalizado. Muitas novelas têm uma festa de casamento como a cena final, com todos os personagens tendo encontrado um par e muitas mulheres grávidas. A instituição do casamento e a gravidez purificam e perdoam todos os "pecados" (prostituição, infidelidades, mentiras) cometidos durante a trama e os casais se reconciliam; "são os "laços de sangue", o nascimento de um filho, que cimentam as frágeis relações afetivo-sexuais existentes entre os personagens" (GOLDENBERG, 2001) e lhe conferem estabilidade e legitimidade. Aqueles que "terminam bem", sempre aparecem com um par ao final, indicando que estão no caminho "certo" rumo ao "felizes para sempre". A novela reproduz a ideia de que o parentesco "mais legítimo" é aquele ancorado na consanguinidade, na descendência.

Messa (2005) aponta alguns motivos para os finais felizes de novelas tenderem aos valores tradicionais. Em sua pesquisa envolvendo as percepções de gênero retratadas na série americana Sex and The City e algumas fãs da produção, descobriu que havia muita identificação entre a vida das mulheres e os personagens femininos centrais.

As mulheres reais e personagens vivem vidas confortáveis materialmente e estão inseridas no mercado de trabalho (ou ao menos têm condições de qualificação para se inserirem bem), mas não alcançaram o tipo de relacionamento afetivo-sexual que consideram ideal para si e para constituírem suas famílias. E isto a faz questionar suas qualidades femininas e desenvolveram o medo de fracassarem, profissional e pessoalmente. Este medo gera angústia e incerteza, que por sua vez, leva a uma tendência em fantasiar um passado nostálgico irreal, onde residem a origem dos valores tradicionais. Por isso os finais felizes com casamentos e muitos filhos. Ela ainda complementa com um trecho de Morin:

> "Edgar Morin (1997) diz que os finais felizes proporcionam uma descarga de afetividade por parte do público com o herói, facilitando o processo de identificação e privilegiando o indivíduo privado. O herói, segundo o autor, se aproxima da humanidade cotidiana e se torna uma espécie de alter ego do espectador, estabelecendo com ele um clima de simpatia e "torcida" pelo seu bem-estar. O espectador espera pelo sucesso do herói, pela prova de que a felicidade é possível. Neste processo, a falta de realidade das imagens não incomoda o espectador, porque o que ele busca é compartilhar com os personagens fictícios a satisfação dos desejos e a felicidade eterna: "O happy

> end é postulado pelo otimismo da felicidade, o otimismo da rentabilidade do esforço"" (MORIN, 1997, p.97 apud MESSA, 2005 p. 158).

4.2.3 Uma novela na qual o vilão é a vida

Assim o diretor da próxima novela do horário das seis horas da Rede Globo declarou na apresentação do enredo e dos personagens à imprensa. O folhetim que começará em março de 2015, pretende abordar os "novos arranjos familiares e das relações humanas. Sem se basear em arquétipos, é uma novela sobre o cotidiano" (SCALEI, 2015).

A telenovela contará a história de uma jovem que descobre ter sido gerada por inseminação artificial e tentará descobrir quem foi o doador. Ao ter acesso ao código do doador, descobre que há outros 5 filhos gerados sob as mesmas circunstâncias. A saga será reunir todos os seis gerados por inseminação, sendo que ainda há um sétimo, fruto de uma relação sexual do doador. Nesta procura, a jovem irá se apaixonar por um de seus meios-irmãos.

A intenção do folhetim é discutir as fronteiras da família contemporânea e no que ela se baseia. Não faltarão ingredientes e assuntos: novas tecnologias reprodutivas, incesto, socioafetividade, parentalidade biológica e social, a constituição dos laços fraternos, individualidade *versus* conjugalidade.

4.3 **Conteúdo e abordagens de notícias**

As notícias e reportagens compartilhem de muitas características comuns às novelas descritas acima. Apesar de terem objetivos diferentes, e a notícia ser travestida pelo peso da "verdade", ela também é um produto, tem um público definido, é fruto de elaboração e sua construção leva em conta interesses do produtor e do consumidor.

Alguns fatos são mais notícia do que outros, e isso depende pelo o que a sociedade e, potencial consumidor se interessam; assim como quais fatos, comportamentos devem ser reforçados ou evitados. Muitos valores definem a pauta de uma revista, um jornal ou um noticiário. A maneira como são tratados refletem os valores

implícitos, seja visando o receptor ou do próprio produtor.

Pierre Bourdieu (1997 apud CZIZEWSK, 2012) “acredita que essa mídia [televisiva] é capaz de exercer fins sociais de mobilização ou de desmobilização”, atuando como um juiz do que pode ou não em termos de comportamento social ao selecionar os conteúdos e do tratamento destinado a eles. Maria Rita Kehl (2004, apud CZIZEWSK, 2012) enxerga um pouco mais de agência no telespectador e acredita que o conteúdo do que é produzido e veiculado é reflexo de “demandas inconscientes, porém reais, dos telespectadores”. O mundo fictício seria uma construção das subjetividades desejadas e pensadas pelo público, que se tornam realizáveis nas produções fictícias; seria a televisão uma expansão e projeção da esfera pública.

Em outra corrente, menos pessimista quanto à função dos meios de comunicação de massa, Lopes (2009 apud CZIZEWSK, 2012) acredita que, exatamente pela capacidade de atingir públicos distantes e distintos entre si, a televisão consegue abrir expandir repertórios e apresentar conteúdos, práticas e costumes inimaginados em contextos mais remotos. Por fim, Eco (1984 apud CZIZEWSK, 2012) alerta para os perigos de disseminar posturas políticas e morais por meio da mídia. As narrativas jornalísticas têm o caráter de verdade e assim são cobradas, portanto, ao faltarem com a verdade ou cometerem crimes de opinião, esta falta receberá bastante destaque e deverá ser retratada. Por essa diferença, jornais e revistas tendem a ser menos valorativos e opinativos em seus textos, porém, é possível perceber suas posições políticas e quais valores pretendem defender ou instaurar observando a seleção dos conteúdos, a escolha pelo vocabulário e o destaque e reincidência de determinado assunto em suas pautas.

Esta parte final do capítulo vai apresentar algumas reportagens que se destacaram com a temática dos interditos sexuais nos recasamentos. Primeiramente, o famoso caso de Woody Allen, que casou com a filha adotiva de sua ex-esposa é abordado aqui por seis reportagens em sites na internet e um vídeo de um programa de TV. O segundo e o terceiro são bastante parecidos. O segundo é a história do casal que descobriu serem meios-irmãos após anos de casamento; são 5 notícias online e um programa de TV. E o terceiro, com poucas informações disponíveis, é o casal Michele e Alexander, que tiveram sua filiação de mesmo pai confirmada em um programa de TV famoso por revelar exames de paternidade ao vivo. O quarto ponto é o caso alemão que voltou a ser noticiado em 2014 e discute a criminalização do incesto em seis sites. Por último, casos diversos e a maneira diferenciada de tratamento dos recasamentos pela

revista especializada em direito.

Foi feita uma descrição dos conteúdos e uma breve análise de quais valores puderam ser percebidos como relevantes em cada caso.

4.3.1 "O coração quer o que o coração quer[67]" - caso Woody Allen

O famoso diretor de cinema americano é figura recorrente quando o tema é incesto no recasamento. Apesar de não ser de meu conhecimento anterior, diversas pessoas com quem conversei sobre os interditos sexuais e recasamentos comentaram ou me indicaram a história do cineasta. Pesquisando sobre o assunto, encontrei diversos episódios em que ele era acusado de abuso sexual dentro de sua própria família. Ele nunca foi formalmente acusado, nem enfrentou julgamento, mas se declara inocente. A partir das diversas leituras, resumo o caso.

Woody Allen se relacionou com a atriz Mia Farrow por 12 anos (entre 1980 e 1992), tiveram filhos biológicos, adotaram alguns juntos e Mia adotou outros (sozinha e com outro companheiro). O relacionamento terminou quando Mia descobriu que Woody e Soon-Yi (a filha adotiva mais velha de Mia), na época com 17 anos, estavam tendo um caso após encontrar fotos da filha nua no apartamento dele. No ano seguinte, durante disputas legais, Mia declara que o ex abusara de Dylan Farrow, uma filha sua de 7 anos, enquanto ainda estavam casados. Em 1997, Woody se casa com Soon-Yi: ela com 22 e ele 62 (as idades variam um pouco em cada fonte).

21 anos mais tarde, Dylan, agora com 28, publica uma carta aberta confirmando as alegações que a mãe fizera na época.

8 fev 2014 - The Jimmy Dore Show - Youtube[68]

Os apresentadores Jimmy Dore e Ben Mankiewicz discutem neste vídeo o tema que voltava a surgir das acusações de abuso sexual de Dylan por Allen. Utilizando as diversas informações disponíveis na mídia, todas sem fontes e sem comprovações, os apresentadores discutem as acusações e se baseiam em diversos outros aspectos da

---

[67] Frase atribuída a autoria de Emily Dickinson, mas que ficou famosa quando Woody Allen a usou para justificar seu romance com Soon-Yi (STRECKER, 2014).

[68] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VhABJ910g8k>

vida do diretor para credibilizar as alegações de Dylan.

Muitas vezes alterna propositalmente entre termos do parentesco, a fim de evidenciar que os interditos deviam ter sido estabelecidos, mas foram ignorados por Woody Allen. "Não é filha dele, mas era irmã de seus filhos biológicos", " todas as relações estão bagunçadas/estragadas pelo o que ele fez" e "O coração quer o que o coração quer" são algumas falam que se destacam durante as acusações. O apresentador insiste que o estranho é que ele esteja se relacionando com a irmã de sua filha, filha de sua ex-mulher, que ele conhece desde a infância. São 3 critérios de interdito.

Fev 2014 - Entenda as polêmicas envolvendo Woody Allen – Guia da semana, Cinema[69].

Em uma coluna de cinema e entretenimento, o caso é contado muito pontualmente, recordando as polêmicas que envolvem o diretor, com a carta de Dylan. Além do casamento com Soon-Yi, filha adotiva de Mia e do antigo companheiro, do abuso da filha mais nova, este site comenta também uma declaração de Mia em que dizia não ter certeza sobre a paternidade de Ronan, filho biológico com Woody.

Jul 2014 – Apesar do retorno da polêmica sexual, novo Woody Allen conquista NY – Folha, Ilustríssima[70].

Esta publicação se concentra no sucesso que o cineasta tem vivido na carreira e na boa recepção da sociedade ao lançamento de seu novo filme, mas compara a carreira com a vida pessoal e a volta do tema do abuso. Desta vez, a coluna comenta sobre a investigação policial feita na época (década de 90) que o inocentou; e que Mia estava sendo vista como a ex-esposa vingativa.

Fev 2014 - Filha de Woody Allen avisa que não se calará sobre suposto abuso – G1, Cinema[71].

---

69 Disponível em: http://www.guiadasemana.com.br/cinema/noticia/entenda-as-polemicas-envolvendo-woody-allen

70 Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/07/1491107-apesar-do-retorno-da-polemica-sexual-novo-woody-allen-conquista-ny.shtml

71 Disponível em: http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2014/02/filha-de-woody-allen-avisa-que-nao-se-calara-sobre-suposto-abuso.html

Também dentro da sessão cinema, este artigo foi escrito logo depois que Dylan responde a carta de Allen, publicada no final da semana. Quando Dylan relatou e trouxe de volta a alegação dos abusos na infância pela Revista Vanity Fair, Woody se manifestou em um artigo no The New York times, se defendendo e afirmando que aquela seria a última vez que se pronunciaria sobre o caso. Ele ainda afirma que Dylan é vítima das manipulações feitas por Mia.

Out 2013 - Woody Allen abusou de outra filha de Mia Farrow além de Soon, diz revista [72]

Na coluna sobre famosos, é interessante notar a construção da manchete, que quase não é reproduzida nas demais publicações sobre o assunto. O termo "outra" é usado para colocar Soon-Yi e Dylan como filhas de Woody Allen, ainda que nenhuma das duas tenham sido por ele adotadas. Além disso, iguala a situação das duas enquanto abusadas sexualmente, uma vez que a mais velha era menor de idade quando do início do relacionamento.

Fev 2014 - Filho adotivo de Woody Allen apoia o cineasta em polêmica envolvendo Dylan Farrow – Rolling Stone, Notícia[73]

Nesta, entra em cena Moses, um dos filhos adotivos do casal Farrow-Allen. Em defesa do pai, ele conta que a mãe influenciou os filhos para que odiassem o pai e culpava-o por separar a família; e que não sabia se sua irmã, Dylan, realmente acreditava que fora abusada ou que apenas tentava agradar a mãe. Ao final, ainda uma nota de Dylan dizendo ter se sentido traída pelas declarações de Moses. Aparece a acusação de pedofilia, relacionada às tentativas de vingança de Mia.

Fev 2014 – Woody Allen se manifesta sobre polêmica – Correio Brasiliense, Notícia-Mundo[74]

Este fala em pedofilia e se dedica a comentar o caso através do longo artigo

---

72 Disponível em: http://ego.globo.com/famosos/noticia/2013/10/woody-allen-abusou-de-outra-filha-de-mia-farrow-alem-de-soon-diz-revista.html

73 Disponível em: http://rollingstone.uol.com.br/noticia/filho-adotivo-de-woody-allen-apoia-o-cineasta-em-polemica-envolvendo-irma/

74 Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2014/02/08/interna_mundo,411801/woody-allen-se-manifesta-sobre-polemica-claro-que-eu-nao-molestei-dylan.shtml

publicado por Woody Allen logo após a volta do tema à mídia.

Muitas informações desencontradas nestas publicações online, desde as idades de cada um dos envolvidos, até aos registros de paternidade dos tantos filhos adotivos (uma das fontes citam 15). Dos artigos selecionados para ilustrar o assunto, dentre as acusações de abusos e pedofilia e as muitas conquistas da carreira de diretor, nos interessa dois em especial: o vídeo do programa de TV e a publicação mais antiga da coluna Ego. Nestes dois, o caso é retratado pelas relações de parentesco (social, adotivo, afetivo) entre os personagens de Woody Allen, o pai; Mia, a mãe; Dylan e Soon-Yi as irmãs e filhas. Apesar das meninas serem filhas adotivas apenas de Mia, a argumentação de que os interditos foram quebrados se concentram nos laços de aliança entre Farrow e Allen, que nunca se casaram, mas que eram reconhecidos enquanto casal, inclusive tendo adotado alguns filhos juntos. E esta afinidade imporia o interdito às filhas de sua companheira. E a convivência e o exercício da paternidade durante a infância de Soon-Yi deveriam ser suficientes para impedir o relacionamento da moça com o “pai social”.

As discussões aqui podem ser muitas. Quem é o pai social de Soon-Yi: o músico que a adotou e deu o nome, garantindo direitos e descendência ou Woody Allen, que participou de sua criação enquanto marido de sua mãe? O apresentador Dore tem razão em ressaltar os diversos laços que amarram esta família, e que se complexaram ainda mais quando Soon-Yi passou a ser irmã e madrasta dos filhos de Allen.

Outro ponto relevante é a forma como a moral de Woody Allen é questionada, especialmente no vídeo. As alegações de abuso sexual da menina de 7 anos ganham credibilidade porque o diretor se envolveu e casou com uma adolescente de 17. O homem que deseja uma de 17, ainda mais sendo filha/enteada/filha adotiva/enteada adotiva/irmã da filha, é, portanto, um homem capaz de “desejar” uma criança de 7 anos. É um monstro social. Mia nunca questionou o relacionamento com Soon-Yi como um abuso, e as publicações sugerem isso ao fato de ela mesmo ter se relacionado com Frank Sinatra, quase 40 anos mais velho que ela.

4.3.2 Minha esposa, minha irmã

Este caso em agosto de 2014 e circulou pelos jornais e rádios do país. O caso se

refere a um casal que vivia há 7 anos em união estável e tinham uma filha de 6 anos que decidiu oficializar a união. Neste processo, o cartório desconfiou da semelhança dos nomes de filiação do casal e não o casamento.

A mulher foi abandonada pela mãe quando tinha 1 ano, porque o pai era muito violento. O marido, coadjuvante nas reportagens, também não lembrava da mãe e tinha duas certidões de nascimento, uma com filiação de pai e mãe e outra apenas a paterna.

A mulher, que já procurava pela mãe, investiu na busca e, por meio de um programa de rádio que realiza reencontros, encontrou a mãe. Durante conversa telefônica com a mãe por meio da rádio, a mulher aproveitou para tirar a dúvida: ela e o marido são irmãos por parte de mãe.

Após o choque, eles contam que reuniram a família e decidiram se manter juntos.

Marido e mulher descobrem que são irmãos e decidem continuar casamento – O Povo online[75]

Esta é a reportagem mais completa sobre o caso. Conta a vida individual do casal antes de se conhecerem, os filhos que a mulher já tinha; a união dos dois, a filha e a tentativa de casamento e desconfiança no cartório; a busca pela mãe através da rádio; e entrevista com o casal após a descoberta.

Nas entrevistas, a mulher afirma que ficarão juntos pois "tudo isso aconteceu porque Deus quis" e o desejo de se casar, e o marido afirma ser apaixonado e ter medo de que isto um dia pese para sua esposa e que ela o deixe.

Mulher reencontra mãe após 40 anos e descobre que está casada com o irmão – Rádio Globo, A hora é agora[76]

Conta a história recente do casal, revela seus nomes com descrição mais detalhada do programa de rádio (disponibiliza o áudio da gravação do progema) e sua atuação na busca pela mãe. Aponta a desconfiança do parentesco pela mulher, sem mencionar a tentativa de casamento. O mais interessante se dá ao falar da filha do casal "com ele tivera uma filha, hoje com seis anos e saudável", transparecendo a ideia e o

---

[75] Disponível em: http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/brasil/2014/08/05/noticiasbrasil,3293251/marido-e-mulher-descobrem-que-sao-irmaos-e-decidem-continuar-relaciona.shtml

[76] Disponível em: http://radioglobo.globoradio.globo.com/a-hora-e-agora/2014/08/05/MULHER-REENCONTRA-MAE-APOS-40-ANOS-E-DESCOBRE-QUE-ESTA-CASADA-COM-O-IRMAO.htm

medo das relações incestuosas serem propensas a gerar filhos com doenças congênitas.

Após sete anos juntos, marido e mulher descobrem que são irmãos – O Globo[77]

Conta a história recente do casal e o programa de rádio e o motivo do desaparecimento da mãe, mencionando o impedimento no código civil para com o casamento entre irmãos. Diz que os nomes dos envolvidos e o local do acontecimento não foram revelados pela segurança e privacidade da família, em especial da criança filha do casal.

Casal descobre que são irmãos de mesma mãe – Rondônia 360[78]

Neste, apesar da ausência dos nomes, aponta que o caso aconteceu em São Paulo e compara a história de casal como os enredos das novelas de Manoel Carlos – autor de Laços de Família. Também comenta que o casal nunca oficializou a relação na igreja e cartório, e que pretender manter assim. Disponibiliza o áudio da gravação.

Depois de sete anos juntos, casal descobre que são filhos da mesma mãe – Mais Goiás[79]

Apresenta sinteticamente, e em sigilo de nomes e localidades, quase todos os dados, deixando de lado a trajetória individual do casal antes da união. Fala do impedimento do casamento, da decisão de permanecerem juntos e de terem uma filha saudável.

Irmãos casados reencontram a mãe após 40 anos - Domingo Legal – 10 de agosto

Neste vídeo, onde se pretende contar o caso, conversar com os personagens e realizar o encontro físico com a mãe, cerca de 5 dias depois do caso ser revelado. O sigilo é abandonado, os nomes são revelados na transcrição do da conversa da gravação, mas omitidos no áudio; e revelam ser uma cidade no interior do estado de São Paulo; e a mulher e a mãe aparecem no vídeo.

---

[77] Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/apos-sete-anos-juntos-marido-mulher-descobrem-que-sao-irmaos-13497117

[78] Disponível em: http://rondonia360.com.br/casal-irmaos-de-mesma-mae/

[79] Disponível em: http://www.emaisgoias.com.br/2014-08-06/brasil/noticias/brasil/depois-de-sete-anos-juntos-casal-descobre-que-sao-filhos-da-mesma-mae

O programa, com todo o apelo e dramatização, alterna o apresentador do programa de TV e do programa de rádio, com imagens da família, de manchetes de jornais nacionais e internacionais. Conta ainda com especialistas dando depoimentos. Um membro da igreja presbiteriana afirmando que a igreja não afirma o matrimônio entre o casal, e que se tornou pecado a partir do momento em que tomaram conhecimento do parentesco; um psicólogo ressaltando a ausência do sentimento de culpa perante a união entre parentes, explicando porque decidiram manterem-se juntos; uma professora universitária do Instituto de Genética e Biologia explicando o aumento da probabilidade de nascerem filhos com problemas genéticos quando gerados entre parentes, e o alerta de que os pais devem ficar atentos durante o desenvolvimento pois podem surgir problemas futuros.

Todas as mídias tratam o casal como casados, e marido e mulher como irmãos. Pode-se perceber algumas das noções de família, novos e tradicionais, compartilhados socialmente e discutidos nesta dissertação: a mãe que abandona os filhos fugindo de violência doméstica e não pode visita-los, o desejo de oficializar uniões já de longa duração e filhos, a busca e esperança de ter a mãe biológica pelo lado da mulher, a irrelevância da consanguinidade pela substituição da madrasta por parte do homem, os questionamentos do futuro do casal depois de saberem do parentesco, a manutenção da união justificada pelo sentimento existente entre eles e pela ignorância prévia dos laços biológicos que compartilhavam.

4.3.3 O casal Michele e Alexander – Programa do Ratinho[80]

Este caso teve muito menos notoriedade e destaque na mídia, e apenas dois textos com versões diferentes circulam entre os sites que o noticiaram. Em janeiro de 2011, o casal da Bahia procura o programa, famoso por realizar testes de DNA para comprovar paternidades, a fim de acabar com a dúvida que os acompanha desde o início da relação.

Hoje casados e com três filhos, o casal se conheceu na década de 90. Uma das

---

[80] Disponível em: http://www.centraldascidades.com/2011/01/casal-michele-e-alexander-sabera-se-sao.html e https://noticiasdatvbrasil.wordpress.com/2011/01/19/programa-do-ratinho-casal-sao-irmaos-em-resultado-de-dna-polemico-da-redacao/.

versões conta que a mãe de Alex foi quem os apresentou, como irmãos filhos do mesmo pai, durante uma visita quando Alexander estava preso. Cientes disso, começaram a se relacionar quando ele foi libertado. A outra versão é de que primeiro se conheceram e namoraram escondidos por ele ser 10 anos mais velho que ela, e apenas um ano depois, um amigo de Alexander comentou que ele teria uma irmã por parte de pai – um radialista conhecido. Ao comentar com Michele, ela suspeitou que fossem irmãos, pois sempre ouvira de sua família que ela era filha do tal radialista. O pai de Alexander morreu durante sua infância, e a mãe de Michele, um ano depois.

Além de quase não se encontrarem reportagens sobre o assunto, os dois textos que circulam abordam o tema de forma muito diferente, e apenas destacam a revelação e comprovação através do teste de DNA. Nenhum questionamento, nenhum comentário, nenhuma acusação e nenhuma lamentação. Nada. O fato parece isolado e desprovido de valores sociais.

4.3.4 Um caso de incesto na Alemanha

Em 2014, chegou à mídia brasileira um caso alemão que estava sendo rediscutido na justiça. Dois irmãos viviam como marido e mulher e tinham filhos em comum. Como na Alemanha o incesto é crime, as notícias sobre o caso sempre vinham acompanhadas pela palavra “incesto”, o que não aconteceu nas reportagens dos casos nacionais citados. O pai, fora condenado em 2011 a 3 anos de prisão; a família foi separada; e a mãe só manteve a guarda de uma criança. Até hoje eles buscam a anulação da pena, e o caso causou comoção nacional e provocou a discussão em torno da legislação sobre o incesto e propostas de grupos que defendem a descriminalização do incesto.

O casal foi criado separadamente, pois Patrick fora adotado e viveu em outra família na infância, e só se conheceram quando ele, já adulto, buscou sua família de origem. Susan era uma adolescente de 16 anos. Tiveram 4 filhos juntos, dos quais 2 são deficientes.

Ao invés de comentar cada site, preferi fazer uma categorização simplificada das ênfases apresentadas, pois há muita informação publicada sobre o caso.

O incesto. Todos os sites coletados utilizam esta terminologia. Aparece relacionado aos problemas genéticos, ao fato de não se conhecerem na infância.

A legislação. Aparece de três formas, (1) reportando o julgamento e as condenações e/ou (2) apresentando as discussões suscitadas pelo caso, e ainda (3) o direito e proteção das crianças. O caso foi julgado pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos, e vem sendo questionado pelo Comitê de Ética alemão, que entende este tipo de proibição como um desrespeito à autodeterminação sexual

A família. A família foi retratada como vítima da condenação, pois todos foram separados: o casal não pode ficar junto e as crianças ficaram sem o pai e a mãe. A família, enquanto instituição é retratada como o alvo de proteção da legislação que tipifica o incesto.

Deficiência. O fato de 2 filhos do casal serem portadores de alguma deficiência foi bastante comentado, ora apenas como um fato a mais, ora explicitando a relação que se faz com as relações entre consanguíneos.

Alguns trechos que merecem destaque, por site.

Corte europeia confirma crime de incesto entre irmãos na Alemanha[81], abril: “O caso era inusitado porque o irmão foi adotado e não conheceu sua irmã biológica até buscar sua família quando adulto.”; “classificar o incesto como crime não viola o direito fundamental ao "respeito à vida privada e familiar"”; “Depois da morte da mãe, os dois afirmaram ter se apaixonado.” e “Patrick afirmou que a Justiça destruiu sua família.”.

Comitê de Ética da Alemanha pede a descriminalização do incesto entre irmãos[82], setembro: “acredita-se que o incesto acarreta um risco maior de resultar em crianças com anomalias genéticas”; “Cerca de 2 a 4% dos alemães tiveram "experiências incestuosas"”; "Eliminar a ameaça de punição contra atos incestuosos contraria a proteção das crianças no seio familiar.”; “Segundo o Conselho, sua decisão foi baseada em uma extensa pesquisa na qual encontraram muitos casais incestuosos forçados a viver em segredo”; "A lei penal não é o meio adequado para manter tabu social"; “dever proteger as crianças das consequências do relacionamento”; “A família foi forçada a se separar após Justiça definir que era seu dever proteger as crianças das consequências do relacionamento”.

---

81 Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2014-09-30/comite-de-etica-da-alemanha-pede-a-descriminalizacao-do-incesto-entre-irmaos.html

82 Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2014-09-30/comite-de-etica-da-alemanha-pede-a-descriminalizacao-do-incesto-entre-irmaos.html

Conselho de Ética alemão quer legalizar incesto entre irmãos, setembro[83]: "O incesto entre irmãos parece ser muito raro nas sociedades ocidentais de acordo com os dados disponíveis, mas os afetados descrevem o quão difícil é a sua situação, à luz da ameaça de punição";

Conselho recomenda fim da criminalização de incesto na Alemanha, outubro[84]: "Mas o conselho não recomenda a descriminalização do sexo entre pais e filhos" e "as consequências para a família e a possibilidade de descendentes de relações incestuosas não podem justificar uma proibição".

IPCO[85], janeiro 2015: “O Conselho se pronunciou após a ocorrência de um caso de incesto muito explorado pela mídia, como é *o método para se introduzir uma perversão* moral nas leis dos países.”, “tiveram duas crianças deficientes mentais, reforçando a experiência, reconhecida por todos, da alta probabilidade de nascerem crianças com anormalidades genéticas de casal incestuoso”; ““Um abismo atrai outro abismo” diz o velho adágio latino. A aprovação do “casamento” homossexual abriu o caminho para a aprovação do “casamento” incestuoso”.

4.3.5 Mãe é mãe? – Parentalidade socioafetiva em revistas especializadas em direito

Temos muitas expressões sobre o que é ser família, enquanto umas reforçam a tradição, outras relativizam a legitimidade da maternidade e da paternidade. “Mãe é mãe”, “pai é quem cria”, “não basta ser pai, tem que participar”. As últimas questionam a paternidade legítima e são mais comuns do que relativizações da maternidade, mantendo intactos os parâmetros que orientam os papeis de gênero.

---

83 Disponível em: http://www.cmjornal.xl.pt/mundo/detalhe/conselho_de_etica_alemao_quer_legalizar_incesto_entre_irmaos.html

84 Disponível em: http://oglobo.globo.com/blogs/pagenotfound/posts/2014/10/01/conselho-recomenda-fim-da-criminalizacao-de-incesto-na-alemanha-551234.asp

85 Disponível em: http://ipco.org.br/ipco/noticias/conselho-de-etica-alemao-incesto-e-direito-humano-fundamental#.VNZkKWjF-AU

Entretanto, a justiça vem apontando importantes contribuições aos papeis relativizados, lhes conferindo oficialidade e notoriedade. É possível encontrar na mídia de assuntos variados e ampla circulação, assim como em revistas e sites especializados, famílias que ganharam na justiça o direito de modificar ou incluir os nomes de padrastos e madrastas nas certidões de nascimentos de seus filhos.

Revista Consultor Jurídico

Nesta revista pode-se encontrar as mais variadas notícias relacionadas à Justiça: novas leis e trabalhos interpretando-as, novas jurisprudências, e decisões judiciais diversas. Por ser especializada no âmbito do direito e voltada ao público que trabalha com a justiça, sua redação concentra-se em analisar apenas os aspectos legais de cada decisão, contando um pouco do contexto. Portanto, irei apenas citar alguns casos que ilustram a dissertação.

Padrão de Vida: juíza determina que homem pague pensão a ex-enteada – Santa Catarina

Homem viveu com mulher e a filha dela por 10 anos, desde que a menina tinha 6. A justiça entendeu que a paternidade socioafetiva foi estabelecida e que, portanto, ele deveria pagar pensão por ela (CONJUR, 2012).

Decisão Histórica: certidão de nascimento pode ter nome de duas mães – São Paulo

A mãe biológica faleceu três dias após o parto e o rapaz foi criado pela madrasta. Foi a primeira vez que tal decisão foi tomada, mantendo o nome da mãe biológica, apenas acrescentando o da madrasta (CONJUR, 2012).

Grande Família: laços afetivos permitem registro de trio em certidão - Pernambuco

Além do pai e da mãe biológicos, a criança terá o nome da madrasta em sua certidão de nascimento. A criança é criada pelo pai e madrasta desde seu nascimento, pois, na época, a mãe abriu mão da criação por não ter condições financeiras para suportá-la (CONJUR, 2013). Este caso foi consequência do anterior.

Esses e outros casos também foram noticiados na mídia convencional, trazendo as novas causas jurídicas para o conhecimento do público.

2013 – Maranhão – Jovem é reconhecida como filha legítima de tia, morta em

2009

Jovem é reconhecida como filha legítima de tia, morta em 2009

A menina foi criada pela tia desde os 8 meses, e nos 20 anos seguintes, se tornou sua filha. No texto, se destaca a expressão “mãe de criação”, termo recorrente antes do advento da socioafetividade. Foi a segunda vez que um tribunal reconhece a sociafetividade após a morte. O caso da maternidade levou 4 anos para ser concluído, porém, em um ano, ela já conseguira o direito a receber a pensão da tia, por ser sua dependente.

Certidão de adolescente terá nomes de duas mães e um pai

Esta reportagem fornece diversos dados das etapas do processo, explicando as leis e decisões, além de contar a história da família. O menino, na época com 13 anos, convive com os pais biológicos e a mãe socioafetiva (patroa da mãe), e os três compartilham de sua educação e cuidado.

Após mudança de certidão, família tem dificuldade em fazer RG de garoto

O caso deste menino foi bastante noticiado em 2013, quando ele incluiu a madrasta e os pais dela em sua certidão de nascimento. Quando sua mãe morreu, ele foi viver com o pai e a madrasta, que já tinham outros filhos e se adaptou bem à nova família. Porém, agora, estão enfrentando dificuldades de cunho tecnológico, pois os sistemas informacionais ainda não estão adaptados para as poliparentalidades.

Justiça manda padrasto pagar pensão a enteada

Este é o caso citado anteriormente, dentre as decisões jurídicas. Esta reportagem reconta a vida em comum da família e as obrigações, principalmente financeiras, que o padrasto assumia na criação e educação da enteada. Ao falar da decisão, explica a visão cada vez mais adotada pelos juristas, em priorizar a socioafetividade, independente do que está em documentos. O artigo procura apresentar argumentos contra e a favor da decisão.

São todos casos de afetividade desenvolvida pela convivência, desde a infância. A justiça, e, aparentemente, a mídia reconhecem e legitimam os laços criados pelo compartilhamento cotidiano. Ao menos nos casos encontrados, não há questionamentos morais. Apenas no caso mais controverso, de que o ex-padrasto foi obrigado a pagar

pensão à ex-enteada, algumas perguntas são sugeridas, inclusive a enquete visando participação do público leitor: pai é quem cria?

4.4 **Comercias de TV**

As propagandas e comerciais seguem a mesma lógica de relacionamento mídia/audiência. A fim de alcançarem um público mais específico, a exibição de comerciais leva em conta o intervalo de qual programa estará sendo transmitido, o horário da programação, a receptividade e simpatia ou antipatia a determinados conteúdos ou personagens.

Uma diferença importante é que os comercias precisam ser mais diretos em suas mensagens. Eles não disponibilizam de meses em contato com o telespectador para atrair sua atenção e depois moldar-lhe as ideias. Os comerciais são mais direcionados a grupos menores e específicos. O mais comum é que se baseiem em modelos de comportamento já estabilizados e de ampla aceitação e conhecimento (SIQUEIRA, 1995; GALVÃO, 1997), como as propagandas de margarina com a família feliz reunida à mesa, os produtos de beleza e estética valorizando a feminilidade e delicadeza das mulheres, os desodorantes que auxiliam os homens em sua função de conquistar muitas mulheres etc. Porém, algumas vezes, uma marca se destaca por inovar no conteúdo apresentado, geralmente abordando as diferenças em tom de diversidade e não de desigualdade. Algumas propagandas chegam a ser quase didáticas em disseminar o “politicamente correto” pelo fim do racismo, por exemplo.

Na época do natal, no dia das mães, e outras datas, muitas propagandas sobre modelos variados de família e sobre se relacionar no mundo sem preconceitos. Alguns exemplos recentes são:

- Nebacetim[86]: As famílias mudam.

Há registros do comercial em anos diferentes: 2008, 2011 e 2014. A pomada cicatrizante Nebacetin (fabricante Nycomed) costuma vincular seu uso para os cortes das brincadeiras de criança. Neste comercial, criado pela agência Santa Clara, a ideia

86 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5anyL_SdFic>

foi mostrar que as crianças e suas famílias podem ser variadas.

A propaganda começa com a seguinte narração: “As famílias mudam, jeito de cuidar não”. As cenas se passam numa área verde, como um parque, e vai mostrando diversos núcleos familiares e cada um conta seu jeito de usar a pomada. Além disso, ao passar pela família, aparecem legendas nos adultos. A família de aparência tradicional é composta de um casal hétero, um filho e uma filha, todos brancos; nas legendas, a mulher é mãe e o homem é pai. A segunda família é um casal branco também com as legendas 'pai' e 'mão' e um casal de filhos: um menino negro e uma menina oriental. A terceira representa o modelo monoparental, onde a mulher mais velha, com duas filhas, recebe as etiquetas de 'pai' e de 'mãe'. Em seguida é a vez do casal homoafetivo com seu bebê, e os dois homens são etiquetados de 'pai'.

- Natura[87]: Primeiro natal juntas.

Da agência Peralta, o comercial dá voz aos filhos de recasamento. Uma menina branca de cerca de 5 anos conversa com sua meia-irmã, um bebê branco recém-nascida tentando explicar a família que vivem. Contando os graus que as unem, ela termina simplificando a relação, sinalizando que o que importa é o afeto e o laços que vão estabelecer.

As falas da menina são as seguintes: “Esse é o nosso primeiro natal juntas, né? e tem um monte de coisas que eu preciso te contar. A gente é filha da mesma mãe e de pai diferente. E isso se chama meia-irmã. Engraçado...meia-irmã. Será que existe meia-tia, meio-primo? Ah...meio complicado. É irmã e pronto!”. Ao que complementa um narrador com o mote das últimas campanhas da marca: “Toda relação é um presente.”

O primeiro comercial não abrange o tema desta dissertação, porém, é significativo a existência de uma propaganda com diversas configurações familiares distintas. O segundo é muito mais aproximado e já retrata o recasamento e as formas diversificas de parentesco.

O que os dois têm em comum é a o fato de evidenciarem que os "novos" modelos de família são possíveis e se legitimam através do afeto e do cuidado. No da pomada Nebacetim, é a forma de cuidar das crianças e de seus ferimentos que torna famílias tão diferentes em iguais; baseiam-se na sua função acolhedora e de cuidado. Na propaganda da Natura, os questionamentos e a complexidade das relações de

87 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u7sDSiXjVe4>

parentesco contadas em graus se resolvem quando os laços de afetos (eletivos) substituem os genealógicos.

Os comerciais reforçam os valores modernos de família, baseados na escolha individual (a menina que deixa de ser meia-irmã e passa a ser irmã), nos sentimentos e afetos envolvidos em cada relação. é a partir deles que as famílias se formam e é neles que se sustentam. Quando o sentimento muda entre os companheiros ou entre as irmãs também mudam os status e a relevância destes.

Neste capítulo dedicado ao tratamento da mídia para com os recasamentos, foi possível perceber a diferença existente entre as revistas especializadas em direito de um lado e as novelas, sites e jornais de notícias variadas de outro. Enquanto o mundo jurídico já reconhece e prioriza as mudanças de valores sociais nos quais as famílias estão se fundando ao protegerem os laços estabelecidos socioafetivamente, as mídias voltadas para a populaçao em geral se mostram muito mais conservadoras.

As novelas se utilizam de descasamentos e recasamentos durante toda desenrolar da trama, mostrando os ônus de se ter relacionamentos ancorados nos afetos e nas paixões, muito mais voláteis, para que ao final, reforcem a tradição dos casamentos abençoados com filhos legítimos. E as reportagens e artigos em sites e jornais atuam com o sensacionalismo, jogando com os valores tradicionais/senso comum e os valores modernos, colocando-os em disputa para saber qual deles deve ditar as regras de comportamento social. O tema das famílias de recasamento é bastante frutífero e, com certeza, ainda merecerá grande destaque na mídia, e muito será discutido nas redes sociais, revistas e programas para o grande público. Nos próximos meses assistiremos a versão da nova novela sobre o que é ser família e suas fronteiras. E, com todo o poder de mobilização que os folhetins provocam em nossa população, ouviremos os argumentos mais variados para responder a essas questões.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho era conhecer melhor como se estabelecem e se criam os laços da família recasada a partir da experiência dos filhos a fim de compreender que tipos de interditos aparecem neste contexto e no que se baseiam. Investigar qual a concepção de família entendida por eles, quais paradigmas, quais membros pertencem, quem está fora ou quem está dentro era um processo para alcançar tal resposta. Pode-se concluir que as famílias de recasamento pesquisadas vivenciam algumas inconsistências sociais ao reunirem sob um mesmo teto valores ambíguos. O individualismo e o poder da escolha são mais possíveis para os adultos e há uma valorização do casal conjugal, que deve ser preservado. Após a separação conjugal, no período de monoparentalidade é comum mães e filhos experimentarem uma relação mais próxima e horizontal, que tornará à verticalização quando do recasamento, momento em que os filhos voltam a não serem consultados nas tomadas de decisões e construções dos projetos da família.

Outra questão cara a esta investigação é o uso dos termos utilizados para nomear os parentescos inaugurados com o recasamento. Nota-se uma carência de nomes mais específicos na língua portuguesa para os “step-brothers”. Estes irmãos sociais e/ou afetivos não contam com uma palavra que os localize de imediato no sistema de parentesco. Para contornar esta situação, ou chamam-se de irmãos, quando desenvolvem laços fraternos ou pelo nome próprio, significando (e aumentando) um distanciamento entre eles. Mantém-se a questão de se a ausência deste termo contribui para o encobrimento destas relações, ainda bastante veladas socialmente.

Por outro lado, a pesquisa mostrou que termos cunhados e reconhecidos já há bastante tempo estão sendo resignificados nas vivências dos recasamentos. As madrastas não são mais as “má-drastas”. O termo ora é substituído por neologismos criativos e afetivos, ora destinados às esposas dos pais que “realmente” exercem o lado bom da parentelidade: dar cuidado, atenção e carinho aos enteados. As mulheres dos pais com quem enteados não se dão bem, não são chamadas de madrastas e sim, pelo nome próprio. Mais do que um símbolo de horizontalidade, o chamar pelo nome parece ser um sinal de distanciamento.

Os papeis sociais desempenhados por padrastos e madrastas não foi alvo de questionamento em nenhuma das entrevistas. A análise apresentada mostra que não se

coloca em cheque as expectativas, direitos ou obrigações destes para os enteados entrevistados. Acredito que isso aconteça porque os divórcios, assim como os recasamentos, apesar de serem aceitos, em absoluto fazem parte do imaginário e da fantasia social. Portanto, se esta é uma situação que as pessoas não querem viver, então, não serão criados roteiros e expectativas. Acontecendo, cabe a cada um definir e desenhar sua história.

O interdito sexual entre a fratria de recasamento parece existir, implicitamente, na sociedade atual. A pesquisa empreendida, aponta neste sentido. O que é visto como "novidade" no ocidente, já foi experimentado de maneira diferente em épocas passadas e sociedades remotas. A questão que se coloca para estas famílias hoje, é que tipo de laços e alianças estabelecem entre si. Este sim é um questionamento recente, que faz sentido numa sociedade que se encontra revendo seus valores.

Portanto, menos do que as famílias, o que mais está em transição são os valores e, consequentemente, os modelos por eles gerados. Os modelos e as formas de se constituir família estão se pluralizando. A família nuclear não é mais a única orientadora. As grandes transformações dos papeis de gênero e de geração vêm permitindo formas flexibilizadas de ser homem/pai/marido e mulher/mãe/esposa.

O recasamento, a monoparentalidade, a homoparentalidade, o casal sem filhos são modelos possíveis, cada vez mais legitimados. Não se pretende reduzir a hegemonia do modelo da família restrita, ainda presente no imaginário social e almejado enquanto ideal, mas sim, reconhecer o espaço ocupado por formas outras, igualmente legítimas.

A multiplicidade de modelos coroa a multiplicidade de trajetórias e projetos individuas ou coletivos. Há espaço para criatividade e inovação ao lado da tradição. As dicotomias certo/errado, verdadeiro/falso, santa/puta, casa/rua estão cedendo lugar para que se tornem pólos de um espectro de valores; há uma tendência a gradação entre o vanguardismo e o conservadorismo, que não é linear nem mesmo no indivíduo. Os diversos papeis desempenhados podem ser orientados por valores até contraditórios nos diferentes contextos. A casa se subdividiu no casal conjugal, no casal parental, na relação pais/filhos, e há momentos de convivência com uma terceira geração, ora tornando as relações mais horizontais e democráticas, ora voltando à verticalização.

Portanto, a partir dos estudos apresentados e da variabilidade de experiências de recasamento coletadas nas entrevistas, responde-se que há sim o interdito sexual nas famílias de recasamento com filhos adolescentes. Quer dizer, há também. Pois não é uma estrutura determinista e o surgimento dos interditos depende da combinação de

múltiplos e variados fatores, sendo o projeto de família pensado e praticado pelo casal um dos mais relevantes. Quando a conjugalidade do casal é combinada com a parentalidade enquanto casal e agirem no sentido de igualar os filhos de ambos os lados, a família é um projeto coletivo em busca de unidade, na qual faz sentido surgir os interditos estruturalizantes. Já quando o projeto de conjugalidade não se soma ao de parentalidade, e cada cônjuge exerce o cuidado com seu filho individualmente, os laços que os unem são mais eletivos, cabendo a cada um dos membros a “liberdade” para se aliar aos que lhes convierem.

Conclui-se que ainda há muito o que conhecer sobre os recasamentos. Com o aumento da guarda compartilhada, a convivência entre estes filhos irá aumentar e o objeto poderá receber maior destaque social e acadêmico. As novelas são um bom indicador do que é tolerado socialmente e a maneira como os recasamentos nela aparecem, demonstram mais uma vez o entronamento do casal conjugal, que pode sim ser recasado, mas que só é legitimado quando geram um filho seu. Mais uma vez, vanguarda para uns e tradição para outros.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W.; LEÓN, Óscar Dávila; DE FREITAS, Maria Virgínia.**Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. Ação Educativa, 2005.

ALVES, A. S. **A imagem que se crê não é aquela que se vê a violência escolar e a mídia sob o olhar de adolescentes e jovens do Projeto Meninos e Meninas de Rua e protagonistas sociais**. 2010. Dissertação (Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei) - Universidade Bandeirante.

APRILE, J. **Código Civil**: O que mudou na vida dos brasileiros com a lei de 2003. Disponível em : < http://educacao.uol.com.br/disciplinas/cidadania/codigo-civil-o-que-mudou-na-vida-dos-brasileiros-com-a-lei-de-2003.htm> . Acessado em: 12 de nov. de 2014.

ARAÚJO, Clara, & SCALON, M. Celi 2005. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. FGV Editora.

ARAUJO, Maria de Fátima. **Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações**. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 22, n. 2, June 2002 .

ARAUJO; SILVA JUNIOR, Annor da. **As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados**. Estud. psicol. (Natal), Natal , v. 17, n. 3, Dec. 2012 .

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. In: **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. Cortez, 1993.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 1985.

BARBOSA, 2000. **Quem é o pai?** Disponível em: veja.abril.com.br/190700/p_108.html>. Acessado em: 30 de janeiro de 2015.

BEER, William, 1988, Relative Strangers: Studies of Stepfamily Processes, Totowa (Newjersey), Rowan and Littlefield apud MARTIAL, Agnès. Partages et fraternité dans les familles recomposées.***Adoptions: Ethnologie des parentés choisies***. Paris: Maison des Sciences de l'Homme. 1998

BENABENT, Alain, 1991, Droit civil. La famille, Paris, Litec apud MARTIAL, Agnès. Partages et fraternité dans les familles recomposées.***Adoptions: Ethnologie des parentés choisies***. Paris: Maison des Sciences de l'Homme., 1998

BERGER, P.L. & KELLNER, H. (1964) “Marriage and the construction of reality”, Diógenes, 46, p. 1-25. apud TRAVIS, Susan. **Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento**. 2003. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. FGV Editora, 2004.

BRANDÃO, E. P. A psicanálise em face das articulações contemporâneas entre aliança e sexualidade. Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro. 2003. Disponível em: <http://egp.dreamhosters.com>. Acessado em: 16 de out. 2013.

BRASIL. Art.1.595 do Código Civil – Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil das Relações de Parentesco.

BRASIL. Lei no 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes da políticas públicas de juventude e o sistema nacional de juventude - SINAJUVE. Publicada no Diário Oficial da União , de 06 de agosto de 2013, p. 1.

BRASIL. Lei no 13.058, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispor sobre sua aplicação. Publicada no Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 2014, p. 2.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 e legislação correlata. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá
outras providências. Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 16 de julho de 1990, p. 13563, e retificada no
Diário Oficial da União, Seção 1, de 27 de agosto de 1990, p. 18551.

BRUN, G. (1999) "**Pais, filhos e cia. ilimitada**". Editora Record, Rio de
Janeiro.

BRUN, G. (2010) "**Os meus, os teus, os nossos**". Editora Larousse do Brasil, São Paulo.

BUCHER, J. S. N. R., & Rodrigues, M. A. M. (1990). **Recasamento e recomposição familiar: questões metodológicas, de linguagem e das teorias**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 6(2), 155-169 apud SILVA, Priscilla de Oliveira Martins; TRINDADE, Zeidi

BUCHER, Júlia Sursis Notore Ferro; RODRIGUES, Maria Alexandra**. Recasamento e recomposiçäo familiar: questöes metodológicas, de linguagem e das teorias**. Psicol. teor. pesqui, v. 6, n. 2, p. 155-69, 1990.

CADOLLE, S. ***Etre parent, être beau-parent. La recomposition de la famille***. Edition Odile Jacob, Paris, juin 2000 apud Guinche T. Fratrie recomposée : fratrie de sang et fratrie de cœur : un statut du tiers applicable aux quasi-frères/sœurs ? Caen: Université de Caen; 2008. Available at:http://www.sauvegarde56.org/uploaded/Thierry%20GUINCHE.pdf.

CANO, D. S. et al. **As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro**. Psicologia : Reflexão e Crítica, v.22, n.2, p.214. 2009.

CARTER, B. & McGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CHAPON-CROUZET, Nathalie. **L'expression de liens fraternels au sein des familles d'accueil: de la fratrie au groupe fraternel nourricier**. Devenir, v. 17, n. 3, p. 261-276, 2005. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-devenir-2005-3-pacge-261.htm>. Acessado em:

CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, **Código de Direito Canónico**, Editorial Apostolado da Oração, Braga, 31983. Disponível em: < http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acessado em:

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Lista de referência de honorários. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/servicos/tabela-de-honorarios/>

COSTA, J. M; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. **Famílias recasadas: mudanças, desafios e potencialidades**. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 14, n. 3, dez. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872012000300006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 jul. 2014.

CZIZEWSKI, Claiton César. **Comunicação E Educação: A Violência Na Telenovela Mulheres Apaixonadas**. 20012. 230 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Paraná, 2012.

DAFAUR, L. INSTITUTO PLINIO CORREA DE OLIVEIRA 7 de Jan de 2015 Disponivel em:<http://ipco.org.br/ipco/noticias/conselho-de-etica-alemao-incesto-e-direito-humano-fundamental#.VOIgoTXaZQt>. Acesso em: 16 de fev. de 2015

DE POTTER, V. ***L'enfant dans la famille recomposée***. Fondation du roi Baudouin. 2008.

DILMA sanciona sem vetos o texto que regulamenta a guarda compartilhada, do G1, em Brasília, de 23 de dezembro de 2014. Disponíverl em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/dilma-sanciona-sem-vetos-o-texto-que-regulamenta-guarda-compartilhada.html>. Acesso em: 3 de novembro de 2014.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. EDIPUCRS, 2005.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; MESSA, Márcia Rejane. Os Estudos De Gênero Na Pesquisa Em Comunicação No Brasil.**Comunicação e Gênero: a aventura da pesquisa**, p. 14, 2005.

ESTATUTO da Juventude, do Portal da Juventude. Disponível em: [2010] <http://juventude.gov.br/estatuto#.VOJJ0WO36Pv>. Acesso em: 22 de novembro de 2014.

FÉRES-CARNEIRO, T. (1987). Aliança e Sexualidade no casamento e no recasamento contemporâneo. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 3, 250-261.

FERES-CARNEIRO, Terezinha. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade**. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre , v. 11, n. 2, 1998 .

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Casamento e família: do social à clínica. In:Casamento e família: do social à clínica.** Nau, 2001.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; ZIVIANI, Cílio. Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 83-107, 2009.

FERREIRA, S.A. **A parentalidade em contexto de recomposição familiar: o caso do padrasto**. Repositório da Universidade de Lisboa. 1978.

FILHA de Woody Allen avisa que não se calará sobre suposto abuso, G1, 08 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2014/02/filha-de-woody-allen-avisa-que-nao-se-calara-sobre-suposto-abuso.html>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

FILHO adotivo de Woody Allen apoia o cineasta em polêmica envolvendo Dylan Farrow, Rolling Stone, de 05 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://rollingstone.uol.com.br/noticia/filho-

adotivo-de-woody-allen-apoia-o-cineasta-em-polemica-envolvendo-irma/>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

FILHO, F. S. T. **Os segredos da adoção e o imperativo da matriz bioparental**. Rev Estud Fem, Florianópolis, v.18,n.1, p.241-262, jan-abr. 2010.

FONSECA, Claudia. **Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica**. Saude soc., São Paulo , v. 14, n. 2, Aug. 2005.

FONSECA, Claudia. **Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse**. Cadernos Pagu, v. 26, p. 11-43, 2006.

FREITAS, M. V. de. Org.. J**uventude e Adolescência no Brasil: Referências Conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

FREUD, S. et al. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Imago Editora, 1970. Disponível em: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/clubedeleituras/upload/e_livros/clle000164.pdf>.Acessado em:

GALVÃO, Ademir dos Santos. **Mulher, Margarina, Clichês & Outros Ingredientes**. São Bernardo do Campo: UMESP/POSCOM, 1998.

GAVARINI, L. **Novas normas e formas de laço familiar: a sexualidade na sombra**. Estilos Clin, São Paulo, v.13, n.25, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acessado em: 14 ago. 2013.

GOLDANI, Ana Maria. **Retratos de Família em Tempos de Crise**. Estudos Feministas, [S.l.], p. 303, jan. 1994. ISSN 0104-026X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16166>. Acesso em: 06 Fev. 2015.

GOLDENBERG, Miriam. **Novas famílias nas camadas médias urbanas**.Terceiro Encontro de Psicólogos Jurídicos, p. 18-26, 2003(a).

GOLDENBERG, Miriam. **Sobre a invenção do casal**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 1, n. 1, p. 46-53, 2003(b).

GOLDENBERG, Mirian. **Laços de família: novas conjugalidades na novela das oito**. Psicol. clín, v. 13, n. 2, p. 85-102, 2001.

Guinche, T. ***Fratrie recomposée : fratrie de sang et fratrie de cœur : un statut du tiers applicable aux quasi-frères/sœurs ?*** Caen: Université de Caen; 2008. Available at:http://www.sauvegarde56.org/uploaded/Thierry%20GUINCHE.pdf.

HEILBORN, Maria Luiza et al. **Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência**. Horizontes antropológicos, v. 8, n. 17, p. 13-45, 2002.

HEILBORN, Maria Luiza. **Família e sexualidade**. Fgv Editora, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Editora Garamond, 2006.

HELMORE, Edward, Folha de S. Paulo, de 25 de julho de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/07/1491107-apesar-do-retorno-da-polemica-sexual-novo-woody-allen-conquista-ny.shtml>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

HÉRITIER, F.. 1994, **Les deux sœurs et leur mère**, Paris, Éditions Odile Jacob.376 p.

IBGE Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013. **Estatísticas do Registro Civil,** 2013. v. 40. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Registro_Civil/2013/comentarios.pdf

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Indicadores sociais mínimos**. Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceit os.shtm>. Acessado em: 23 de ago.

JABLONSKI, B (2001). Afinal, o que quer o casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Casamento e família: do social à clínica**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.

JEFERSON (2008) Pantanal: Guta descobre que não é irmã de Marcelo. Disponível em: http://oplanetatv.clickgratis.com.br/noticias/pantanal-guta-descobre-que-nao-e-irma-de-marcelo.html#ixzz3ShRioYQ9> Acessado em: 14 de janeiro de 2015.

JEFERSON (2008) Pantanal: Guta e Marcelo vivem uma grande paixão proibida Disponível em: <http://oplanetatv.clickgratis.com.br/noticias/pantanal-guta-e-marcelo-vivem-uma-grande-paixao-proibida.html#ixzz3ShRUwqJ3> Acessado em: 14 de janeiro de 2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Anuário Antropológico**. In memoriam, v. 1, p. 2012, 2011.

LEANDRO, M. E. **Família, educação e saúde**. VI Congresso Português de Sociologia. Universidade Nova de Lisboa. Junho. 2008. Disponível em : <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/es_007.pdf>. Acessado em: 7 de out. 2013.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1976. Disponível em: https://classicos12011.files.wordpress.com/2011/03/lc3a9vi-strauss-claude-as-estruturas-elementares-do-parentesco.pdf. Acessado em:

LOBO, Cristina. Parentalidade social, fratrias e relações intergeracionais nas recomposições familiares. Sociologia, problemas e práticas, n. 59, p. 45-74, 2009.

MARCONDES, Glauca Dos Santos. **As famílias de segundas uniões: um elo perdido na demografia da família**. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambú-mg. As famílias de segundas uniões: um elo perdido na demografia da família. Caxambu: Abep, 2004. p.1-16.

MARTIAL, A. **S'apparenter. Ethnologie des liens de familles recomposées**. Paris : Ed. De la Maison des Sciences de l'Homme, 2003.

MARTIAL, Agnès. Partages et fraternité dans les familles recomposées In : ***Adoptions : Ethnologie des parentés choisies***[en ligne]. Paris : Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1998 généré le 29 janvier 2015. Disponible sur Internet : <http://books.openedition.org/editionsmsh/625>.

MARTINS, Cristina Lempek et al. **O Papel do assistente social nas varas de família: aspectos conceituais, metodológicos e técnicos**. 2007.

MATOS, Marlise. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, p. 89-122, 2005

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. **A adoção no Brasil: algumas reflexões**. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro , v. 10, n. 2, ago. 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 jul. 2014.

MEDEIROS, P.; PINHEIRO, C. **Uma família de mulheres: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo**. Rev Estud Fem, Florianópolis, v.14, n.2, p.535-547, mai-set.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acessado em: 13 out. 2013.

MESSA, Márcia Rejane Postiglioni. As mulheres só querem ser salvas: Sex and the City e o pós-feminismo. **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. EDIPUCRS, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993 apud MONTEIRO, A. C. Curso de aperfeiçoamento em entrevista. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/crisantoadriana/curso-de-aperfeioamento-em-entrevista>.

MORAES, Tatiana. Hoje em Dia, de 13 de SETEMBRO de 2014. Disponível em: <http://www.hojeemdia.com.br/noticias/faturamento-da-industria-do-casamento-cresce-25-em-2014-1.268039>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

MOREIRA, F. O Globo 1 de out. de 2014 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/pagenotfound/posts/2014/10/01/conselho-recomenda-fim-da-criminalizacao-de-incesto-na-alemanha-551234.asp>. Acesso em: 16 de fev. de 2015

MOREIRA, Thami Amarílis Straiotto**. O ato de nomear–Da construção de categorias de gênero até a abjeção**. Cadernos do CNLF, v. 14, n. 4, p. 2914-2926.2010.

MORENO, Amparo e DEL BARRIO, Cristina. ***La experiência adolescente. A la búsqueda de un lugar en el mundo***. Buenos Aires: Editorial Aique. 2000.

MOTA, C. P. ; MATOS, P. M. **Apego, conflito e auto-estima em adolescentes de famílias intactas e divorciadas.** Psicologia: Reflexão & Critica, v.22, n.3, p.344-352, set. 2009.

NATURA Primeiro Natal Juntas. Direção: Gabi Brites 30”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXg3_H6el9A>. Acesso em fevereiro de 2015.

NEBACETIN As famílias mudam. O jeito de cuidar não. Direção: Filipe Godoy 30". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5anyL_SdFic>. Acesso em fevereiro de 2015.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. **O campo da pesquisa qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente** MEDS. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre , v. 20, n. 1, 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000100009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 04 fev. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000100009.

NOVELA: Tenório começa a desconfiar do comportamento de Guta e Marcelo em "Pantanal". Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/entretenimento/2008/11/01/novela-tenorio-comeca-a-desconfiar-do-comportamento-de-guta-e-marcelo-em-quotpantanalquot.jhtm> Acessado em: 14 de janeiro de 2015.

OLIVEIRA, A. L. (2005). Irmãos, meio-irmão e co-irmãos: a dinâmica das relações fraternas no recasamento (Tese de doutorado não-publicada). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Debora., SIQUEIRA, Aline Cardoso, DELL'AGLIO, Debora Dalbosco, & LOPES, Rita de Cassia Sobreira (2008). **Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão da produção científica**. Interação em Psicologia, 12(1),87-98.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar:família,filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultur Acadêmica, 2009.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de; ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis. Araújo C, Scalon C, organizadores. **Gênero, família e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 123-47, 2005.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos. Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas, p. 45, 2007.

PAIS, J. M. **Vivências sexuais: modos e diversidades**. Actas do III Congresso de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia/Celta Editora, 1996. <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR492ede2664249_1.pdf

PEIXOTO, C. E. (2007). As transformações familiares e o olhar do sociólogo (prefácio). In F. Singly (Org.),Sociologia da família contemporânea (pp.11-28). Rio de Janeiro: FGV.

PERES, Fumika; ROSENBURG, Cornélio P. **Desvelando a concepção de adolescência/adolescente presente no discurso da saúde pública**. Saúde soc, v. 7, n. 1, p. 53-86, 1998.

PICANÇO, Felícia Silva. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar.**Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, p. 149-172, 2005.

PINA-CABRAL, João de. **O Limiar dos afectos: algumas considerações sobre nomeação e a constituição social da Pessoa**. Texto apresentado em aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Campinas-UNICAMP. Disponível em: www. ceao. ufba. br/fabrica/welcome. Acesso em, v. 6, n. 05, p. 05, 2005.

PINHEIRO, Raphael Fernando**. A família mosaico e seus reflexos no direito: os meus, os teus, os nossos.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 103, ago 2012. Disponível em: <http://www.ambito-

juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12157&revista_caderno=14>. Acesso em fev 2015.

PIRES, Mariana. Está tudo certo com o sexo: as identidades de gênero na revista Vip. **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. EDIPUCRS, 2005.

POITTEVIN, Les variations morphologiques de la fratrie recomposée, in Dialogue n°149, 3 ème trimestre 2000, La dynamique fraternelle. Edition Eres apud Guinche T. ***Fratrie recomposée : fratrie de sang et fratrie de cœur : un statut du tiers applicable aux quasi-frères/sœurs ?*** Caen: Université de Caen; 2008

REBOLLO, Beatriz Moncó; RIVAS, Ana María Rivas. ***La importancia de'nombrar'***. El uso de la terminología de parentesco en las familias reconstituidas. Gazeta de Antropología, v. 23, 2007.

RIBEIRO, R. Adoção emocional em famílias de recasamento: um estudo sobre a construção das relações afetivas entre padrastos/madrastas e seus enteados. 2005. 110 folhas. Dissertação de mestrado em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social - Instituto de Psicologia UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

RODRIGUES, R. Acadêmicos e ativistas sociais discutem a “nova classe média”. Heinrich Boll Stiftung. 2013 Dispponível em: <http://br.boell.org/pt-br/2013/09/06/academicos-e-ativistas-sociais-discutem-nova-classe-media>

ROMAGNOLI, Roberta C.. **Algumas reflexões acerca da clínica social**. Rev. Dep. Psicol.,UFF, Niterói , v. 18, n. 2, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Feb. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232006000200004.

ROMANELLI, Geraldo. **O relacionamento entre pais e filhos em famílias de camadas médias** . Paidéia Ribeirão Preto, [S.l.], v. 8, n. 14-15, p. 123-136 , ago. 1998. ISSN 1982-4327. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/6041/7572>. Acesso em: 06 Fev. 2015. doi:http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1998000100010.

ROSSI, Túlio Cunha; COELHO, Paulo Henrique Ozório UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **O estereótipo da rebeldia na adolescência : uma abordagem sociológica**. 2007. 125 f., enc. : Dissertação mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia.

SALEM, Tania. **O casal igualitário: princípios e impasses**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 3, n. 9, p. 24-37, 1989.

SCALEI, Vanessa. (2015) Sete Vidas, nova novela das seis, terá meio-irmãos em busca da identidade do pai Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2015/02/sete-vidas-nova-novela-das-seis-tera-meio-irmaos-em-busca-da-identidade-do-pai-4698176.html> Acessado em: 24 de fevereiro de 2015.

SCALON, C; SALATA, A. **Uma nova classe média no Brasil da última década?:** o debate a partir da perspectiva sociológica. Soc. estado., Brasília , v. 27, n. 2, Aug. 2012 .

SCHETTINI, Suzana Sofia Moeller. **Filhos por adoção: Um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos**. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE.

SCORSOLINI-COMIN, F; SANTOS, M. A. dos. **Família interdita: transgeracionalidade e subjetivação em três obras ficcionais.** Psicol Estud, Maringá, v.17, n.2, Jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acessado em: 16 de out. 2013.

SENADO aprova guarda compartilhada mesmo sem acordo entre os pais. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/11/senado-aprova-guarda-compartilhada-mesmo-sem-acordo-entre-os-pais.html>. Acessado em: 27 de novembro de 2014.

SILVA, P. O. M; TRINDADE, Z. A; SILVA JUNIOR, A. **As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados**. Estud. psicol. (Natal), Natal , v. 17, n. 3, Dec. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Ago. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300012

SIQUEIRA, Flailda Brito Garboggini. **A mulher margarina**–Uma representação dominante em comerciais de TV nos anos 70 e 80. Campinas, SP:[sn], 1995.

SORJ, Bila. Percepções sobre esferas separadas de gênero. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 78-88, 2005.

SUAREZ, L.G.; WAGNER, A. **Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v.26, n.1, p.77-88, jan-mar. 2010.

SZAPIRO, Ana Maria; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 15, n. 1, p. 179-188, 2002.

T.L.P. Correio da Manha 25 de set. de 2013 Disponível em: <http://www.cmjornal.xl.pt/mundo/detalhe/conselho_de_etica_alemao_quer_legalizar_incesto_entre_irmaos.html>. Acesso em: 16 de dez. de 2015

TEIXEIRA, Marina Sidrim. Curso de extensão em metodologia de pesquisa. 2013. Rio de Janeiro, 29 de maio de 2013.

THÉRY, I. 2000 Penser la filiation. Sciences Humaines, n°101, janv. 2000 apud Guinche, T. ***Fratrie recomposée : fratrie de sang et fratrie de cœur : un statut du tiers applicable aux quasi-frères/sœurs*** ? Caen: Université de Caen; 2008. Available at:http://www.sauvegarde56.org/uploaded/Thierry%20GUINCHE.pdf.

TILIO, R. **A evolução da teoria da relatividade lingüística e a interface línguacultura no ensino de línguas estrangeiras**. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, vol. VI, n. XXI, 2007. Disponível em «http://publicacoes. unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/362/347». Acesso em «out. 2014».

TJDS – Is Woody Allen a Pedophile? 16'45". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VhABJ910g8k>. Acesso em fevereiro de 2015.

VARELLA, Juliana, Guia da Semana, de 03 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.guiadasemana.com.br/cinema/noticia/entenda-as-polemicas-envolvendo-woody-allen>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

VELHO, G. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 2003.

WAGNER, Adriana. **Possibilidades e potencialidades da família: a construção de novos arranjos a partir do recasamento**. Família em cena: tramas, dramas e transformações, p. 23-38, 2002.

WATARI, Felipe**. Filhos, pais, padrastos: relações domésticas em famílias recompostas das camadas populares**. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-27012011-154253/>. Acesso em: 2014-08-28.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **O filho universal: um estudo comparativo de adoções nacionais e internacionais.** Direito de Família e Ciências Humanas-Caderno de Estudos, v. 2, p. 119-152, 1998.

WIKIPEDIA. 2015. Pantanal Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pantanal_(telenovela)> Acessado em: 14 de janeiro de 2015.

WOODY Allen abusou de outra filha de Mia Farrow além de Soon, diz revista, Ego, de 02 de outubro de 2013. Disponível em: <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2013/10/woody-allen-abusou-de-outra-filha-de-mia-farrow-alem-de-soon-diz-revista.html>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

XAVIER, Fernanda Dias. **União estável e casamento: a impossibilidade de equiparação à luz dos princípios da igualdade e da liberdade**. 2009.

ZUCCHETTI, D. T. & BERGAMASCHI, M. A. "**Construções sociais da infância e da juventude**". Cadernos de Educação. Pelotas: UFPel, 2007, p. 213-234.

APÊNDICE A – Questionário socioeconômico aplicado antes das entrevistas.

UERJ
IMS – Saúde Coletiva
Ciências Humanas e Sociais

Pesquisadora: Mariah Maia
Orientador: Joel Birman

1. Data de preenchimento:
___/___/____

2. Sexo:
1 ☐ Mulher
2 ☐ Homem

3. Qual a sua cor ou raça?
1 ☐ Branca
2 ☐ Preta/Negra
3 ☐ Parda
4 ☐ Amarela
5 ☐ Indígena

4. Quantos anos você tem?
____ anos completos

5. Você tem alguma religião?
1 ☐ Católica
2 ☐ Protestante/Evangélica
3 ☐ Espírita/Kardecista
4 ☐ Candomblé/Umbana
5 ☐ Outra. Qual?_____

6. Considera-se praticante dessa religião?
1 ☐ Sim
2 ☐ Não

7. Qual a sua posição na família atual?
1 ☐ Pessoa de referência na família
2 ☐ Cônjuge
3 ☐ Filho(a)
4 ☐ Outra _____

8. Qual o seu estado conjugal?
1 ☐ Solteiro
2 ☐ Casado
3 ☐ União consensual (vive junto)
4 ☐ Separado/Desquitado/Divorciado
5 ☐ Viúvo

9. Você tem filhos?
1 ☐ Sim Quantos?____ Idade:____
2 ☐ Não

10. Em que bairro você mora?

11. Qual o seu grau de instrução?
1 ☐ Nunca frequentou escola
2 ☐ Fundamental incompleto
3 ☐ Fundamental completo
4 ☐ Médio incompleto
5 ☐ Médio completo
6 ☐ Curso universitário/ Superior incompleto
7 ☐ Curso universitário/ Superior completo
8 ☐ Pós graduação/Especialização

12. Qual a sua inserção no mercado de trabalho?
1 ☐ Está trabalhando
2 ☐ Está desempregado
3 ☐ Nunca trabalhou
4 ☐ Não deseja trabalhar

13. Qual é sua posição nesta ocupação?
1 ☐ Empregado(a) com carteira assinada
2 ☐ Empregado(a) sem carteira assinada
3 ☐ Funcionário(a) público
4 ☐ Conta própria
5 ☐ Pequeno(a) Empregador(a) (até cinco empregados)
6 ☐ Outro tipo de empregador(a) (mais de cinco empregados)
7 ☐Trabalhadores sem remuneração (ajuda membro da família, voluntário(a) etc.)

14. **Qual a sua renda pessoal?** R$ _____
15. **Qual a renda da sua família?** R$ _____

16. Quantas pessoas moram no seu domicílio?
____ pessoas

17. Qual o grau de instrução da sua mãe?
_____

18. Qual o grau de instrução do seu pai?
_____

19. Quantos anos você tinha quando seus pais se separaram? ____ anos

20. Você tem irmãos?
1 ☐ Sim, mais velho, de mesmo pai e mãe. Quantos? ___
2 ☐ Sim, mais novo, de mesmo pai e mãe. Quantos? ___
2 ☐ Sim, mais velho, por parte de pai. Quantos? ___
3 ☐ Sim, mais novo, por parte de pai. Quantos? ___
4 ☐ Sim, mais velho, por parte de mãe. Quantos? ___
5 ☐ Sim, mais novo, por parte de mãe. Quantos? ___

APÊNDICE B – Roteiro para as entrevistas.

Perguntas relativas a inserção do caso na história de vida:

- Com quantos anos conheceu o padrasto/madrasta
- Ainda mantem contato e de que tipo (regular, esporádico, nenhum)
- Você tinha irmãos consanguíneos?
- A introdução dos/as filhos/as foi simultânea
- Houve algum tipo de coabitação com os/as filhos/as? Permanente; finais de semanas; férias; sem regularidade definida
- A irmã ja morava com o padrasto antes?
- Havendo coabitação, como se deu a distribuição pelos cômodos da casa.
- Fale sobre seus sentimentos em relação aos filhos do padrasto/madrasta nesse primeiro momento e no decorrer do tempo?
- O seu pai/mãe ou padrasto/madrasta estabeleceram regras de convivência entre os filhos? Se sim, fale sobre elas. (caso essas regras levem em conta relações de gênero, a resposta será mais explorada)
- Sua mmãe falou algo sobre como se comportar com o padrasto? O que voce pensava sobre passar a com um homem?
- Fala livre ao final sobre o tema

APÊNDICE C – Primeiro convite para participar da pesquisa.

APÊNDICE D – Segundo convite para participar da pesquisa.

PESQUISA de MESTRADO

Você conviveu com padrasto ou madrasta?

Ele(a) já tinham algum filho(a) quando você o(a) conheceu?

Procuro pessoas neste perfil. Compartilhe para que esta chamada possa chegar até elas.

Contato:
mariah_maia@hotmail.com

IMS - UERJ

APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos participantes das entrevistas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UERJ
IMS – Saúde Coletiva
Ciências Humanas e Saúde

Pesquisadora: Mariah Maia
Orientador: Joel Birman

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **O Interdito Sexual em Famílias de Recasamento**, conduzida por **Mariah Fernandes Maia**. Este estudo tem por objetivo conhecer quais são e como se estabelecem os laços entre os filhos nas famílias geradas por recasamento.

Você foi selecionado(a) por pertencer a este modelo de família. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Durante esta entrevista buscarei revisitar histórias e memórias passadas e de sua convivência familiar. Pode ser que as lembranças tragam de volta experiências negativas. Sinta-se à vontade para não responder ou interromper a entrevista em caso de desconforto.

Sua participação é voluntária e não é remunerada.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder uma entrevista com roteiro semi-estruturado, em local combinado previamente com a pesquisadora deste estudo. A previsão é que o encontro dure entre 1 hora e 2 horas, e a entrevista será audiogravada e transcrita.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável pela pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Mariah Fernandes Maia, estudante de Mestrado UERJ-IMS. Email: mariah_maia@hotmail.com; telefone celular: 964176401 e 996429762.

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524 – sala 7.003-D, Maracanã, Rio de Janeiro, CEP 20559-900, telefone (21) 2334-0235, ramal 108. E-mail: cep-ims@ims.uerj.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante: _____
Assinatura da pesquisadora: _____